

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CLARISSA BRASIL

O brado de alerta para o despertar das consciências:
**uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas,
Brasil, 1968-1981.**

Orientação: Prof^a Dr^a Claudia Wasserman

Porto Alegre, inverno 2010

CIP - Catalogação na Publicação

Brasil, Clarissa

O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981 / Clarissa Brasil. -- 2010.

124 f.

Orientadora: Claudia Wasserman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2010.

1. Ditadura Militar Brasileira. 2. Comando de Caça aos Comunistas. 3. 1968. 4. Roda Viva. 5. CCC. I. Wasserman, Claudia, orient. II. Título.

*Para Clara e Alice,
a quem desejo que Brasil signifique mais do que seu sobrenome*

Agradeço

a esta banca de professores que aceitou ler este trabalho;

à professora Claudia Wasserman, que me acolheu desde 2001, significando para mim mais do que uma professora orientadora, a ti meu muito obrigada especial;

ao Enrique, pelo seu tesão que contagia a todos, e pelo qual fui fisgada na primeira aula que assisti (escondida), a ti toda a minha admiração;

à professora Carla Rodeghero pela presença marcante na minha formação;

à UFRGS que foi meu ensino, minha pesquisa, minha extensão, minha casa, minhas férias, minha escola, meu amor e meu ódio, e onde depositarei para sempre as minhas melhores lembranças;

à CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa, sem o qual seria inviável;

aos meus pais, pelo apoio incondicional às minhas decisões;

ao meu irmão, por ser parte de mim e por ter feito a Alice;

à minha querida Leila, pelo amor à educação, assim como à tudo o que tocou;

a todos os meus familiares, muitos nem fazem idéia do que eu faço “em Porto Alegre”, mas mesmo sem saber me alimentam com uma simples indignação;

aos meus amigos, todos eles, que seguem contribuindo para minha formação pessoal, em especial Clarissa Racoski, Rodrigo Garay, Luis Gustavo Milan, Kafu Silva, Fred Lima, Carla Gasparini, Sandra Bottesini, Gabriela Sevilla, Livia Harfuch, Bianca Botteselle, Lucíola Pires, Caroline Brittes, Jaçanã Ribeiro, Jorge Eliéser, Elemar do Amor Divino, Roger Elias, Daniela Conte, Laura Lima, Clarissa Tams, Livia Biasotto e Gressiana Estevan;

à Teresa, minha Geni, tenho tanto a aprender contigo, a tua determinação me faz acreditar no sucesso da nossa causa;

à Caroline Bauer, minha Carou, amiga mais do que especial, colega mais do que fundamental, a irmã que a ditadura me deu, vai o meu maior agradecimento, a ti também dedico esse trabalho, porque também é teu e porque é parte da nossa causa;

à todos os estudantes que se debruçam nesse passado recente, latente, doente, sedento por vozes e por ouvidos sensíveis;

por fim, não um agradecimento, mas quero deixar registrado meu profundo respeito a todas as pessoas que viveram, viram, sentiram, choraram, falaram, sofreram, morreram nesses vinte e um anos de ditadura terrorista, ofereço este tijolinho na construção de uma História mais justa. Este não é, para mim, um trabalho de conclusão, mas o motivo pelo qual me interesso pela História.

Resumo

Muitos setores sociais apoiaram o golpe e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Uma parcela dessas pessoas se organizou em grupos para realizar atividades terroristas, com o objetivo de disseminar o medo e a insegurança entre a população, contribuindo para a manutenção de um Estado autoritário. O mais conhecido desses grupos foi o Comando de Caça aos Comunistas, conhecido pela sigla que assinava em suas atividades: CCC. Essas atividades ocorreram em várias cidades do Brasil entre 1968 e 1980, e consistiram em explosões de bombas, pichações e destruições de alvos como bancas de jornais e revistas, teatros, universidades, imprensa, setores da Igreja Católica; também faziam ameaças, atentados à vida, sequestro e assassinato de: artistas, estudantes, religiosos, jornalistas e políticos. A proposta deste trabalho é apresentar e analisar essas atividades, sob a ótica do terrorismo e da impunidade que, verificou-se, permearam todas as ações assinadas por aquela sigla. Para a realização da pesquisa foram utilizadas fontes impressas como meios de comunicação, documentos oficiais do Brasil, diários de Assembléias Legislativas estaduais e entrevistas publicadas.

Palavras-chave: Comando de Caça aos Comunistas; CCC; Ditadura Civil-Militar; Extrema-Direita; Anticomunismo; Terrorismo; Impunidade

Abstract

Many social sectors supported the coup d'état and the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985). A portion of those people organized themselves into groups to carry out terrorist activities, aimed at spreading fear and insecurity among the population, contributing to the maintenance of an authoritarian state. The most well-known of these groups was the Command in Pursuit of Communists, known by the Portuguese acronym of those activities: CCC. These activities occurred in several cities in Brazil between 1968 and 1980, and consisted in bombings, graffiti and destruction of aims like newsstands, theaters, universities, media, sectors of the Catholic Church; as well as threats, attacks against life, kidnapping and murder of: artists, students, clergy, journalists and politicians. The purpose of this paper is to present and analyze these activities, from the perspective of terrorism and impunity which permeated all actions carried out under that acronym. For the research, sources such as printed media outlets, official documents of Brazil, diaries from state Legislative Assemblies and published interviews were used.

Keywords: Command in Pursuit of Communists; CCC; Civil-military Dictatorship; Extreme-Right; Anticommunism; Terrorism; Impunity



*Não boto bomba em banca de jornal
 Nem em colégio de criança isso eu não faço não
 E não protejo general de dez estrelas
 Que fica atrás da mesa com o cu na mão
 Renato Russo*

Sumário

Sumário.....	8
Siglas	10
Introdução.....	11
Antecedentes.....	11
Definição	17
Histórico	19
Objetivo e relevância.....	20
Divisão dos capítulos.....	21
Revisão bibliográfica.....	22
Consideração teórica.....	28
Fontes	29
Capítulo 1:	32
CCC e o <i>tempo de 68</i>	32
Introdução.....	32
O tempo de 68	33
Juventude, urbanização e classe média: as condições do “tempo”.....	33
A batalha do CCC na Maria Antônia	36
CCC e ditadura: a compensação do terror	46
Violência e Anticomunismo.....	57
Considerações.....	59
Capítulo 2:	61
A Maior e a Mais Violenta.....	61
Introdução.....	61
Eis que chega a Roda Viva e carrega o CCC às capas de revista	61
As faces do CCC	71
Padre Henrique e a teologia da subversão	81

Considerações.....	86
Capítulo 3:	87
O Retorno do Comando.....	87
Introdução.....	87
Um péssimo natal: 1978	89
O cartão.....	89
O remetente:	90
Dez anos depois, 1978.....	94
Miguel Arraes e o atentado em Belém.....	96
O CCC Censor.....	100
Agosto.....	101
A Circular de Santos	102
Considerações.....	111
Considerações Finais	112
Bibliografia.....	115
Arquivos Consultados	119
Reportagens citadas:	121
Depoimentos publicados sobre o CCC.....	122
Imagens do conflito na Rua Maria Antônia, 1968.....	123
Imagens do Teatro Ruth Escobar, 1968	124

Siglas

AAA – Aliança Anticomunista Argentina
AAB - Ação Anticomunista Brasileira
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEI – Comissão Estadual de Inquérito
CIE – Centro de Inteligência do Exército
CLACE - Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil
CODI - Centros de Operações de Defesa Interna
DOI - Destacamentos de Operações de Informações
ESMA – Escuela de Mecánica de la Armada
FPN – Falange Pátria Nova
GAC - Grupo Anticomunista
GAP - Grupo de Ação Patriótica
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MAC – Movimento Anticomunista
MAF – Movimento de Arregimentação Feminina
MDB – Mobilização Democrática Brasileira
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
PSD – Partido Social Democrata
SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
TFP – Tradição Família e Propriedade
UNE – União Nacional dos Estudantes
UEE – União Estadual dos Estudantes
UCF – União Cívica Feminina
UTEMG – União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais
VCC – Vanguarda de Caça aos Comunistas

Introdução

Antecedentes

A primeira organização civil de direita do Brasil republicano data de 1922, a Legião do Cruzeiro do Sul, posteriormente denominada Legião do Cravo Vermelho, francamente influenciada pelo fascismo italiano e pela disseminação de correntes nacionalistas de todas as ordens. É dessa data também movimentos culturais *verdeamarelistas* como o da Anta, da Antropofagia e do Pau-Brasil, decorrentes da Semana de Arte Moderna (1922). Durante a década de vinte, também se destacaram importantes movimentos sociais manifestando insatisfação com a política do país, que se resumia ao exercício do poder pelos grandes oligarcas do café do centro-oeste do Brasil. Podemos lembrar o movimento operário, que, apesar de nascente, atuou e se posicionou de maneira consciente à realidade do país; o movimento tenentista, protagonista de ações como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolta Paulista (1922), a Comuna de Manaus (1924); e, politicamente, a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922).

Aquela década também foi importante para os setores da direita. Em 1927 foi fundado o Partido Fascista Brasileiro, e no ano seguinte, o Movimento Pátria Nova – cujo nome voltará a aparecer no cenário brasileiro no início dos anos 1980, relacionado com outros grupos civis de direita – e, em outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira, AIB, que atuou como partido político em nível nacional e foi a mais influente organização de direita da época. Todas essas organizações também tiveram clara inspiração fascista. Seu caráter anticomunista estava relacionado ao comunismo partidário e sindicalista. Entendiam que o comunismo brasileiro estava diretamente ligado com o comunismo soviético que se expandia a outros países, apoiando-os ideológica e financeiramente. Também relacionavam o comunismo com o antinacionalismo, na ideia de que o comunismo brasileiro era um *fantoche* do comunismo internacional.

Durante década de trinta, a política brasileira apresentava, cada vez mais, características nacionalistas tendo no presidente um de seus maiores expoentes, Getúlio Vargas. Mas importantes setores políticos, também com influências nacionalistas, se articularam e tentaram, por três vezes, depor Vargas. Em 1932, a Revolução

Constitucionalista reuniu forças políticas importantes de São Paulo, Minas Gerais, e históricos rivais da política do Rio Grande do Sul, Assis Brasil e Borges de Medeiros, no intuito de tirar o poder daquele que não os estava representando como deveria. O movimento foi muito bem articulado, mas sua ação restringiu-se a São Paulo e foi sufocada pelas forças getulistas. Em 1935 foi a vez de a esquerda tentar a sua revolução, e o objetivo era a implantação de uma República Socialista no Brasil. O levante comunista, denominado *intentona* pelos anticomunistas, foi elaborado pela Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luis Carlos Prestes, e derrotado a partir de uma forte repressão. “*O comunismo, considerado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo para justificar o fortalecimento do regime.*”¹. Em 1938 foi a vez dos integralistas tentarem derrubar Vargas, em retaliação ao fechamento dos partidos, incluindo a AIB. Um grupo de 80 integralistas tentou invadir o Palácio Guanabara, sendo contidos pela chegada do Exército e da Polícia, que prendeu ou exilou os revoltosos – o líder, Plínio Salgado, foi exilado em Portugal. Mais uma vez, uma revolta eficazmente abafada.

Depois do episódio do levante comunista, os setores liberais apoiaram todas as medidas de exceção adotadas pelo governo sob alegação de combater o comunismo, inclusive o golpe que promoveu a ditadura do Estado Novo em 1937, liderado pela Ação Integralista Brasileira, AIB. Em setembro de 1937, a AIB divulgou um documento no programa de rádio *Hora do Brasil* simulando uma tentativa de revolução comunista. Esse documento – forjado por Olímpio Mourão Filho – acabou deixando a nação apreensiva e contribuiu para a instauração do Estado Novo, em novembro daquele ano. A tentativa comunista de “revolução” foi paradigmática dentro da lógica conservadora brasileira e, apesar de não ter sido vitoriosa, ainda hoje atua como argumento do vigor anticomunista.

A bibliografia da direita também dedica algumas páginas para o perigo comunista de tomada do poder. O livro *Brasil: sempre* tem o primeiro capítulo dedicado ao episódio do levante comunista. “*Lembraí-vos de 35*” é destinado ao seu registro minucioso, começando com a formação do PCB, dando destaque à trajetória de Prestes,

¹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* p. 115.

a quem se refere como “falso cavaleiro da esperança” (numa referência negativa à sua alcunha de “Cavaleiro da Esperança” dada por Jorge Amado) que teria feito uma “aventura” transformando-se em um “fanático do credo vermelho”, e finalizando com uma lista de 28 nomes de militares mortos no episódio.² O Projeto ORVIL (a palavra *livro* ao contrário), uma obra de dois volumes, ao todo quase mil páginas, se dedica inteiramente a demonstrar quatro tentativas de tomada do poder pela esquerda: em 1935, 1964, 1968 e 1974. Foi um trabalho desenvolvido por oficiais da Divisão de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE) durante o governo de José Sarney.³

Ainda hoje esse episódio é marcante para os setores conservadores da sociedade. Em 1º de abril de 2007, em evento organizado pelo Movimento pela Abertura dos Arquivos, uma senhora questionou a vontade de acessar os arquivos da ditadura e indagou (de forma exaltada) “*por que não queríamos abrir os arquivos da Intentona Comunista?*”.

Durante a ditadura do Estado Novo (1937-45), qualquer tipo de organização civil era proibido e a censura à imprensa foi bastante eficaz, fato que não era difícil de ser realizado, sendo raros os registros de manifestações da sociedade durante esse período. Acrescenta-se ainda o motivo de Vargas ter atuado como bom estrategista, contemplado tanto a classe trabalhadora quanto os empresários e os conservadores temerosos do perigo comunista. Para aqueles primeiros, a legislação trabalhista chegava como um presente, já que são desse período: a Justiça do Trabalho, o Código Penal, a CLT, a carteira de trabalho, o salário mínimo, a jornada de 8 horas diárias, as férias remuneradas, a regulamentação do trabalho das mulheres, dos menores, do trabalho noturno, entre outras que estão em vigor ainda hoje. Para a elite empresarial nacional, o estado varguista investiu em grandes empresas estatais que precisavam de outras para o beneficiamento da matéria. É nesse intuito que são criadas a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Hidrelétrica de São Francisco. E para aqueles que não se sentiam contemplados, Vargas tinha a seu lado a polícia política de Filinto Müller, que atuou de maneira a deixar qualquer cidadão conservador seguro em relação aos setores da esquerda. O que conhecemos desse período são dois manifestos contra o governo varguista que conseguiram circular principalmente no meio universitário, já

² GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1986. p. 29.

³ Projeto ORVIL. Trata-se de uma obra única, nunca foi publicada, mas está disponível na página www.averdadesufocada.com e segue como anexo no CD.

nos últimos anos da ditadura: o Manifesto dos Intelectuais Mineiros, em 1943, e o Manifesto dos Estudantes, já em 1945 no Rio de Janeiro.

Em seu artigo, Carla Rodeghero mostra que o anticomunismo foi um dos elementos centrais na transição entre um clima de abertura (o ano de 1945) e outro de fechamento e repressão (1946-1947). Isto se verificou principalmente por ter sido o breve período de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB), iniciado com a euforia do final da Guerra e finalizado com a cassação do registro do partido em 1947⁴.

Em 1957 surge a Cruzada Anticomunista, um grupo que se dedicava a publicar matérias em jornais falando do comunismo e da ameaça que o Brasil vinha sofrendo. Aquela década culminou com a Revolução Cubana e, com ela, a crescente preocupação dos governos e da sociedade civil conservadora em relação ao perigo comunista. É nesse período que nasce a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, TFP.

A fundação da TFP ocorreu em julho de 1960, e derivou da decisão de um grupo dentro da Igreja Católica de se reunir de forma associativa para “*defender e estimular, de forma mais ampla, a Tradição, a Família e a Propriedade Privada, pilares da civilização cristã no país.*”⁵ A partir de então, esta associação orienta cultural e politicamente os seus membros, que atuaram em várias situações de defesa desses “pilares da civilização cristã” durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

A Revolução Cubana, em 1969, parece ter sido outro marco do avanço comunista dentro da lógica do pensamento conservador. No início dos anos 1960 apareceram vários grupos civis de cunho anticomunista não só preocupados em divulgar manifestos esclarecedores para a sociedade em relação ao perigo vermelho, mas também em formar lideranças principalmente dentro dos meios estudantil, operário e camponês, onde a “situação” era fortemente de esquerda. É nesse viés que surgem o Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil – CLACE – e o Centro de Estudos Interamericanos – CEI.

⁴ Sobre esse período, ver também MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Porto Alegre; UFRGS, 2007. Dissertação (Mestrado)

⁵ Art. 1º, § 1º. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Estatuto Social. *Apud*: ZANOTTO, Gizele. Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação In: XI Anais do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade - Mundos Religiosos: Identidades e Convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. Disponível em:

http://www.cfh.ufsc.br/~larc/arquivos/tfp_cristianismo_soc_salvacao.pdf

Formada com dinheiro vindo dos bolsos de empresários descontentes com os possíveis caminhos que o país tomava, organizada por gente experiente (CIA) em formação de lideranças, essa entidade [CLACE] conseguiu acompanhar com desenvoltura a movimentação estudantil infiltrando agentes em encontros, assembleias e comícios nas grandes cidades. Uma organização idêntica completava o trabalho: o CEI, que dispunha de um arquivo com ficha de todos os estudantes tidos como de esquerda do Brasil e de vários países do continente.⁶

Essas entidades estavam também relacionadas com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES – formado por empresários, economistas e intelectuais preocupados com os rumos da política e economia no Brasil do governo Jânio Quadros. O IPES iniciou no Rio de Janeiro com cerca de 80 membros, mas em dois anos já contava com mais de 500 sócios em seis capitais brasileiras. O IPES foi provavelmente o órgão mais bem articulado e remunerado com o intuito de desestabilizar o governo de João Goulart.

Calcula-se que o IPES esteve no centro de uma teia que gastou o equivalente a 100 milhões de dólares. Com uma dinâmica de grande empresa, esse dinheiro foi gasto para financiar políticos nas eleições de 1962, grupos de estudantes e operários anticomunistas durante as agitações de 1963 e para imprimir propaganda – 280 mil exemplares de livros e 2,5 milhões de impressos apenas em 1963. Entre as demais atividades do instituto destacavam-se as viagens realizadas pelos dirigentes com o objetivo de proferir palestras e coordenar a atividade de desestabilização do governo Goulart em todos os estados do país [...].⁷

Ainda nos exemplos de organizações civis preocupadas em desestruturar o governo de Jango, foram importantes os movimentos das mulheres “donas-de-casa e mães de família brasileiras”, protagonistas das notórias “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Elas foram as primeiras a reclamar uma atitude do Exército frente ao caráter esquerdista que, diziam, estava apresentando o governo de João Goulart.

Divulgavam que o comunismo, se chegasse ao poder, teria como base as premissas: regime ateu, que abolia as religiões; Estado totalitário, que separava os filhos

⁶ DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/80*. São Paulo, Cone: 1985, p.18

⁷ WASSERMAN, Cláudia. *O golpe de 64: tudo o que se perdeu*. In: Padros, Enrique Serra. (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional. Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. Estudo aprofundado da instituição em DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

dos pais; regime da violência e do terror, que abolia as liberdades individuais; regime da tristeza e do tédio, onde ser feliz era proibido⁸.

Esses grupos foram estudados pela historiadora paranaense Solange de Deus Simões, que mostra como se integravam à rede de relações do IPES, do setor conservador da Igreja Católica e das forças armadas⁹. As mulheres, divulgadas na imprensa não como “cidadãs” representantes de setores da sociedade, como mães, esposas, noivas, filhas, adquiriam um caráter “santificado” para tentar formar uma opinião pública. Vejamos o que diz uma das líderes da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde):

Se não fosse uma grande campanha de opinião pública era impossível fazer alguma coisa contra o governo, realmente legalmente eleito. De modo que nós fomos incumbidas, as mulheres, de fazer uma divulgação, de mudar a mentalidade, mostrar às mulheres o que se estava passando no Brasil e começar a fazer uma opinião pública realmente atuante. Nós sabíamos que como nós estávamos incumbidas da opinião pública, os militares estavam à espera do amadurecimento da opinião pública. Porque sem isso eles não agiriam de maneira nenhuma. A não ser que a opinião pública pedisse. E foi isso o que nós conseguimos.¹⁰

A lembrança do general Carlos Alberto da Fontoura coincide com o depoimento acima. Em entrevista concedida ao CPDOC em 1993, ele afirma:

Eu fui chamado de covarde várias vezes – fardado –, por gente desconhecida na Rua da Praia, que é a rua do Ouvidor de Porto Alegre. Diziam: “Vocês são uns covardes. O que é que estão esperando?” Eu cansei de ouvir da família. Não a mulher e os filhos, mas outras pessoas da família: “Estão esperando o quê? Que o Stalin venha sentar aqui em Brasília?” Era nesse tom. Quer dizer, nós fomos atrás do povo. Na verdade, o Exército não saiu na frente, as forças armadas não saíram na frente do povo. Eu lhe digo isso com toda a sinceridade. Se o povo não quisesse... Sem o apoio do povo, não se faz nada.¹¹

⁸ SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 54.

⁹ Os grupos estudados foram: Campanha da Mulher pela Democracia (Camde-Guanabara), União Cívica Feminina (UCF-São Paulo), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF-São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Limde-Minas Gerais), a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG-Rio Grande do Sul) e a Cruzada Democrática Feminina (CDF-Pernambuco).

¹⁰ Entrevista com E. R. Dantas, publicado em SIMÕES, op. cit., 39-40

¹¹ FONTOURA, Carlos Alberto. Entrevista. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 128 p. dat. p.26. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

Tudo isso demonstra que os setores conservadores estavam unindo forças para retirar João Goulart da presidência. O capital financiava, a igreja argumentava, a moral-cristã familiar exigia e as forças armadas por fim agiram. A partir desse pequeno histórico, é possível inserir o objeto de estudo dessa pesquisa como herdeiro dessa direita civil conservadora, violenta, e, no caso específico, terrorista: o Comando de Caça aos Comunistas, CCC.

Definição

Definir o CCC foi a tarefa mais difícil desse trabalho. Grupo, organização, paramilitar, clandestina, de extrema-direita, terrorista, desordeiros, são algumas das definições encontradas na bibliografia. Porém, para melhor compreensão do objeto de estudo, é importante destacar algumas características que permitem *tentar* definir o CCC da forma como ele será tratado neste trabalho.

Inicialmente é preciso deixar de lado a noção única que se tem sobre essa sigla. O CCC não deve ser encarado como *um grupo*, ou *uma organização*, isto porque não se revelou *único*, mas vários CCCs. Ao longo do período pesquisado, o CCC adquiriu várias faces, ora como estudante, ora como membro dos quadros institucionais de repressão, ora como opositor ao processo de abertura política. E também vários sotaques, já que foram muitas as ações realizadas em todo o Brasil.

Por não ser único, também não pode ser visto como organização. Porém, em alguns momentos o CCC atuou como tal, por exemplo, quando lançou um manifesto à imprensa, em 1968, e divulgou nele seus objetivos, mostrou-se para a sociedade – contrariando sua fama de clandestinos; assinou o documento como “*Comando de Caça aos Comunistas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre*”. Também mostraram seu caráter de organização quando alguns membros do grupo foram entrevistados pelo jornalista da revista *O Cruzeiro*, em 1968, e revelaram existir uma estrutura organizada, com cargos de importância.

No entanto, na maior parte do período pesquisado, o CCC revelou-se plural, no que diz respeito a *quem* fazia parte dele e *quando* fazia parte. As características das ações também variaram ao longo do período: de bombas, pichações, destruições até sequestro e assassinato. O que verdadeiramente uniu todas as ações analisadas foi a *sigla* CCC e a identidade que foi a ela atribuída, baseada no *terrorismo* e na *impunidade*.

Destacar a importância da *sigla* não reduz a intensidade das ações, ao contrário, as torna ainda maior. Isto pelo fato de o CCC ter utilizado essa sigla para assumir um caráter duplo de identificação e anonimato, o que permitia identificar o autor das atividades – a *sigla* CCC – ao mesmo tempo em que deixava anônimos seus verdadeiros atores. Ao longo do texto voltaremos a analisar esse caráter.

O fator clandestinidade também se apresentou de forma ambígua para o CCC. O planejamento das ações se dava de forma clandestina. Porém, a efetivação de suas atividades era bastante divulgada, inclusive este era um dos objetivos do CCC, já que se tratava de ações espalhafatosas, grandiosas, bombásticas. A sua atuação reivindica para si uma função que é do Estado, a de deter o monopólio da violência. Sendo essa uma ação ilegítima por parte de um grupo civil, sua existência precisa ser clandestina. Mas as ações precisam ser conhecidas, divulgadas. Miguel Bonasso faz uma análise interessante sobre essa dubiedade em seus estudos sobre o terror por parte do Estado:

[O Estado] debe difundir sus prácticas más crueles y aberrantes para generalizar el terror y asegurar la dominación, pero debe, al mismo tiempo, negar su autoría para no transgredir las normas jurídicas internas e internacionales que aseguran – en teoría – el respecto a los derechos humanos.¹²

O uso do terror só tem utilidade política se ele se torna público. No caso do Estado analisado por Bonasso, a autoria desse terror deve ser suprimida para não entrar em conflito com os deveres de garantia aos direitos humanos. Mas no caso do CCC, essa autoria é justamente reivindicada pela sigla, com o intuito de fortalecê-la e torná-la cada vez mais conhecida e associada com o terror, fazendo com que ela, sozinha, seja capaz de gerar medo.

O CCC era formado majoritariamente por civis e atuou de forma auxiliar ao aparato repressivo da ditadura. Porém, não podemos afirmar que havia uma estrutura como a do exército, com fardamento, armamento, e técnicas policiais, características paramilitares. Em 1968 havia essa estrutura, e assim como podemos nos referir ao CCC de 68 como organização, podemos também inferir-lhe a característica de paramilitar.

Por todas as suas características, as ações revelaram um ponto em comum: o objetivo de disseminar o terror, o medo, não apenas ao alvo atingido, mas a toda a

¹² BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990. p.1.

sociedade, o que explica sua ampla divulgação. Também é possível afirmar que se trata de uma sigla de extrema-direita, já que os valores da direita foram defendidos de forma extremamente violenta. Nesse sentido, a forma que melhor define o presente objeto de estudo é: *uma sigla terrorista de extrema-direita*. Porém, é importante afirmar que não se torna equívoco, entretanto, tratar a sigla como grupo quando estivermos analisando uma ação específica, pois nesse momento o caráter grupo se sobressai à sigla, pois é o grupo de pessoas que leva a termo uma atividade.

Histórico

Desde 1962 existia em São Paulo um Comando de Caça aos Comunistas, formado essencialmente por jovens estudantes da USP. Tratava-se de uma turma formada a partir de um racha do centro acadêmico da Faculdade de Direito, o Partido do Kaos.

João Marcos Flaquer me comunicou, creio que no final de 1962 ou a inícios de 1963, que estavam organizando um grupo chamado CCC. Falei: “O que é isso aí?”. E ele: “Você não viu na bandeira da União Soviética, CCCP?”, que em russo quer dizer alguma coisa haver com Partido Comunista ou Comitê Central. Não sei qual é o significado certo, mas na tradução das siglas para as letras vernáculas é CCCP. E continuou: “estou fundando o CCC sem o P, aqui dentro do Kaos...” E perguntei novamente: “Mas o que é isso?”. Explicou-me que era um comando de caça aos extremistas de esquerda, dizendo quais pessoas iriam participar do CCC, entre os quais eu sabia que incluíam anti-semitas, etc. E eu novamente: “Não acho isso bom porque parece mais KKK, Ku Klux Klan, do que CCC, Comando de Caça aos Comunistas. Estou contra, de maneira que não vou me comprometer com isso, e tampouco acho que deve ligá-lo ao partido do Kaos”. Porém eu não podia recusar o apoio do João Marcos porque ele era uma pessoa que dava cobertura, até física, como uma tropa de choque, para atuar na Faculdade de Direito, porque a coisa ali pegava feio.¹³

¹³ LOPES, Gustavo Esteves. “*Ensaio de Terrorismo*”: *História Oral do Comando de Caça aos Comunistas*. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP: São Paulo, 2007. p. 42. Entrevista de Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos, então candidato a presidente do Centro Acadêmico IX de Agosto da Faculdade de Direito da USP. Ele conta que o Partido do Kaos teve, mais tarde, simpatizantes famosos como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jô Soares e Jorge Mautner – este último seu maior expoente, inclusive com livros publicados onde descreve o sentimento de caos experimentado naquela época, recusando-se a optar entre a esquerda e a direita, mas buscando algo superior que denominavam “Nova Coisa”. Entre os atos do Partido Kaos destaque para a defesa de um alistamento de pessoas interessadas em pegar em armas e levar de volta à presidência Jânio Quadros, incluindo a hipótese de irem para a Serra do Mar, “*como Fidel Castro, que foi para Sierra Maestra*”.

Ou seja, o que imediatamente chamou a atenção para nomear um grupo extremista foi, justamente, uma sigla, *CCCP* (a mesma abreviatura de URSS, em russo). A associação com a Ku Klux Klan também foi encontrada em outros momentos da pesquisa, como em uma fala do deputado emedebista gaúcho Pedro Simon, quando da ação do CCC contra a peça *Roda Viva* em Porto Alegre, em outubro de 1968.

Élio Gaspari comenta que antes da deflagração do golpe militar “*davam-se muito mais a tumultos, estorvando ou impedindo conferências de políticos governistas, do que a atentados*”¹⁴, mas que depois passaram a ser mais ostensivos. O incêndio à sede da União Nacional dos Estudantes, em 01 de abril de 1964 foi considerado a primeira ação terrorista atribuída ao CCC.

O maior número de atividades, porém, ocorreu no ano de 1968. Foi neste ano que, podemos dizer, se conformou uma identidade do CCC, quando foi realizada a ação mais conhecida do grupo: o duplo ataque aos atores da peça teatral *Roda Viva*. Mas é importante ressaltar que, para ter sido a mais conhecida, demais ações *menores* que vinham sendo realizadas pelo CCC foram importantes para que esta se destacasse. Todas as ações realizadas pelo CCC, em conjunto, foram importantes para o fortalecimento da sigla, inclusive no sentido de legitimar o medo gerado pelas suas atividades.

Objetivo e relevância

O objetivo desta pesquisa é investigar e analisar as ações do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC, localizando-as dentro do contexto histórico em que apareceram, suas especificidades, finalidades e funções, bem como seus desdobramentos perante o governo militar e a sociedade civil, a partir da perspectiva do terrorismo e da impunidade. O período pesquisado divide-se em dois momentos. O primeiro se estende de 1968 a 1969, e corresponde ao início dos anos mais repressivos da ditadura militar no Brasil. O segundo é entre os anos 1978 e 1981, período em que se vivia uma abertura democrática no cenário político, mas também, como veremos, recheado de ações de cunho terrorista. Entretanto, essas datas não são restritivas para a análise, e eventualmente serão trazidos à tona eventos fora dessas margens a título de compreensão histórica. O CCC mostrou-se com características diferentes ao longo do

¹⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

período pesquisado, adaptando-se às conjunturas políticas e readequando seus objetivos conforme as necessidades.

Este trabalho também se caracteriza pelo ineditismo. Até o momento de escrita deste texto, apenas um trabalho acadêmico se destinou a estudar o CCC. Em dissertação de mestrado, defendida em 2007 na USP, Gustavo Lopes realizou um trabalho de História Oral com doze testemunhas da atuação do CCC entre vítimas diretas, colegas e integrantes do CCC de São Paulo. Sua proposta foi trabalhar com as memórias do CCC paulista de 1968. O autor estabelece um diálogo com reportagens da época e bibliografia, atendo-se, porém, ao ano de 1968 e aos episódios localizados na cidade de São Paulo. O foco de sua análise foram as entrevistas enquanto memórias daquelas pessoas. Não foi objetivo do autor reconstruir a história do CCC, nem utilizar outros tipos de fontes que não as (riquíssimas) entrevistas, ou problematizar sobre sua existência na história política do Brasil. Nesses termos, a presente dissertação pode ser considerada inédita, e porta de entrada para futuras pesquisas.¹⁵

Divisão dos capítulos

Este trabalho está dividido em três partes. A primeira analisa as ações mais frequentes encontradas na documentação realizadas em 1968, como bombas, pichações, destruições, onde o palco foi basicamente o meio estudantil do centro-sul do Brasil. Destaca-se o conflito estudantil entre os alunos da USP e da Mackenzie, conhecido como *batalha da Maria Antônia*. Também na primeira parte será analisada a drástica redução dos atentados do CCC entre 1969 e 1978. A partir da pesquisa de Flavio Deckes, verificamos que, não apenas o CCC, mas a maioria dos grupos terroristas de extrema-direita ficou dez anos praticamente sem aparecer na grande imprensa. Essa ausência pode gerar algumas interpretações, mas a partir de relatos de tortura é possível cruzar informações e inferir que membros desses grupos foram aproveitados pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro.

Na segunda parte do trabalho serão analisadas duas ações do CCC realizadas em 1968, que se destacaram das demais: o ataque aos atores da peça *Roda Viva*, primeiro em São Paulo e depois em Porto Alegre, e a morte sob tortura do Padre Henrique no Recife. Uma, destacou-se pelo tamanho, a outra, pela violência.

¹⁵ LOPES, op. cit. Todas as entrevistas foram transcritas e divulgadas em sua dissertação, o que configurou também em uma importante fonte de apoio para este trabalho.

A terceira parte do trabalho trata do retorno do CCC à grande imprensa, período que vai de 1978 a 1981. Nesses anos, o CCC apresentou características específicas, e podemos classificar esse tempo como uma segunda fase daquela sigla.

A divisão do trabalho dessa forma contribui para o entendimento de que as práticas de terror do CCC foram sempre tratadas com impunidade pela ditadura civil-militar. No período considerado de abertura política, a sigla volta a realizar atividades terroristas, sem nunca ter sido punida.

As imagens se configuraram elemento importante ao longo da pesquisa, especialmente pela atuação da imprensa na divulgação das ações do CCC. Um veículo bastante ligado à história do CCC foi a revista *O Cruzeiro*, caracterizada pelas fotorreportagens, ligada a um contexto de surgimento das imagens coloridas na imprensa. Algumas delas estão expostas no corpo do trabalho, outras foram anexadas ao final do texto de maneira ilustrativa. Segue também como anexo ilustrativo deste trabalho, um CD com dois depoimentos sobre a ação do CCC contra a peça Roda Viva, um de Chico Buarque e outro da atriz Elizabeth Gasper, e o *clipe* da música “Volta CCC”. Os arquivos estão no formato [.avi].

Revisão bibliográfica

Em termos de publicação é possível contar com dois livros que falam sobre o CCC: uma reportagem e uma coletânea de textos memorialísticos. O primeiro é o livro de Flavio Deckes, *Radiografia do Terrorismo no Brasil. 66/80*, publicado em 1985, que reúne as principais ações de cunho terrorista associadas a organizações anticomunistas, como o CCC, o Movimento Anticomunista (MAC), o Grupo Anticomunista (GAC), a Ação Anticomunista Brasileira (AAB), o Grupo de Ação Patriótica (GAP), Falange Pátria Nova (FPN), Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), mas também outras organizações e entidades de defesa do regime militar e seus princípios, como a União Cívica Feminina (UCF), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), a Tradição Família e Propriedade (TFP), o Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil (CLACE), Centro de Estudos Americanos (CEI), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e até os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e seus Destacamentos de Operações de Informações (DOI), e a Operação Bandeirantes (OBAN), formando assim um complexo sistema de rede terrorista de extrema-direita do mais variado espectro. Apesar da iniciativa bastante inovadora e corajosa para a época, e

da visível pesquisa exaustiva – destaque para a relação de 89 “*atentados terroristas de direita no Brasil: 1966/1980*” – o livro se limita a apresentar essas entidades, muito mais do que problematizar a respeito delas. A ausência de notas e de referências completas também dificulta a compreensão e a identificação de algumas informações e das fontes utilizadas.¹⁶

A segunda obra mencionada é *Maria Antônia: uma rua na contramão*, organizada por Maria Cecília Loschiavo dos Santos. O livro conta com 31 textos de antigos alunos e professores que vivenciaram o conflito estudantil ocorrido em outubro de 1968 na rua Maria Antônia, em São Paulo, e que envolveu o CCC naquele ambiente que, segundo a autora, formava um verdadeiro bairro universitário, “*um centro nervoso de todas as atividades estudantis de São Paulo*”.¹⁷

Além dessas, existe a bibliografia que aborda contextualmente o objeto de estudo desse trabalho. Entre os exemplos mais significativos estão os livros: de Zuenir Ventura, *68: o ano que não terminou*, que narra os conflitos da Maria Antônia e os incidentes com a Roda Viva¹⁸; o *Combate nas trevas* de Jacob Gorender; *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti e o livro *Brasil: nunca mais*. Gorender comentou a atuação do CCC em 1968, contra o movimento estudantil e o teatro:

Em São Paulo, travou-se uma guerra entre a esquerda universitária, com seu quartel-general na Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, e a direita universitária liderada pelo *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC), protegida na fronteira Universidade Mackenzie. A guerra vai das pedradas aos disparos de armas de fogo do Mackenzie, que mata o estudante José Guimarães no dia 2 de outubro. Os alunos da USP saem com o cadáver da Faculdade de Filosofia e percorrem o centro de São Paulo. [...] Em São Paulo e no Rio, o CCC atacava teatros e livrarias e agredia artistas. Em julho, o teatro Galpão, na capital paulista onde se apresentava a peça ‘Roda Viva’ de Chico Buarque de Hollanda, sofreu a invasão dos desordeiros do CCC, que espancaram atores e pessoas do público. No Rio, uma bomba explodiu na Livraria Civilização Brasileira em outubro, incidente repetido em dezembro no Teatro Opinião.¹⁹

Ridenti também descreve brevemente o episódio da Maria Antônia:

¹⁶ DECKES, Flavio. Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/80. São Paulo, Cone: 1985.

¹⁷ SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

¹⁸ VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Trecho da obra será analisado no Capítulo 2.

¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 3ª edição, 1987, pp. 148-151

Alguns filhos de famílias burguesas ou tradicionais, decadentes ou não, menos ou mais ricas, tomaram parte no movimento estudantil. Algumas ovelhas desgarradas aderiram a posições de esquerda, chegando mesmo a integrar os grupos armados. Outros defendiam suas classes de origem, por exemplo, ao formar entidades para-militares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas, o conhecido CCC, que realizou inúmeros atentados e tinha bases, em São Paulo, na Universidade Mackenzie e na Faculdade de Direito da USP.

Em nota de rodapé referente ao parágrafo acima:

Além do CCC, havia outras entidades para-militares de direita presentes no meio estudantil, como MAC (Movimento Anticomunista) e a FAC (Frente Anticomunista). Entretanto, a extrema-direita era minoritária até mesmo no Mackenzie, onde se encontrava apoio notório da direção da Universidade. Segundo José Dirceu, então presidente da UEE-SP, em 1968 houve ‘uma suposta briga entre o Mackenzie e a Filosofia, que nunca existiu. A diretora do Mackenzie era minoritária lá dentro e eles vieram contra 90% dos estudantes da Filosofia da USP’. No mesmo sentido, aponta Lauro P. Toledo Ferraz, na época, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Mackenzie, que ressalta a união das esquerdas naquela Universidade, contra os elementos de direita, ligados à polícia e à diretoria do Mackenzie”²⁰

O livro *Brasil: nunca mais* apresenta o incêndio da UNE como ação do CCC: “Com efeito, já no dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE, na praia do Flamengo, Rio de Janeiro foi ocupada, saqueada e incendiada pelos golpistas através de uma organização paramilitar denominada CCC - Comando de Caça aos Comunistas”²¹.

Alguns livros memorialísticos que tratam do período da Ditadura também se referem ao CCC. Suas contribuições estão na peculiaridade de cada lembrança dos episódios vivenciados. O primeiro exemplo é a obra de Fernando Perrone – deputado paulista pelo MDB que conseguiu viabilizar uma Comissão Estadual de Inquérito em novembro de 1968 – que em 1988 publica:

Os choques da Maria Antônia tinham raízes que vinham desde 64, na época do golpe, quando o CCC invadiu e empastelou o grêmio da Faculdade de Filosofia. Em 65, o DCE alugou uma casa na Rua Major Sertório e eles foram lá, colocaram os estudantes para fora e ocuparam o prédio no tapa. Os membros do CCC eram rapazes bem treinados em artes marciais e recebiam ajuda da

²⁰ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. pp. 141-142.

²¹ BRASIL NUNCA MAIS. Petrópolis: Vozes, 1985. 4ª ed., p. 132.

polícia. Sempre havia policiais no meio deles. Já o pessoal da Filosofia era despreparado, e a faculdade tinha um grande número de moças.²²

A memória de Claudio Gutierrez, *A Guerrilha Brancaleone*, particulariza-se por lembrar a presença do CCC do Rio Grande do Sul:

Com o crescimento das manifestações populares e o surgimento de organizações armadas de esquerda, começaram a atuar grupos como o Comando de Caça aos Comunistas - CCC. Em agosto, explodiram uma bomba na frente da casa dos meus pais, onde eu morava. Não era um ato isolado, lançaram bombas nas faculdades, jornais e picharam a casa de militantes com ameaças e frases, onde não era raro o preconceito contra a mulher e o anti-semitismo. As organizações de ultradireita tinham canais diretos com a comunidade de informações. As pichações do teatro Leopoldina e o espancamento dos artistas da peça *Roda Viva* em Porto Alegre, com o sequestro da atriz e do ator principal, foram resultado da simbiose entre repressão oficial e grupos paramilitares.

As ameaças contra os teatros em Porto Alegre eram rotineiras e dirigiam-se contra o Teatro de Arena e o Centro de Artes Dramáticas da Universidade. Propusemo-nos a fazer segurança destes teatros na iminência de ataques do CCC. Esmeramo-nos especialmente quando o Arena sofreu ameaças de ataque pela apresentação da peça de Brecht “Os Fuzis da Sra. Carrar”. Montamos um esquema de segurança que incluía, inclusive, a metralhadora. Colocamos mais de uma dezena de militantes armados dentro e fora do teatro. Certamente para o bem de todos, principalmente da plateia que tudo ignorava, o CCC não atacou.²³

Nas pesquisas realizadas por brasilianistas, Thomas Skidmore tentou explicar o CCC e o MAC. Apesar de alguns equívocos nesta explicação, o pequeno parágrafo é importante pela divulgação dessas siglas e pela tentativa de tentar decifrá-las:

A direita também se mobilizava através do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista, as duas organizações mais conhecidas. A tática favorita de ambas em 1968 era invadir um teatro durante a apresentação de uma peça taxada pelos seus membros de ‘subversiva’ e atacar fisicamente os atores e até às vezes o público. Em 1968, o CCC, juntamente com estudantes da Universidade Mackenzie, instituição privada profundamente conservadora, sitiaram a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, cujos alunos e professores eram

²² PERRONE, Fernando. *Relatos de guerra: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988. p. 126-128.

²³ GUTIERREZ, Claudio Antonio W., *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999. p. 70.

‘agentes comunistas’. Os atacantes do CCC destruíram o interior do edifício principal enquanto a polícia apenas assistia.²⁴

Essas referências bibliográficas são, possivelmente, tudo o que se publicou sobre a atuação do CCC. Como é possível verificar, a investigação acerca dessa organização ainda é pouco explorada, havendo ainda muitas contradições e mesmo incertezas sobre os episódios, os integrantes, e a ligação com os setores militares. É mister afirmar ainda que a bibliografia sobre o período militar conta com o silêncio dos militares e dos grupos civis apoiadores do golpe. A Lei de Anistia de 1979 coroou este silêncio como resposta definitiva do Estado brasileiro, visando o esquecimento em relação aos crimes que cometeu e que cometeram em seu nome.

O estudo da direita do período ditatorial militar não foi muito recorrente no campo acadêmico durante certo tempo. Antes da década de 1990, podemos citar duas obras de destaque que se dedicaram a esse estudo: *1964: a conquista do Estado*, de René Dreiffus e *Deus pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*, de Solange Simões, ambos os trabalhos publicados pela editora Vozes, e que serão comentados no *Capítulo 1* desta dissertação.²⁵

Foi na época das reflexões acerca dos 30 anos do golpe que os historiadores se debruçaram sobre o tema. O Projeto “A Memória Militar sobre a Ditadura” do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas foi um marco nesse campo. Iniciado em 1992, o projeto contou com os historiadores Maria Celina de Araújo, Celso Castro e Gláucio Soares tentando resgatar as memórias dos militares envolvidos nos cargos de poder durante o período. Foram realizadas 20 entrevistas que resultaram em uma trilogia: *Visões do golpe*, *Os anos de chumbo* e *A volta aos quartéis*²⁶; na biografia do general-presidente Ernesto Geisel, lançada depois da sua morte²⁷ e na obra analítica *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*, publicada em 1994.

O CCC aparece no segundo volume sobre a *memória militar* (Os Anos de Chumbo), em um quadro cronológico, localizado no dia 18 de julho de 1968, quando do

²⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 160.

²⁵ DREIFFUS, op.cit. e SIMÕES, op. cit.

²⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

²⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

episódio com a *Roda Viva* em São Paulo. Os militares não fizeram referência ao CCC ou a qualquer outra organização de extrema direita, nem tampouco os autores levantam tal questão. O que chama atenção aqui é o silêncio sobre esses grupos e as atividades que fizeram ao longo de todo o período militar. Em uma obra desse tamanho monumental, que se propõe a resgatar memórias do governo militar é no mínimo intrigante que não tenha sido lembrado nenhum fato que, de uma forma ou de outra, tenha contribuído com a repressão da ditadura na sociedade.

Nos últimos anos, a bibliografia sobre a ditadura se renovou em relação aos temas e aos enfoques de pesquisa. Foram alvos das pesquisas acadêmicas a propaganda, a censura, a música, o teatro, os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), os arrependidos. Apesar disso, existem algumas questões que não participam dessa renovação ou poucas vezes dos diálogos estabelecidos entre os historiadores desta área de pesquisa. Entre elas está o estudo dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Tomando como exemplo o livro organizado pelos professores Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta, que se propõe a reunir trabalhos apresentados em 2004, podemos citar apenas dois trabalhos que elegem a parcela apoiadora do regime militar para debruçar seus estudos²⁸. Um deles é o de Beatriz Kushnir, que verifica uma parcela colaboracionista na imprensa brasileira, os jornalistas que eram também censores ou policiais²⁹. O outro é o trabalho sobre a Arena, no qual Lucia Grimberg tenta desmistificar um pouco os sentidos comuns que se tem sobre aquele partido e mostrar, através de pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral, que boa parte da sociedade “apoiava o regime elegendo os candidatos da Arena”³⁰.

Outras pesquisas recentes podem ser incluídas nas tentativas de construir o cenário do conservadorismo, já numa esfera institucional. Os trabalhos de Carlos Fico sobre o Sistema Nacional de Informações³¹, o de Caroline Bauer sobre a DOPS do Rio Grande do Sul³² – primeiros resultados da conquista morosa de acesso aos arquivos

²⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

²⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: entre jornalistas e censores*. IN: Aarão, op. cit. 251

³⁰ GRIMBERG, Lucia. *Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”*. IN: Aarão, op. cit., p. 147

³¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³² BAUER, Caroline. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado.

institucionais – e até mesmo a instituição militar através das memórias de seus atores corroboram para reconstituir o cenário político institucional do Brasil militar.

Consideração teórica

A discussão sobre impunidade sempre se faz presente nas pesquisas que envolvem o período ditatorial civil-militar brasileiro. Desde durante esse período, órgãos de defesa dos direitos humanos alertam para a impunidade dos crimes praticados pelo Estado autoritário. Juridicamente, impunidade pode ser definida como a não aplicação de uma pena a um determinado crime. As atividades realizadas pelo CCC – bombas, pichações, destruição, assassinato, sequestro, tortura, danos morais, ameaça – podem, todos eles, ser considerados crimes pela legislação penal. Como nunca nenhuma pessoa foi condenada e apenada por ter praticado nenhuma das atividades relatadas nessa dissertação, podemos afirmar que o CCC foi e continua sendo uma organização terrorista impune que existiu na história do Brasil.

Terrorismo é um termo particularmente complexo de ser definido. Existem várias discussões teóricas a respeito do termo, incluindo valorações que defendem, por exemplo, que aquilo que é *terrorismo* para uns, pode ser *luta pela liberdade* para outros. Para este trabalho, definimos o termo a partir das considerações de De La Corte Ibañez, que estuda grupos terroristas da Espanha da atualidade:

Una forma de comenzar a precisar los atributos que caracterizan al terrorismo pasa por el mero análisis literal del término. Desde luego, no es casual que expresiones como *terrorismo* o *terrorista* hagan referencia a un particular estado emocional descrito en varios idiomas con la palabra *terror*. En latín *terrere* significa provocar temblor. Cabría deducir entonces que los actos terroristas son caracterizados como tales por su capacidad para infundir ese mismo estado psicológico al que la propia palabra alude. (...) Ahora bien, el terror puede ser suscitado por causas muy diversas y es evidente que nadie llamará "terrorista" a un terremoto o un accidente de tráfico. Por tanto, para ser más precisos diremos que los hechos o sucesos a los que debe hacer referencia la palabra terrorismo son de aquel tipo que se conoce como *acciones*.³³

Não basta provocar tremor, pavor, terror; o sentimento precisa ser causado por uma ação. Ao estudar o Estado nas Ditaduras de Segurança Nacional, muitos pesquisadores entendem que a melhor maneira de compreendê-lo teoricamente é sobre a

³³ DE LA CORTE IBÁÑEZ, Luis. La lógica del terrorismo. Madrid: Alianza Editorial, 2006. pp 39-40

ótica do terrorismo de Estado. É o caso, por exemplo, dos estudos de Enrique Padrós,³⁴ Caroline Bauer, Eduardo Duhalde³⁵, Miguel Bonasso, entre outros historiadores que debruçam seus estudos sobre as ditaduras civil-militares dos países latino-americanos. Este trabalho corrobora com esse ponto de vista, e acrescenta que esses grupos terroristas que agiram em nome do Estado, contribuíram para a instauração de um Estado terrorista. Irene Cardoso, ao analisar os acontecimentos de 68, assim define Terror de Estado:

O Terror de Estado significou simultaneamente a construção/destruição de identidades, a do guerrilheiro, a do inimigo, da Pátria, do desordeiro, a do depravado, e assim por diante, impondo uma identidade absoluta da ordem e da segurança nacional. A perversidade da situação é a de que tudo se fez em nome da lei, dos atos institucionais, da Lei de Segurança Nacional e, intermitentemente, com a presença da instância legislativa máxima, o Congresso Nacional. Tratou-se do arbítrio transfigurado em lei, um dos significados importantes presentes em 68 e que ainda circula, se repete, no Brasil de hoje.³⁶

O grupo ajudou a construir identidades, no sentido de identificar o *inimigo*, o *subversivo*, o *comunista*, isto é, aqueles que eram por ele atacados. Antes mesmo de o Estado utilizar-se da lei transfigurada pelo arbítrio para aprimorar a perversidade, o CCC atuava de forma terrorista, propagando o medo entre muitos setores da sociedade.

Fontes

Para o levantamento das ações do CCC foi necessário coletá-las, reuni-las e analisá-las, em um primeiro momento, a partir de notícias da grande imprensa nacional, especialmente o jornal *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, e a revista *O Cruzeiro*, e da imprensa regional do Rio Grande do Sul, como *Correio do Povo* e *Zero Hora*, e da imprensa regional do Paraná, como a *Tribuna do Paraná*, *Gazeta do Povo*. Um dos motivos para a realização desse levantamento é a escassa produção bibliográfica que apresenta o presente objeto de estudo.

³⁴ PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (doutorado). UFRGS: 2005.

³⁵ DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Editora Universitária, 1999.

³⁶ CARDOSO, Irene. Para uma crítica do presente. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 170-171.

Utilizar a imprensa como fonte histórica solicitou alguns cuidados metodológicos próprios, como levar em consideração as diferenças entre os periódicos, as especificidades do discurso jornalístico no período pesquisado, e, por se tratar de um período ditatorial, foi importante observar a relação do veículo com a censura. Por se tratar de ações de cunho *destruidor*, muitas vezes envolvendo bombas, foi importante levar em consideração também as características de *sensacionalismo* verificadas em algumas reportagens. Parte desse caráter se deve especialmente às reportagens da revista *O Cruzeiro*, devido à sua característica de polemizar ou chocar os leitores³⁷. Mas também pode ser atribuído ao caráter próprio das ações, que em sua maioria foram classificadas como “*vandalismo*” ou mesmo “*terrorismo*” pelos veículos de divulgação.

Além disso, muitas informações divulgadas na imprensa não foram possíveis de serem verificadas, ou cruzadas com outras fontes. Todos esses cuidados se agravam pelo fato de que se trata de um objeto de estudo pouco abordado na bibliografia existente, ou seja, com poucas obras de referência histórica.

Pela pouca bibliografia e pelo raro acesso aos arquivos institucionais, esta pesquisa se apoia primordialmente nas reportagens da imprensa. Porém, a pesquisa na imprensa não se resume a preencher essas ausências bibliográficas acerca do objeto. A utilização da imprensa como fonte histórica permite levantar questões próprias e importantes para a compreensão das atividades do CCC. Foi possível verificar, por exemplo:

1. como as ações eram divulgadas;
2. a divulgação de manifestos, objetivos e interesses do CCC;
3. a maneira como a ação era assumida pelo CCC;
4. o contexto noticioso, isto é, o que era divulgado naquele dia ou semana da ação;
5. a atuação da censura;
6. a concentração temporal das atividades;
7. a concentração regional das atividades;
8. as diferenças e semelhanças com grupos do mesmo período histórico.

O CCC também apareceu em documentos oficiais, como ofício da embaixada chilena no Brasil, Comissão de Inquérito em São Paulo e no Paraná, discursos de

³⁷ Podemos citar, por exemplo, a história de que a Miss Brasil de 1954, Martha Rocha, teria perdido o título para a americana por ter duas polegadas a mais no quadril. Essa história foi veiculada na revista *O Cruzeiro*, tornou-se fato consumado, mas nunca ficou comprovada. Ver: NETTO, Acioly. *O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. São Paulo; Sulina, 1998.

políticos no Rio Grande do Sul, e relatos de tortura no Projeto A do Brasil Nunca Mais. Em alguns momentos foi possível cruzar as informações das fontes, ora se complementando, ora se contradizendo. Essas dificuldades são características do estudo de um objeto pouco conhecido da historiografia, sendo esse trabalho uma tentativa de suprir essa lacuna, sem, no entanto, ter a pretensão de construir uma história concisa do CCC.

A realização de uma história oral chegou a ser cogitada para este trabalho, mas foi uma opção deixá-la de lado, por enquanto, devido à variedade das fontes, e as possibilidades que elas ofereciam. Além disso, a dissertação de Gustavo Lopes já se propunha a exercer essa tarefa, e viu-se necessária a realização de uma pesquisa empírica para apresentar a escrita de uma história possível sobre o CCC.

Capítulo 1:

CCC e o *tempo de 68*

Introdução

Este capítulo se destina a mapear o CCC dentro do tempo que chamarei *tempo de 68*: trata-se de um período que não se restringe ao ano de 1968, mas àquelas características que o marcaram, e que se estendem até 1969 e já aparecem em 1967. Essas características serão relevantes a partir do objeto de estudo, o CCC, e são, basicamente, a relação entre os fatos políticos que ocorreram no Brasil e os grupos sociais que nele estiveram envolvidos, especialmente o movimento estudantil, artístico, intelectual e religioso que se relacionavam com a situação política do Brasil. Devem ser consideradas as manifestações político-sociais de todos os gêneros e sua importância naquele período. A partir desse mapeamento é possível entender o CCC naquele contexto com suas peculiaridades, historicizando-o.

É profícuo abordar também, no início dessas discussões, os principais grupos de violência que atuaram nos anos 60 nos países latino-americanos e no cenário internacional. Nos países vizinhos viveu-se também a experiência da ditadura civil-militar de segurança nacional, e com ela também o desenvolvimento de siglas terroristas. A abordagem do contexto nos ajuda para perceber a influência que os eventos causaram em processos históricos e sociológicos brasileiros. Observar o que acontecia no mundo ajuda a compreender algumas das questões que envolvem o CCC.

A partir da compreensão do *tempo de 1968* e da formação de uma identidade do CCC, partimos para o estudo das fontes, e de uma grande atividade em que se envolveu o CCC: a guerra entre os estudantes da USP e da Mackenzie em outubro de 1968; a conhecida batalha da Maria Antônia, primeiro grande envolvimento do CCC no qual, apesar de ter tido investigação na Assembleia Legislativa de São Paulo, não sofreu nenhuma represália e, juntamente com outras atividades, construiu uma sigla poderosa, amedrontadora e impune, que se revelaria nas suas principais características.

O tempo de 68

Muitas ações do CCC ocorreram no ano de 1968. São datados deste e do ano seguinte a maior parte da documentação que sobre a sigla, incluindo reportagens de jornais e revistas – cujo papel na história do grupo acabou se mostrando de grande relevância –, além do único *manifesto* do grupo que se tem conhecimento, assinado pelo CCC de quatro cidades brasileiras, documentos de embaixadas, prontuários e Diários Oficiais. Foi também nesse período que ocorreram os episódios mais conhecidos envolvendo o nome do CCC: o ataque ao elenco da peça *Roda Viva* em São Paulo (janeiro de 1968) e em Porto Alegre (outubro de 1968), o envolvimento na briga entre estudantes da USP e da Mackenzie em São Paulo (outubro de 1968), e o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto em Recife (maio de 1969). Pela relevância desses dois episódios, eles serão analisado em um capítulo especial.

Entender 1968 não é possível se não alargarmos suas fronteiras cronológicas. Os fatos que ocorreram em 1968 e que fizeram dele um ano peculiar na história de muitos países podem ser percebidos também em anos anteriores e posteriores a 1968. Assim, torna-se mais correto falarmos em *tempo* de 68 do que em *ano* de 68, no sentido de recortar o período pelas suas semelhanças e não pelo seu tempo cronológico. Irene Cardoso utiliza o termo *acontecimentos de 68* para um período de tempo que não se restringe ao ano de 1968 em si, mas sucessivos eventos que extrapolaram esse marco cronológico, consolidando-se na memória coletiva como fenômenos que representam o *espírito* daquele ano.³⁸ Gustavo Lopes utiliza expressão “tempo de ditadura” em sua dissertação de mestrado para se referir a um período maior do que os anos dos governos militares no Brasil³⁹. Hobsbawm também se utiliza desse recurso para escrever sobre o Século XX, encurtando sua fronteira cronológica para 1914 a 1989.

Juventude, urbanização e classe média: as condições do “tempo”

O *tempo de 68* é essencialmente jovem. Os *baby-boom's* do pós Segunda Guerra tinham naquela data aproximadamente 18 anos. Analisando os dados do IBGE, em 1950 o Brasil tinha uma população de quase 52 milhões de pessoas. O número de jovens

³⁸ CARDOSO, op. cit.

³⁹ LOPES, op. cit.

entre 14 e 19 anos era de pouco mais de 5 milhões. Já em 1968, a população total chegou aos 80 milhões, e o número de jovens entre 14 e 19 anos ultrapassou a casa dos 10 milhões⁴⁰. Ou seja, no período em que a população cresceu pouco mais de 50%, o número de jovens dobrou.

Ao lado da população jovem, cresceram também em ritmo acelerado no pós Segunda Guerra a urbanização e a modernização no Brasil. Os governos de Vargas (1950-54) e Juscelino (1955-60) são característicos modelos de desenvolvimento urbano, cujo investimento em infraestrutura e urbanização são fatos concretos. A criação da Petrobrás e de uma cidade como Brasília, afora todo simbolismo que acarretou, desencadeou uma extensa criação de empregos no setor secundário que possivelmente o Brasil não vira antes em sua história. O crescimento do setor secundário (mão-de-obra operária) e terciário (serviços) em detrimento do setor primário (produção agrícola) marca na década de 1960 a virada da sociedade brasileira de rural para urbana. Junto com essa mudança foi infalível que também crescesse a classe média, por todas as suas demandas.

Marcelo Ridenti argumenta que essas três características – urbanização, população jovem, classe média – foram condicionantes, sobre as quais se apoiaram os acontecimentos de 1968. Ele seleciona três grupos sociais que protagonizaram a maior parte daqueles acontecimentos: os operários, os estudantes e os artistas.⁴¹ É interessante perceber que as características que Ridenti destaca para 1968 estão presentes na configuração deste objeto de estudo.

O CCC que atuou em 1968 era formado basicamente por jovens, urbanos, estudantes, de classe média, e que se confrontaram com setores – entre outros, os da – classe artística. O que podemos acrescentar como particularidade do CCC é que o seu alvo de ataque incluía o setor progressista da igreja católica, os padres considerados subversivos, em detrimento dos operários, que não se configuraram como seu alvo de ataque. A questão de gênero também aponta uma característica do grupo, já que na documentação aparecem apenas nomes masculinos compondo o CCC.

A juventude urbana de classe média dos anos 1950 e 1960 foi fortemente influenciada pelos ares de conhecimento que as mudanças daquela época acabaram

⁴⁰ Fonte: Censo demográfico (1950) e População estimada – pesquisa nacional por amostra de domicílios (jan/mar – 1968). Informações retiradas da página do instituto, www.ibge.gov.br.

⁴¹ RIDENTI, op. cit.

gerando. Terminar o *colegial* e ingressar na *faculdade* era *a onda do momento*. No entanto, é justamente nesse ponto que reside uma das principais causas de descontentamento dos jovens dos anos 60: a falta de vagas nas universidades brasileiras.

Em 1968 esse já era um grande dilema para os jovens que queriam ingressar em uma universidade. O sistema de ingresso era uma prova, elaborada por cada curso, e era considerado aprovado aquele candidato que tirasse a nota mínima exigida pelo curso. Ocorria que os alunos que alcançavam essa nota mínima eram em maior número do que as vagas oferecidas pelo curso, sobrando, todos os anos, uma quantidade de alunos em cada curso, os chamados *excedentes*.

Os excedentes cresciam desde o início dos anos 1960. Em 1968, a situação no Brasil parecia ser insustentável, o quão grande era o número de excedentes nos cursos universitários. As primeiras manifestações estudantis de 1968 em Porto Alegre, datadas de março, eram de universitários reivindicando seu lugar no curso o qual havia sido aprovado, apoiados pelos secundaristas, categoria estudantil que crescia dentro das manifestações estudantis e que nesse *tempo de 68* participou ativamente de muitas atividades em todo Brasil.

Em Palmeira das Missões, no interior do Rio Grande do Sul, os estudantes de uma escola estadual iniciaram o ano letivo com déficit de professores, e resolveram protestar entrando em greve. Sua iniciativa não foi isolada; naquele ano tornaram-se comuns as notícias de greve de estudantes, não só no Brasil, como no mundo todo, haja vista a famosa greve dos estudantes franceses no final do mês de maio de 68. O exemplo de Palmeira das Missões aponta para o cuidado que devemos ter ao *derivar* o movimento estudantil brasileiro do movimento francês. Esses movimentos estiveram vinculados na medida em que estavam sob mesmo contexto histórico. Porém, em minha pesquisa de graduação tive oportunidade de pesquisar os acontecimentos estudantis do ano de 1968, e pude observar que essas manifestações no Brasil iniciaram antes do que na França e que algumas reivindicações eram próprias do ambiente estudantil brasileiro.

A solução que os militares encontraram para o problema dos excedentes foi o concurso vestibular, o mesmo que temos em vigor ainda hoje, que ordena os alunos de forma classificatória, onde o número de vagas existente dita o número de alunos aprovados. Essa solução, evidentemente, não resolvia o problema da falta de vagas na universidade, apenas eliminava a categoria dos excedentes, recurso que desagradava ainda mais a população candidata a um lugar nas universidades.

A batalha do CCC na Maria Antônia

A falta de vagas e a falta de professores eram os dois pilares da insatisfação dos estudantes brasileiros no *tempo de 1968*. O governo militar, por sua vez, também não estava satisfeito com a população jovem do país. Era uma parcela volumosa, que crescia em uma velocidade maior do que crescia a população total, e que conseguia unir forças de diferentes setores da sociedade para reivindicar sua justa e nobre causa: o direito à educação. Era comum ver o governo associar os estudantes com adjetivos do tipo “arruaceiros”, “desordeiros”, “agitadores”, e também alegar a intromissão de “elementos” não ligados aos meios estudantis que se aproveitavam da situação para aumentar a desordem.

No cenário internacional a mobilização estudantil crescia a cada momento. Além da grande greve dos estudantes podemos citar aqui uma infinidade de exemplos de mobilização estudantil contra o autoritarismo em vários países além da França, como Tchecoslováquia, Itália, Estados Unidos, entre outros.

Os estudantes brasileiros estavam proibidos de se organizar institucionalmente desde o momento do golpe, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) estavam extintas desde 1964. Naquele mês de outubro de 1968 seria realizado mais um encontro clandestino de estudantes, em um sítio de Ibiúna, interior de São Paulo. Além da questão dos excedentes, outro assunto a ser discutido naquele 30º congresso seria, certamente, o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) com a United States Agency for International Development (USAID), que pretendia “contribuir” financeira e ideologicamente a educação brasileira.

essa estratégia, embora não explicitasse uma ação direta, planejadora e organizadora, incluía [...] um tipo de ação que implicava na doutrinação e treinamento de órgãos e pessoas intermediárias brasileiras, com vistas obviamente a uma intervenção na formulação de estratégias que a própria AID pretendia que fosse adotada pelos dirigentes, órgãos e instituições educacionais.⁴²

Nos primeiros dias daquele mês, os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP faziam um pedágio em frente ao prédio, na Rua Maria Antônia, no centro de São Paulo, para irem àquele congresso, quando foram atacados por alguns estudantes

⁴² ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 210.

da Universidade Mackenzie, cujo prédio ficava em frente ao outro, também na Maria Antônia. Primeiro com ovos e depois com pedras, iniciaram o que ficou conhecido como *batalha da Maria Antônia*. A universidade Mackenzie era conhecida pelos seus alunos, jovens envolvidos em manifestações anticomunistas, e no *tempo de 68* eram identificados como membros de grupos de extrema-direita, como o CCC, o MAC e a FAC. Em contrapartida, na USP estavam matriculados predominantemente estudantes que eram membros da então ilegal União Nacional dos Estudantes.

Exatamente às 10 e meia da manhã do dia 2, quarta-feira, começou a briga (...). A rua em que vivem as duas escolas rapidamente se esvaziou. Formaram-se grupos dos dois lados, dentro do Mackenzie, onde estudam membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC); dentro da Faculdade de Filosofia da USP, onde fica a sede da ex-União Estadual dos Estudantes. As duas frentes agrediram-se entre discursos inflamados e pausas esparsas. Ao meio-dia a intensidade da batalha aumentou, porque chegaram os alunos dos cursos da tarde. O Mackenzie mantinha uma vantagem tática – os seus prédios ficam em terreno mais elevado e são cercados por um muro alto. A Faculdade da USP está junto à calçada, num prédio cinzento e velho (...). Na rua, os estudantes da USP apupavam os do Mackenzie: “Nazistas, gorilas!” e os mackenzistas revidavam: “Guerrilheiros fajutos!”⁴³

Foram dois dias, 2 e 3 de outubro, de verdadeira guerra na rua que separava as duas Universidades, com direito a barricadas, bombas molotov, rojões, vidros de ácido sulfúrico (que corrói a pele) e tiros de arma de fogo, um deles atingindo fatalmente o estudante secundarista José Guimarães. Durante a noite, os estudantes se reuniam em assembleia dentro dos prédios das Universidades. Segundo a revista *Veja*, “*a assembleia da USP declarou que não queria lutar contra o Mackenzie, mas contra o CCC*”, colocando uma faixa em frente ao seu prédio: **CCC, FAC e MAC = Repressão**, e embaixo, **Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura**, ao que os mackenzistas teriam arrancando-a e recomeçado os ataques no dia seguinte, 3 de outubro.

Novamente a pequena rua estremeceu com a explosão de rojões, bombas, tiros, vidraças quebradas por tijolos e barras de ferro. Labaredas de fogo subiam pelas paredes lambendo o reboco e deixando um rastro negro de fuligem. Guardas civis protegiam o Mackenzie – ainda a pedido da reitora – armados de metralhadoras, fuzis e cassetetes tamanho família. Luís Travassos e Édson Soares, respectivamente presidente e vice-presidente da ex-UNE, somados a José

⁴³ *Destruição e morte por que?*. Revista *Veja*, 9/10/68, p. 14. Imagens do conflito estão anexadas ao final do trabalho.

Dirceu, presidente da ex-UEE, comandavam a resistência da Filosofia. (...) Na Mackenzie, alguém ensinava como preparar bombas Molotov (segundo alguns alunos, foram atiradas mais de mil contra os estudantes e o prédio da USP). Nos rojões de vara eram adaptados vidros com gás lacrimogêneo, que iam rebentar no interior das salas da USP. Ácidos de cheiro muito forte e enjoativo eram lançados da mesma maneira. Foram instalados fios elétricos nos portões de ferro e grades do Mackenzie. Quem tocasse ali seria eletrocutado. As vidraças quebradas da USP eram substituídas por tapumes de madeira.⁴⁴

O segundo dia foi o mais violento, culminando com a morte do estudante José Guimarães, atingido por um tiro de fuzil na cabeça. Essa arma é típica das Forças Armadas, e não de porte pessoal. Era aluno da terceira série ginásial (que corresponde à 8ª série do ensino fundamental) que, assim como outros estudantes, uniram-se aos universitários da USP. Muitos alunos tiveram fraturas ao caírem dos telhados da Mackenzie, local feito de barricada pelos estudantes para atacarem o prédio da USP, que ficava localizado em um nível mais baixo da rua Maria Antônia e era constituído de uma fachada e pátio interno aberto, sendo este o alvo principal das bombas e coquetéis molotov advindos do outro prédio. Um aluno da Mackenzie e membro do CCC foi linchado pelos alunos da USP: João Parisi Filho, estudante de direito e halterofilista. Parisi foi, posteriormente, citado em uma lista de membros do CCC divulgada na revista *O Cruzeiro* daquele mês. Também foi citado por Diógenes de Arruda Câmara como um de seus torturadores em novembro de 1968. Esses fatos serão abordados no Capítulo 2.

Houve presença de ambulância para os feridos e dos bombeiros para controlar o fogo que surgia em ambos os prédios, mas nem a polícia, nem o Exército assumiam responsabilidade para interferir na batalha. Enquanto a polícia guardava o patrimônio da Mackenzie, assistindo a tudo, o general Sílvio Correia de Andrade, chefe do Departamento de Polícia Federal de São Paulo declarou que se tratava de uma “*desordem, e não manifestação política*”, caso, portanto, da polícia estadual.

O fato de um órgão jogar responsabilidade para outro em relação a quem deveria reprimir é uma prova irrefutável da impunidade. A interferência policial, militarizada e violenta, era exercida sem limites naquele *tempo de 68*, especialmente sobre os estudantes. O estado militar só sabia dialogar com eles através do conflito armado. No episódio da morte de Edson Luis, em março de 1968, foi justamente a interferência da polícia que ocasionou sua morte. E neste episódio de batalha entre estudantes, que teve

⁴⁴ Idem, p. 15.

a duração de dois longos dias, e de uma vítima com um tiro de fuzil, ocorre o que parece ser um *conflito de competências* sobre quem deveria reprimir, se a polícia federal ou a estadual. O Deputado Arruda Castanho, da ARENA paulista assim defendeu o governo na época:

O governo é presa fácil de qualquer distúrbio causado pelos estudantes, porque, se o Secretário de Segurança intervêm, os Srs. deputados ocupam a tribuna e dizem: “o Secretário da Segurança interveio, espancou estudantes, prendeu estudantes!”... Se o governo pretende ter um pouco de cautela e não quer intervir, deixando que os estudantes terminem suas brigas [...] é considerado omissis e culpado. Não sei como agir, nobre deputado.⁴⁵

Além do conflito de competências há também uma crise de posicionamento: o governo argumenta não saber como agir. Não agindo, porém, é também partícipe do conflito por omissão. Seu posicionamento evidencia o fator positivo da guerra estudantil, já que era cômodo para os militares assistir os estudantes literalmente *se matarem*.

O deputado Fernando Perrone, do MDB paulista, denunciou que o posicionamento do governo do estado de São Paulo não foi apenas de omissão:

A proteção à Faculdade de Filosofia era perfeitamente possível, mas o Sr. Secretário de Segurança Pública não atendeu ao pedido do Diretor da Faculdade, no sentido de que colocasse um cordão de isolamento policial na Rua Maria Antônia, separando as duas faculdades. Houve sim, Srs. deputados, uma intervenção policial violentíssima na Faculdade de Filosofia, ao lado de um grupo de estudantes do chamado CCC, porque não houve choque entre a Filosofia e o Mackenzie [...] o que houve foi a polícia atirando ao lado do grupo de alguns mackenzistas do CCC; foi a polícia entrando no Mackenzie, portando bombas de gás, que logo depois eram atiradas por elementos do Mackenzie. [...] não há prova de um elemento da Filosofia portando arma ou dando tiros. Quem recebeu tiro – e disso há prova concreta – foram os alunos que estavam do lado direito, no sentido cidade-bairro, da Rua Maria Antônia. Srs. deputados, é inominável essa intervenção, pois foi intervenção de um grupo fascista para-policial, chamado CCC, que a senhora reitora do Mackenzie diz desconhecer, o que não é verdade, porque ela sabe quem é Raul Careca, pelo apelido, e quem é Raul Nogueira, pelo nome do 5º ano da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, assim como outros tipos semelhantes.⁴⁶

⁴⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo. ANO LXXVIII – Nº 194 – Sexta-feira, 11 de outubro de 1968. p. 64

⁴⁶ Idem, p. 65.

Evidencia-se, portanto, a contribuição do governo paulista na batalha da Maria Antônia, ao lado do CCC. Perrone comenta a influência da reitora do Mackenzie, Sra. Esther Figueiredo Ferraz, que também ajudou o CCC, chamando a polícia e auxiliando os estudantes acessarem os telhados da universidade e os laboratórios para a confecção das bombas. Havia uma situação de conflito de guerra, mas as fontes apresentam haver também um apoio estrutural aos alunos da Mackenzie, contrapondo com as solicitações de ajuda policial do diretor da USP.

Depois da morte do estudante secundarista, os alunos da USP deixaram o prédio e seguiram em passeata pelas ruas de São Paulo para denunciar o ocorrido. José Dirceu chegou a discursar: *“Não nos interessa continuar aqui lutando contra o CCC, FAC, MAC, esses ninhos de gorilas. Vamos às ruas denunciar o massacre. A polícia e o exército de Sodré que fiquem defendendo a fina flor dos fascistas.”*⁴⁷ Mais uma vez a denúncia de apoio do governador Abreu Sodré às siglas terroristas. Dirceu se referia aos grupos de direita como berço de militares, utilizando o termo *gorilas*, muito recorrente para se referir à truculência militar.

Os alunos da Mackenzie comemoravam o ato como vitória sua na guerra da Maria Antônia. À passeata, em pouco tempo uniram-se os bancários que estavam em greve na época, a União das Mães, e outros simpatizantes da situação. Repetia-se em São Paulo o que ocorrera na Guanabara sete meses antes: José Guimarães era outro Edson Luís, mais uma vez, vítima da violência com que conviveram os estudantes brasileiros no *tempo de 68*.

O conflito da Maria Antônia mereceu interesse e investigação por parte da bancada de Deputados do MDB de São Paulo. Formou-se uma Comissão Estadual de Inquérito, CEI, cujo relator, deputado Fernando Perrone, foi possivelmente o pioneiro em tentar desvendar a história das siglas terroristas. A CEI durou pouco mais de quatro meses, obteve pequena repercussão na imprensa, mas foi arquivado por falta de provas. Ou seja, os únicos que investigaram esse grande evento foram políticos através de uma CEI, sem valor penal algum. A situação envolveu morte, distúrbio social, porte de armas, destruição de prédio público, e nada foi investigado, com o objetivo claro de não punir ninguém. A impunidade desse episódio triunfou de maneira total.⁴⁸

⁴⁷ *Destruição e Morte Por Que?*. Revista Veja, op. cit.

⁴⁸ Gostaria de deixar registrado aqui meu agradecimento ao senhor Modesto Tavares de Lima, funcionário da Assembleia Legislativa de São Paulo/Divisão de Acervo Histórico, que muito colaborou para minha procura a essa documentação. Modesto é filho de Chopin Tavares de Lima, ex-

E o triunfo foi tanto que dois meses depois, em dezembro de 1968, o CCC se envolveu em mais um conflito contra os estudantes da USP. Em 17 de dezembro a polícia invadiu o prédio do Conjunto Residencial da USP, o CRUSP. Os policiais chegaram em tanques e a cavalo, esvaziaram o prédio e levaram os moradores (aproximadamente mil estudantes) para a DOPS/SP, chefiada na época pelo delegado Fleury, envolvido com o Esquadrão da Morte e, no ano seguinte, com o próprio CCC, como mostram denúncias que abordaremos ainda nesse capítulo.

Relatos apontam para a participação do CCC nessa ação, quando, dias antes, uma caravana de automóveis esteve em frente ao prédio com os faróis ligados e buzinando, em uma atitude agressiva de intimidação. Nos dias 14 e 15, o CCC teria atacado a tiros os blocos que compõem o CRUSP. Embora não haja registros, os estudantes afirmam se tratar de membros do CCC nesses atentados prévios à moradia estudantil.

O que eu tenho a dizer com relação à ação do CCC são esses dois episódios que presenciei [dos automóveis e dos tiros], avaliados não só por mim como por outras pessoas: uma ação integrada aos policiais. Havia um processo de intimidação que culminou depois com a ação oficial. A polícia, oficialmente, invadiu; tirou os moradores; levou-os para a prisão. Alguns estudantes ficaram presos, alguns soltos. De toda forma, na nossa avaliação, na minha avaliação também, o CCC se constituía em uma das formas de atuação extra-institucional – mas extremamente vinculada à ação dos órgãos de repressão.⁴⁹

É necessário salientar que esse fato ocorreu imediatamente após o governo editar o Ato Institucional Nº5, AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Este ato se configurou pelo recrudescimento da ditadura para com a sociedade. As ações enquadradas no AI-5, nos seus atos complementares, bem como nos seus respectivos efeitos, não passavam por nenhum tipo de julgamento. A violência experimentada por muitos setores civis nesse *tempo de 68* ultrapassou os limites de então na relação entre Estado e sociedade. Marco Mondaini escreveu em seu artigo sobre terrorismo político que

no refluxo da movimentação estudantil que abalou os quatro cantos do planeta em 1968, deu-se início à maior onda de terrorismo já observada na história. No decorrer dos anos 70,

deputado do MDB, líder da bancada oposicionista em 1968, falecido em 2007.

⁴⁹ Eliane Farias Veloso Hirata, estudante e moradora do CRUSP em 1968, em entrevista à Gustavo Lopes, op. cit, p. 106. Sobre a invasão ao CRUSP ver: VENTURA, op. cit.

praticamente todos os países ocidentais tiveram de enfrentar episódios traumáticos vinculados a atos terroristas.⁵⁰

Na década de 1970 os países do cone sul viviam sob ditaduras de Segurança Nacional. Muitos grupos civis calcavam suas atividades na violência, tanto de esquerda quanto de direita. A luta armada era uma possibilidade de resistência exercida – não sem muita discussão e controvérsias – pela esquerda latino-americana. A direita contava com grupos civis que agiam em nome da Segurança Nacional, visando especialmente combater o comunismo e a subversão em lugares onde o Estado não era capaz de alcançar. Os exemplos mais representativos desses grupos nos países vizinhos foram os Escuadrones de la Muerte, no Chile; a Juventud Uruguaya de Pie, JUP, e o também Escuadrones de la Muerte, no Uruguai; e a Alianza Anticomunista Argentina, a AAA (Triple A), na Argentina. Esta última teve alguma semelhança e possivelmente um envolvimento com o CCC.

A *Triple A* surgiu em 1973, e envolvia a direita peronista e integrantes da CIA⁵¹. O governo de Perón, e depois de Isabelita, sua mulher, faziam vistas grossas para a atuação da AAA. Seu membro mais conhecido, José Lopez Rega, é posteriormente encontrado trabalhando nos quadros da ditadura. No Brasil também existem denúncias da presença de membros do CCC em órgãos repressivos da ditadura. Na Argentina, ao contrário do Brasil, os membros da *Triple A* assumiram suas responsabilidades frente às investigações que começaram – neste caso – pela imprensa e depois pela justiça argentina.⁵²

O Escuadrón de la Muerte chileno era conhecido por realizar serviços sujos, como por exemplo, simular um assalto a fim de procurar material considerado subversivo, entre outras atividades que precisavam ser feitas sem que houvesse associação com o governo vigente. A JUP uruguaia atuou no período imediatamente

⁵⁰ MONDAINI, Marco. Terrorismo político: a globalização do medo. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.

⁵¹ A CIA também foi acusada de participar da morte do Padre Henrique, em maio de 1969, junto com o CCC, sem, no entanto, ser confirmado por mais provas, ao contrário da AAA.

⁵² PAOLETTI, Alipio. *Como los nazis, como em Vietnam: los campos de concentración em la argentina*. Especialmente o Cap. X: La Policía Federal y su Condena Historica: de los cosacos de principios de siglo a la AAA y los campos de concentración. Pp 323-403. Buenos Aires, Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1986.

anterior ao golpe de Estado de 1973. Muitos de seus membros pertenciam também ao Escuadrón de la Muerte uruguaio.

No Brasil também existiu um Esquadrão da Morte, sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que esteve entre os organizadores do Escuadrón de la Muerte uruguaio. No entanto, suas atividades no Brasil não estão relacionadas diretamente com os chamados crimes contra a subversão. O Esquadrão da Morte brasileiro era basicamente um *braço* da polícia civil de São Paulo, especializada em matar assaltantes e traficantes de drogas e armas.⁵³ O grupo era formado por policiais e civis que atuavam fora do expediente, e costumavam deixar sua marca na cena do crime, o desenho de uma caveira com duas tábias cruzadas e o número da vítima. As atividades do Esquadrão da Morte eram tão características que o jornal *O Estado de São Paulo* tratou com ironia uma situação. Ao noticiar uma morte atribuída ao Esquadrão da Morte, o jornal falava que os policiais

estavam agradecidos ao Esquadrão, porque, embora houvesse um poço na construção abandonada, a menos de 30 metros do cadáver, a vítima não foi colocada lá. Isso, para os policiais, era prova de que o Esquadrão está colaborando, já que foi feito um pedido no sentido de não jogar os cadáveres dentro de poços, o que dificulta muito o resgate.”⁵⁴



⁵³ BICUDO, Helio. Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

⁵⁴ *No Morumbi, vítima recebeu doze balas.* O Estado de S. Paulo, 07/12/68, p. 12.

Essa história ilustra a condição banal com que a violência era tratada na imprensa e de certa forma também no dia-a-dia naquele *tempo de 68*. Alguns autores chamam isso de banalização do horror, que pode ser explicado da seguinte forma:

Durante os anos 1970 e 1980, muitas sociedades da América Latina foram “sociedades de medo”. Nessas sociedades, o uso maciço, reiterado e significativo da força por agentes do Estado fez com que os cidadãos se acostumassem a viver sob ameaça de morte, vivendo com a própria morte e com os piores métodos de tratamento em relação à morte. Uma existência politicamente insegura – uma situação na qual a condição dos cidadãos é imprevisível quanto à durabilidade, junto a uma percepção do perigo resultante de prováveis ameaças – termina com constituir uma síndrome política e social generalizada que não é adequadamente descrita pelo termo comumente empregado: “insegurança”. Para essa condição de insegurança resultante da ameaça direta, deve-se adicionar a reação íntima produzida pela informação recebida sobre as mortes ocorridas em larga escala que tiveram lugar naquele meio. Isso é como me refiro à banalização ou trivialização do horror.”⁵⁵

Algumas páginas depois da reportagem sobre o Esquadrão da Morte, o jornal publicou uma notícia de explosão de bomba de dinamite durante a madrugada anterior, ocorrida na Guanabara, na livraria Forense. Desta vez a DOPS foi acionada para investigar. A reportagem dizia que se tratava de um atentado terrorista, feito por grupos extremistas, possivelmente devido ao lançamento da revista católica *Hora Presente*⁵⁶.

Essa era a segunda livraria carioca atingida por atentado terrorista naqueles últimos 30 dias. Meses antes, em setembro de 1968, três bombas de dinamite explodiram quase que simultaneamente em três lugares diferentes na Guanabara. A primeira na casa de um membro da embaixada norte-americana, não causando danos. A

⁵⁵ “During the 1970s and 1980s, many Latin America societies have been societies in fear. In those societies, the state agents’ repeated and massive use of force meant that citizens became accustomed to living under the threat of death, living with death itself and with the worst methods of dealing death. A politically insecure existence – a situation in which the condition of citizens is unpredictable in its durability, together with a certain perception of danger resulting from probable threats – ends up constituting a generalized socio-political syndrome that is not adequately described by the general term ‘insecurity’. To this condition of insecurity resulting from direct threat, one must add the intimate reaction produced by the mere information received of deaths repeated on a massive scale, taking place in our midst. This is I refer to as trivialization of horror.” TORRES-RIVAS, Delbert. Epilogue: notes on terror, violence, fear and democracy. In: KRUIJT, Dirk, KOONINGS, Kees (eds.). *Societies of fear: the legacy of civil war, violence and terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999. p. 291.

⁵⁶ Revista católica, feita em São Paulo, conhecida por defender a ala conservadora da Igreja Católica e combater o comunismo na sociedade brasileira.

segunda e a terceira foram nas faculdades de Belas Artes e de Direito da UFRJ, respectivamente, essas sim com grande poder de destruição. No entanto, também não houve vítimas, já que os fatos ocorreram de madrugada, momento em que as universidades estavam vazias. Vale lembrar que, mesmo que não tenha havido vítimas as ações cumpriam com o objetivo de gerar medo e insegurança.

A explosão na Escola Nacional de Belas Artes parece ter sido a maior das três. O Estado de São Paulo noticiou que a ação “*danificou seriamente o portão principal da escola, que é de ferro e espedaçou 64 vidraças do segundo andar do prédio, deslocando o forro e danificando obras de arte do acervo da escola*”. A partir das explosões, o DOPS foi chamado para investigar, e encontrou “*farto material subversivo (...): um mimeógrafo, uma máquina de escrever e panfletos*”. Segundo a reportagem, os agentes da DOPS “*estavam confusos pois não conseguiam determinar a tendência política dos terroristas*”.⁵⁷

As duas bombas nas faculdades foram posteriormente atribuídas ao CCC, segundo o livro de Flavio Deckes. A partir do seu levantamento, também são atribuídos ao CCC as seguintes atividades, todas ocorridas no que estamos considerando *tempo de 1968*: invasão e agressão no Teatro Ruth Escobar, São Paulo, em julho de 1968 (o ataque aos atores da peça Roda Viva, que trataremos detalhadamente no próximo capítulo), bomba no Teatro Opinião em agosto de 1968, pichação no Convento dos Dominicanos em São Paulo em agosto de 1968, invasão na Faculdade de Filosofia de Alagoas em outubro de 1968, bombas e coquetéis molotov e o assassinato do estudante José Guimarães em outubro de 1968 (os acontecimentos da Rua Maria Antônia), espancamento e sequestro dos atores da peça Roda Viva em Porto Alegre, outubro de 1968, bomba na sede da Livraria Civilização Brasileira no mesmo mês, pichação na Universidade Católica de Pernambuco em outubro de 1968, depredação e espancamento de estudantes na Universidade Federal Rural de Pernambuco em novembro de 1968, atentado à vida de Lauro Ferraz Filho em novembro de 1968, bomba no Teatro de Arena do Rio de Janeiro em dezembro de 1968, bomba na sede do Correio da Manhã em dezembro de 1968, sequestro de Cândido Pinto em maio de 1969 no Recife, sequestro e morte sob tortura do Padre Henrique Pereira Neto em maio de 1969 no Recife, e uma bomba na sede do Pasquim no Rio de Janeiro em maio de 1970.⁵⁸ Muitas dessas ações

⁵⁷ *Bombas apontam subversão*. O Estado de São Paulo. 28/09/68, Contracapa.

⁵⁸ DEKES, op. cit.

são violências físicas, mas percebe-se que quase a maioria trata de ser um terrorismo psicológico, de algo que buscava intimidar não somente através da violência física, mas da violência simbólica, das ameaças.

CCC e ditadura: a compensação do terror

Em primeiro de abril de 1964 o presidente do Senado Moura Andrade declara vago o cargo de presidência da república e empossa o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili. Uma junta de três militares, autodenominada Comando Supremo da Revolução, assume a presidência e decreta, em nove de abril, o Ato Institucional. Com ele, os militares suspendiam direitos políticos de diversas personalidades da política do país numa lista de 102 nomes civis. Também foram incluídos nomes de líderes sindicais e uma lista de 122 oficiais das forças armadas contrários ao golpe. Em junho de 1964 também foi incluído na lista de cassados o ex-presidente Juscelino Kubitschek, ocasionando com isso a retirada do PSD do bloco parlamentar de apoio a Castelo Branco. Muitos desses políticos saíram do país, outros preferiram ficar, como Luís Carlos Prestes e Werneck Sodré. Mas a cassação obrigava-os a agir clandestinamente, pois não podiam lecionar ou publicar artigos ou manifestos na imprensa. Em suma, o primeiro Ato Institucional retirou do cenário político do Brasil todas aquelas figuras que eram referências, tanto para a esquerda quanto para o trabalhismo e até mesmo para os conservadores apoiadores do golpe – como alguns *pessedistas* e *udenistas*.

Durante dois anos a sociedade civil brasileira se organizou dentro dos quadros partidários de então, sem, no entanto, poder contar com as lideranças a eles identificadas; podemos dizer que eram partidos políticos acéfalos. Mesmo assim, nas eleições diretas para governador, realizada em 1965, o governo militar percebeu ter perdido aquele apoio com que vinha contando. Em dois estados importantes política e economicamente a população elegeu políticos afinados com o ex-presidente Kubitschek.

Muitos analistas políticos acreditam que isso foi o suficiente para o governo elaborar uma maneira de enfraquecer ainda mais a oposição. Em outubro de 1966, Castelo Branco decreta o segundo Ato Institucional, que, entre outras ações (foram ao todo 33 artigos) extinguiu o pluripartidarismo numa manobra política onde foi possível formar apenas dois partidos: um partido situacionista, a Aliança Renovadora Nacional

(ARENA) e outro partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Acrescentam-se ainda outras decisões políticas que buscavam facilitar a governabilidade dos militares, como o aumento do número de ministros do STF e os poderes por eles mesmos criados através dos Atos Institucionais, Atos Complementares e Decretos.

Assim, com os militares no poder e a oposição identificada em um partido único, a direita e os setores sociais conservadores respiravam aliviados nos primeiros anos do período militar. O cenário político ficava destituído de opositores enquanto o executivo militar acumulava poder.

Os grupos conservadores que atuaram no contexto pré-64 contra o governo de João Goulart reduziram suas atividades, contentando-se com o fechamento político. Mesmo assim, a preocupação anticomunista persistiu nos primeiros anos da ditadura. Os grupos de mulheres da CADME, por exemplo, afirmaram que não deixaram de se encontrar mesmo depois que os militares chegaram ao poder. Elas deixaram de praticar ações ofensivas, mas não abandonaram suas preocupações, sendo influenciadas pelos seus maridos, filhos e irmãos que participavam em maior ou menor grau da política do país.

Timidamente as organizações conservadoras como CADME e demais movimentos femininos, o IPES, o CLACE, articulavam-se e preocupavam-se principalmente com as mudanças sociais dos anos 1960. Entre 1964 e 1968 uma crescente preocupação tomou conta surgiram ainda no contexto pré-64 as primeiras siglas terroristas de extrema-direita: GAP (Grupo de Ação Patriótica), MAC (Movimento Anticomunista), FAC (Frente Anticomunista Cristã), e o CCC. Esses grupos se dedicaram a efetivar uma variedade de ações violentas, atacando tudo aquilo que pensavam ser uma manifestação do avanço comunista no Brasil. Suas ações incluíam bombas, pichações, ameaças, intimidações, destruição, sequestro e morte. É possível que atividades desse cunho também tenham sido elaboradas e efetivadas por outras pessoas/ grupo de pessoas e acabaram sendo atribuídas àquelas siglas.

Podemos citar dois casos que exemplificam esta confusão. Em 1966, houve o registro de uma bomba que explodira no Aeroporto Guararapes de Pernambuco quando se aguardava a chegada do general-presidente Costa e Silva. Na época, atribuiu-se o atentado ao grupo Ação Popular, que por sua vez negou e acusou o CCC de ter elaborado toda a cena. Em 01 de abril de 1964, ocorreu o incêndio que destruiu a sede

da UNE em São Paulo. Este incêndio foi atribuído ao CCC no livro (que também é um projeto) *Brasil: Nunca Mais*: “Com efeito, já no 1º de abril de 1964, a sede da UNE, na praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi ocupada, saqueada e incendiada pelos golpistas, através de uma organização paramilitar denominada CCC – Comando de Caça aos Comunistas”⁵⁹. No entanto, um dos membros do CCC paulista de 1968, Cassio Scatena, negou a autoria daquele incêndio em entrevista a Gustavo Lopes: “Nunca houve ligações do CCC ter posto fogo na UNE, porque não havia elementos no Rio, nem em Minas, nem no norte nem no sul. Apenas restritos às Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e do Mackenzie”.⁶⁰ A sede da organização estudantil foi demolida durante o governo de João Figueiredo. Em 2008 o governo Lula assinou um projeto de lei que reconhece a responsabilidade do Estado no incêndio e destruição do prédio dos estudantes, e autorizou o custeio de parte das obras para reformar o prédio.

Porém, apesar destas e de outras poucas exceções, os grupos reivindicaram a autoria das atividades, através de telefonemas, pichações ou bilhetes mimeografados encontrados nos locais dos crimes. Foi no ano de 1968 que esses grupos puseram em prática grande parte deles: ações de terror mormente dirigidas à classe artística e intelectual do país. O vigor anticomunista mudava de foco; o alvo não era mais *a política*, mas a manifestação política de intelectuais e artistas que utilizavam as suas “armas” para defender o que pensavam. *O político*, muito mais do que *a política*, ultrapassa o âmbito das instituições e se revela também em muitas ações da sociedade civil. Nas palavras de René Rémond,

[...] o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo.⁶¹

O período militar obviamente não está incluído entre os regimes totalitários – embora alguns autores, como Eder Sader, identifiquem semelhanças entre as ditaduras

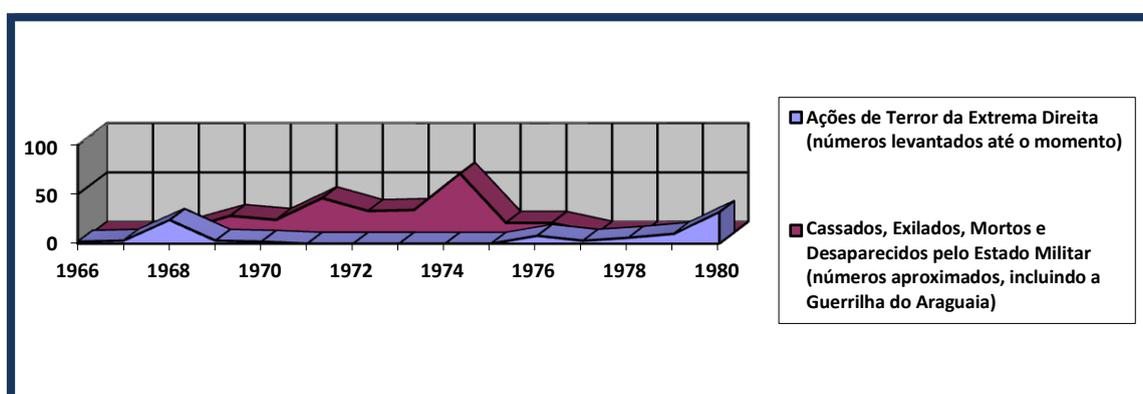
⁵⁹ BRASIL: NUNCA MAIS, op. cit., p. 132

⁶⁰ LOPES, op cit., p. 64. Entrevista de Cassio Scatena.

⁶¹ RÉMOND, René. Do político. IN: ____ (org). Por uma historia política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996. p. 442.

de segurança nacional com os governos fascistas⁶². Mas ainda que a ditadura no Brasil não absorvesse “toda e qualquer realidade”, podemos sim verificar que a esfera do político alcançou a esfera do privado em muitos espaços da sociedade. E os grupos civis que atuaram em nome da ditadura foram exemplo disso.

A maioria das ações do CCC foi realizada no ano de 1968. Depois de decretado o AI-5 houve uma retração das ações civis de extrema-direita. Em contrapartida, o Estado passa a ser autor no quadro de violência para com a sociedade. A partir de números levantados durante a pesquisa foi possível montar um pequeno gráfico ilustrativo para compreender melhor as ações dos grupos de extrema-direita e da ditadura militar.



Como podemos perceber, os anos mais duros do período militar para com a sociedade civil foram entre 1969 e 1976. Esse período também caracteriza o crescimento de graves indicadores sociais: a mortalidade infantil ultrapassava a casa dos 90 crianças a cada mil nascimentos – antes e depois, varia na casa dos 70 por mil⁶³; a censura à imprensa foi mais criteriosa nesse momento, quando os aparelhos do estado já se organizavam e se articulavam de maneira eficaz. É o período também de instaurações das Ditaduras de Segurança Nacional nos países vizinhos – Uruguai, Argentina e Chile – revigorando a força dos militares brasileiros que tanto contribuíram para sua efetivação.

A partir da análise desse gráfico percebemos que, quando o governo agia de forma incisiva contra os setores considerados *subversivos*, os grupos de extrema-direita

⁶² SADER, Eder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do ensaio na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

⁶³ Revista Veja, 18/06/80. *Apud* DECKES, op. cit., p. 147

recuavam seu poder de ação. E, ao contrário, quando o governo reduzia a violência direta, os grupos voltavam a se organizar e atacar nacionalmente. Ocorreu o que podemos chamar de violência compensatória, quando o governo adota uma postura mais ofensiva com a sociedade, assumindo para si o papel de caçar os comunistas. O período o qual isso ocorre, como podemos ver no gráfico, é de 1969 e 1977. Período que coincide com o tempo em que ficou em vigor o AI-5: de 13 de dezembro de 1968 até 13 de outubro de 1979, quando Geisel promulgou a Emenda Constitucional nº 11, que revogou os Atos Institucionais e Complementares até aquela data⁶⁴. Esta emenda simboliza um período de dismantelamento do aparato repressivo, que se desenvolveu concomitantemente à transição política – e como ela, de forma lenta, gradual e segura. Sem o AI-5, a ditadura não teve mais o arbítrio para efetuar certas ações junto à sociedade. Os grupos terroristas então voltaram a agir com mais entusiasmo, como que dando continuidade àquele arbítrio. Foi assim que as ações do CCC contribuíram com o aparato repressivo da ditadura, abraçando os anos de chumbo da ditadura brasileira, agindo em seu entorno. Um resumo breve dos artigos do AI-5 nos relembra a força política que o governo militar decretava:

- Plenos poderes ao general-presidente para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras de Vereadores; demitir governadores e prefeitos e nomear outros de sua confiança.

- Plenos poderes ao general-presidente para suspender direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos, o que significava proibição de votar e ser votado; participar de atividade ou manifestação política; foro privilegiado; freqüentar determinados lugares; fixar restrições ou proibições 'relativos a outros direitos públicos ou privados'. Os cidadãos eram obrigados a ter domicílio determinado e o governo tinha o direito de vigiar sua liberdade.

- Plenos poderes ao general-presidente para cassar o mandato de qualquer parlamentar; demitir, remover ou aposentar titular de cargo público; demitir, transferir para reserva ou reformar militares ou policiais.

- Fim das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade nos empregos.

- Fim do habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional e contra a ordem econômica e social.

⁶⁴ A emenda entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979.

Esse decreto certamente deixou os extremistas satisfeitos. O governo finalmente escancarava a ditadura, e a atuação das siglas terroristas contribuiu para sua efetivação, atuando com antecedência na disseminação do medo, como que preparando a sociedade para os momentos que viriam.

Ao recuarem suas ações diretas, muitos membros do CCC – assim como ocorreu com integrantes da AAA na Argentina – foram aproveitados pelo aparato repressivo oficial. Lembramos que logo depois de editado o AI-5, o CCC realizou aquela ação no CRUSP aterrorizando os estudantes com buzinas e tiros uma semana antes da ação policial. Reproduziu-se naquele episódio, de maneira mimetista, aquilo que acontecia no país: as ações do CCC antecedendo as ações da ditadura.

O membro do CCC mais conhecido que atuou em órgãos repressivos foi Raul Nogueira Lima, estudante de direito do Mackenzie que esteve envolvido no ataque aos atores da peça *Roda Viva* em São Paulo. *Raul Careca*, como era conhecido, começou suas atividades para o Estado militar como recruta de pessoas consideradas subversivas pela ditadura. É o caso do repórter Antônio Carlos Fon, que trabalhava nos jornais *Agora São Paulo*, *Folha da Tarde* e na revista *Veja*, que conta sua história pessoal no livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, publicado pelo Comitê de Anistia de São Paulo. Logo após a Anistia, o jornalista publicou uma reunião de textos seus que abordavam a recente história da repressão no Brasil, e iniciou seu livro narrando o momento de sua prisão, em casa, onde foi acordado pelo frio da pistola de Raul Careca.

Fui preso às seis e meia da manhã de 29 de setembro de 1969. [...] acordei com algo frio encostado no nariz. Abri os olhos e o quarto estava cheio de homens armados de fuzis e metralhadoras. O objeto frio encostado no meu nariz era o cano de uma pistola calibre 45, empunhada pelo delegado Raul Nogueira – que eu já conhecia como integrante do grupo clandestino de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas e policial que encontrava um estranho prazer em espancar estudantes.

Quem comandou a invasão na minha casa, fiquei sabendo depois, foi o capitão do Exército Maurício Lopes Lima. [...] o capitão Maurício Lopes Lima mandou que eu fosse levado para a sede, com a recomendação de que eu deveria ser liberado após a tomada do depoimento. Fui algemado, com as mãos à frente do corpo, e levado por dois policiais, um deles o delegado Raul Nogueira, apelidado de Raul “Careca” por seus colegas do CCC. As mãos de Raul tremiam, não sei por que, mas na hora me pareceu medo. Ao nos aproximarmos do elevador, ele engatilhou a 45 e encostou-a na minha cabeça. Lembro perfeitamente de que senti medo – um arrepio que percorreu a espinha – e não reclamei porque um pensamento passou-me pela cabeça: ‘diante de

um covarde armado, o melhor é obedecer sem conversar’. O outro policial também percebeu a situação. ‘Prá que isso, doutor?’, ele chegou a perguntar. Raul nogueira respondeu que ‘essa gente é muito perigosa, muito perigosa’.⁶⁵

Antônio Carlos Fon foi levado ao prédio do 34º Distrito Policial de São Paulo, onde funcionava a *Operação Bandeirante*, OBAN. A OBAN surgira oficialmente alguns meses antes, em julho de 1969, reunindo forças das três armas do exército e financiamento de empresários, com o objetivo de exterminar a guerrilha armada. Ali, foi entregue por Raul Careca com a recomendação: “*Esse é daqueles que não sabem de nada*”⁶⁶. A frase pode ter significado algum tipo de senha, para que fosse usado determinado tipo de tortura para que ele falasse. Fon ficou 17 dias na OBAN, 20 na DOPS e mais 15 no Presídio Tiradentes – ao todo 52 dias nos quais foi barbaramente torturado e várias vezes ameaçado de morte pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury devido às suas reportagens sobre o Esquadrão da Morte – antes de ser libertado e ouvir a frase do delegado de plantão: “*Que bela reportagem, se você pudesse escrever, hein?*”⁶⁷. Durante dez anos o medo e a intimidação vigeram. O jornalista escreveu sua história quando da abertura. Mas é importante registrar que Carlos Fon foi atuante no exterior, onde se exilou, denunciando os arbítrios cometidos pela ditadura do seu país.

Outro relato divulga a presença de membros do CCC auxiliando o delegado Fleury em 1969. Trata-se do episódio da prisão de Frei Betto em novembro de 1969:

Ao sermos transferidos de Porto Alegre, o avião da FAB que nos transportava aterrissou na Base Aérea de Cumbica, em Guarulhos. Fomos cercados pela equipe do “Esquadrão da morte”, comandada pelo delegado Fleury e por jovens de cabelos curtos que não esconderam pertencerem ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Desconfio que eram, de fato, militantes da TFP (Sociedade Brasileira em defesa da Tradição, Família e Propriedade).⁶⁸

⁶⁵ FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979. p. 10.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem, p. 12.

⁶⁸ BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar – dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. São Paulo: Casa Amarela, 12 edição. 2001. p. 234. *Apud* LOPES, Op. Cit., p. 29.

Apesar da incerteza, a declaração mostra a presença desses jovens da extrema-direita terrorista com os agentes repressivos da ditadura. Além disso, demonstra também um conhecimento público que existia em relação àqueles jovens.

Em muitos momentos durante a pesquisa surgiu a questão de como as pessoas sabiam que tal ação foi feita pelo CCC, ou como sabiam que uma pessoa pertencia ao CCC? Em algumas situações ainda é difícil explicar *como*, mas havia um conhecimento dos rostos, dos nomes, das amizades, dos lugares frequentados, dos automóveis utilizados, boatos nunca desmentidos, alguém que viu, ou percebeu um detalhe, enfim, algo que não pode ser mensurado ou descrito nesse texto e que pertence aos inúmeros sentimentos de quem *viveu* aquele período. Eram informações que circulavam nas redes de informações, e é uma questão que pode ser esclarecida através da história oral, detalhes que ainda estão por ser desvendados.

Esses dois episódios ocorreram em setembro e em novembro de 1969, período que corresponde às investidas do Estado na violência civil. Mas existem acusações mais contundentes em relação à presença do CCC nos órgãos de repressão do estado durante esse período. Nos tomos referentes à tortura do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, constam três relatos onde membros do CCC aparecem como compartes de longas sessões de torturas. É possível que a sigla tenha sido utilizada como uma forma de executar ações ilegais – e contar com a impunidade – deixando a repressão oficial dos militares não se envolver com ações de violência.

O primeiro relato é de Diógenes de Arruda Câmara, preso em novembro de 1969 e levado às dependências da OBAN em São Paulo. Seu relato, feito de próprio punho, descreve cinco dias de torturas, até quando não conseguia mais sentir as próprias pernas e ganhar dois dias de repouso. Até que,

No oitavo dia, ou nono, cerca de duas horas da madrugada, fui despertado e levado à Câmara de suplícios pelo Capitão Maurício Lopes de Lima, acompanhado de cinco indivíduos do CCC, entre os quais os de nome Parisi, Falquer e Pacheco; amarraram-me à ‘cadeira-do-dragão’ e passaram a bater com sarrafos, nas minhas pernas e tornozelos, a dar-me choques elétricos nos ouvidos e nos órgãos genitais, enrolando, finalmente, o meu pescoço com uma corda de ‘nylon’ e apertando até a minha voz começar a extinguir-se, ao mesmo tempo que eu protestava indignado.⁶⁹

⁶⁹ BRASIL: Nunca Mais. Projeto A. Tomo V, vol. 1, p. 723-724.

Diógenes começa citando o nome de Maurício Lopes Lima, conhecido torturador militar (que torturou, entre tantos, Dilma Russeff e Frei Tito), autor da famosa frase “*Agora você vai conhecer a sucursal do inferno*”, referindo-se à DOPS/SP. É o mesmo capitão que nos relata Antônio Carlos Fon. Ou seja, novamente comprova-se a relação deste militar torturador com membros do CCC.

João Parisi Filho era estudante da Mackenzie (linchado pelos estudantes da USP na batalha da Maria Antônia). Tinha fama de andar armado e de se envolver com drogas e com militares. Quanto ao “Pacheco”, não foi possível encontrar maiores informações. Em relação à “Flaquer”, Diógenes pode estar se referindo a Paulo Flaquer ou, mais provavelmente, a João Marcos Flaquer.

O segundo relato é do professor José Machado Bezerra, que afirma ter sido capturado em 1972 pelo CCC, como podemos ver em seu inquérito: “*QUE o interrogando foi preso e subjugado, capuçado e colocado deitado sobre o piso do veículo; QUE, durante o trajeto recebeu murros e pontapés, bem com ameaças de seus captores integrantes do CCC e do Esquadrão da Morte; QUE foi conduzido ao quartel do 23º BC[...]*”, onde foi barbaramente torturado⁷⁰. Aqui, os dois conhecidos grupos assumem a captura de uma pessoa, provavelmente cumprindo ordens, mas executando a tarefa de prender e interrogar, exclusiva do Estado. Essa atitude é característica de grupo paramilitar.

O terceiro relato que denuncia o envolvimento do CCC com os órgãos repressores da ditadura é o de Ednaldo Alves da Silva, preso no dia 30 de setembro de 1975. Ele foi abordado na rua por vários homens armados e gritando, chamando atenção de um mecânico que tentou chamar ajuda, mas foi ameaçado. Ednaldo foi levado a uma casa, localizada a duas horas de São Paulo, em estrada não pavimentada e longe de demais habitações, onde foi torturado durante seis dias por pessoas que ele desconhecia, antes de ser levado ao DOI-Codi de São Paulo, um dos principais centros de tortura do país, comandado pelo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ou seja, o CCC não levava os sequestrados diretamente para os órgãos de repressão oficiais, mas para centros clandestinos. A função era conseguir informações o mais rapidamente possível, e utilizando métodos *não convencionais*; depois, era levado para órgãos oficiais, onde poderiam responder o inquérito seguindo os trâmites normais. Depois de cinco páginas relatando a tortura sofrida, Ednaldo declarou:

⁷⁰ BRASIL: Nunca Mais. Projeto A. Tomo V, vol. 2, p. 582.

Creio que eu passava as últimas três ou quatro horas sem apanhar. Estenderam-me na cama, prendendo o tornozelo e pulso que estavam soltos. Enrolaram fios elétricos nos meus dedos do pé e no pênis, e um dos homens delicadamente ou ironicamente falou que (ileg.) íamos começar a conversar (ileg.) a cada pergunta correspondia choques e pancadas. O interrogador procurava de todas as formas aumentar meu suposto envolvimento com o PCB e comprometer pessoas, as quais eu nunca vira e nem escutara falar. Perguntou-me se eu sabia o que era o C.C.C, respondi-lhe que escutara falar ou lera nos jornais sobre o Comando de Caça aos Comunistas, em 1968, mas que nunca me envolvera com tal organização. O interrogador afirmou-me que eu estava sequestrado (foi o termo usado) pelo CCC, que por sua vez tinha ligação com a A.A.A (Aliança Anti-comunista da Argentina) e que não sairia vivo de onde estava.⁷¹

Esse relato é especialmente particular, pois associa o CCC à AAA. O relato de Ednaldo assemelha-se às histórias da Triple A, que costumava levar os indivíduos às chamadas casas de detenção – que nada mais eram do que casas localizadas longe de vias urbanas – para torturá-los. A Triple A especializou-se nessas atividades, mas aprenderam muitas técnicas com a ditadura brasileira. Em alguns casos, os sequestrados eram levados para os voos da morte – majoritariamente os presos políticos da Escuela de Mecánica de la Armada, a ESMA, temido centro de detenção argentino, onde mais de 90% dos presos foram assassinados . Além disso, a descrição da tortura impressiona pelo requinte. Se os torturadores eram realmente membros do CCC, ou ainda, se o CCC se transformou, naquele momento, em um grupo especializado em capturar e torturar pessoas antes de entregá-las às delegacias, onde passavam a se encontrar em lugar sabido, o fizeram com a dedicação que condiz a um bom estudante e a um bom atleta.

O relato da ex-aluna da USP Elaine Farias Veloso Hirata contribui para descrever o conhecimento implícito que havia sobre os membros do CCC. Ela ainda faz uma análise importante que corrobora com a ideia defendida nesse trabalho, de que as ações da direita diminuiriam porque o Estado passou a exercer uma violência mais aberta à sociedade:

E o CCC diminuiu, à medida que a repressão oficial foi mais violenta a partir de 1970. Percebíamos que a ação da polícia tornou-se mais direcionada, mais estruturada. E a “OBAN”, acho que veio nesse sentido também de subsidiar financeiramente essa ação da polícia, no sentido de dominar os focos circunscritos à região de São Paulo.

⁷¹ Idem, vol. 1, pp 786 e 787.

Acredito que os grupos que participavam do CCC incluíam sem dúvida uma base estudantil forte, mas acho que extrapolava. [...] Com certeza o CCC estava muito além de uma mobilização somente estudantil. Era uma organização mais ampla, que atingia setores diversificados da população aqui em São Paulo: todos aqueles que normalmente se preocupam quando imaginam, sentem, que a situação está fugindo ou escapando do controle da polícia e dos órgãos normalmente responsáveis por esse controle. Esses grupos começam a se articular quando sentem esse vazio de poder, na opinião deles. Penso que era uma organização muito maior do que uma base estudantil de reação à esquerda. Acho que essas pessoas, naquele momento, se articularam em organizações do tipo CCC, OBAN, etc., e em momentos de crise podem voltar a se articular.⁷²

Essa entrevista foi concedida a Gustavo Lopes em 22 de novembro de 2000. Naquela data a entrevistada temia que, em momento de crise, simpatizantes de certas siglas pudessem se articular novamente. Essa preocupação não é em vão, existe no Brasil uma grande quantidade de pessoas a favor da volta dos militares, e até mesmo do CCC. Em 2007, uma banda de “*harde core*” brasileira, a Comando Blindado, fez uma música denominada *Volta CCC*. A letra era uma crítica ao Partido dos Trabalhadores, e ao mesmo tempo uma ode ao retorno dos militares e do CCC. Formada por skinheads, a banda tem outras músicas com letras anticomunistas e de “orgulho branco”. Existe desde 1988, tem três CDs lançados, e uma pesquisa breve nesse universo revela a existência de uma grande quantidade de outras bandas com essa filosofia.⁷³ Vejamos a letra da música – o grifo é meu, e destaca o refrão da música.

*Vou te contar a verdadeira história
De um povo iludido, de um povo sem memória
Bem devagarinho que é pra você entender
E quando precisar saberá o que fazer
Existem facções e ligas partidárias
Que iludem o povo apenas com migalhas
Asfaltam sua rua e ganham o seu voto
Te compram bem barato depois te querem morto*

⁷² Elaine Farias Veloso Hirata. IN: LOPES, op. cit., p. 107. A entrevistada argumentava que havia financiamento ao CCC, e que, no seu entender, o grupo deu origem à OBAN. Nesta pesquisa não foi possível confirmar essa relação, porém, no relato de Antônio Carlos Fon, podemos observar que ele foi preso por um ex-membro do CCC e levado ao prédio da OBAN. Isso pode indicar que a desconfiança de Eliane Hirata possa ter algum fundamento.

⁷³ Sobre grupos neo-nazistas ver o trabalho de ALMEIDA, Fábio Chang. *A Serpente na Rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado).

*E quanto mais burro você for
 Para eles será bem melhor
 Eles querem te manipular
 E acabar com eles é o que vai nos libertar
 Partido da moda, showmício e bandeirinha
 Discurso da vitória maldita estrelinha
 Ilusão massiva, de um povo sem memória
 Amarga e passa fome por mais esta derrota
Eu só quero ver o que os vermelhos vão fazer
Quando os militares retomarem o poder
Comando blindado saudara com euforia
Volta à CCC para nossa alegria*

Na página do *YouTube* a música tem um número de 21.200 visualizações (computadas em junho de 2010), e inúmeros comentários de apoio à volta dos militares e do CCC, e de críticas ao comunismo. Evidente que entre uma letra de música e uma articulação para o retorno do CCC existe um grande abismo. No entanto, evidencia que o CCC deixou sementes e admiradores até hoje. A sigla foi associada ao *combate à esquerda* de forma não institucional, com ações civis, e, sobretudo, com ações impunes.

Violência e Anticomunismo

O tema do anticomunismo ultrapassa as questões sobre *tipos de governo* das sociedades. Depois da Revolução Russa os países capitalistas se empenharam em conter o poder de influência que ela pudesse causar principalmente entre o operariado. Mas foi depois da Segunda Grande Guerra que esse empenho se deu de forma mais incisiva. Os Estados Unidos e a União Soviética – que haviam se unido para a destruição do inimigo comum – puseram o alvo um contra o outro, numa Guerra Fria, onde as armas eram os rompimentos de relações diplomáticas e comerciais entre países e internamente – no caso de países capitalistas – a repressão contra aquilo que pudesse ser relacionado ao comunismo. Para a América Latina, essa preocupação aumenta a partir da vitória da Revolução Cubana em 1959.

No Brasil, duas decisões políticas tomadas logo no início da Guerra Fria – durante o governo de Dutra – mostram como o país se posicionou imediatamente contra a “ameaça vermelha”: o processo de cassação do PCB em 1946 e o rompimento com a

URSS em 1947. Rodrigo Motta analisa que os governos seguintes, de Vargas e Kubitschek, não demonstraram tanto empenho em combater o comunismo, justamente numa conjuntura internacional mais propícia para tal com a Doutrina Truman e o Plano Marshal. A ofensiva então, segundo o autor, “*concentrou-se nos setores mais receptivos e tradicionalmente comprometidos com o anticomunismo, como as forças armadas e policiais, os religiosos e os políticos conservadores. O movimento político-militar de 1964 foi um desdobramento deste quadro[...]*”⁷⁴.

Em geral os estudos sobre o anticomunismo acabam escolhendo esses setores para mostrar como esse fenômeno se apresentava para além das questões relacionadas ao poder político, nas redes de sociabilidade. Mas o mais curioso é que esses mesmos estudos tenham como recorte temporal o período anterior a 1964. A partir do levantamento feito por Carla Rodeghero a respeito do assunto em pesquisas acadêmicas, dos nove trabalhos citados, sete têm esse recorte⁷⁵. No período pós-64 teríamos um trabalho se considerarmos a pesquisa sobre o PCB na imprensa entre 1922 e 1989. A questão é: por que se elege esse período histórico para estudar o anticomunismo na sociedade brasileira?

A pesquisa de Rodrigo Motta pode nos dar alguns indicativos para tentar responder a esta pergunta. Verifica o autor duas grandes “ondas” anticomunistas na história do Brasil: a primeira em 1935/37, quando da Intentona Comunista, que teria sido “*a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no*

⁷⁴ MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 4

⁷⁵ RODEGHERO, Carla. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. RBH. São Paulo, vol. 22, n. 44, pp. 463-488. 2002. nota 3. (Os trabalhos são: FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: PUCSP, 1986. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais; DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; AZEVEDO, Débora Bithiath de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília: UnB, 1992. Dissertação de Mestrado em História; MOLINARI FILHO, Germano. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo no Estado de S. Paulo (1930-1937)*. São Paulo: PUCSP, 1992. Dissertação de Mestrado em História; CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da UnB, 1994; RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998; MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998; SILVA, Carla Luciana. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro — da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado em História; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: USP, 2000. Tese de Doutorado em História.

Brasil” e a segunda em 1964. Para o autor, “em ambos os casos a ameaça comunista foi argumento decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.”⁷⁶

O anticomunismo parece ter sido, de fato, argumento decisivo para justificar os golpes de estado. Mas e o que dizer sobre a sua manutenção? Todo aquele pensamento da sociedade brasileira que vinha se construindo há pelo menos 30 anos não cumpre o mesmo marco temporal das pesquisas acadêmicas, não desaparece depois do golpe. Os setores mais conservadores da sociedade brasileira nunca deixaram de temer o comunismo. Durante toda década de 1960, 70 e até nos anos 80 o comunismo foi o espectro que continuava pairando as sociedades defensoras da segurança nacional. Em outras palavras, o anticomunismo não foi apenas argumento para o(s) golpe(s), mas também para sua perpetuação.

No capítulo *O Estado Contra o Povo* do livro *Como eles agiam*⁷⁷, podemos perceber também muitos elementos do anticomunismo utilizados como justificativa para decisões arbitrárias e repressivas do Estado contra a população. Isso fica claro principalmente se pensarmos na lógica da censura. Muitas justificativas para censurar estavam calcadas nas noções de “subversão”, “contestação da ordem” e “criando clima desejado para a grande investida pretendida pelas esquerdas”. Mas também revela iniciativas individuais da população solicitando represálias contra materiais que consideravam um perigo contra a segurança nacional, e afirmações de “consonância com os ideais da Revolução Democrática de Março de 1964, tão bem dirigida pelo ínclito e extraordinário presidente Emílio Garrastazu Médici [...]”⁷⁸

Considerações

O CCC teve sua origem antes do golpe de 1964, mas teve o auge de sua notoriedade no que chamamos aqui *tempo de 68*. Observado em pequena escala, ou seja, com poucos detalhes, sem as minúcias do estudo de caso, o *tempo de 68* caracterizou-se pela ação violenta dos grupos sociais, chegando a ser noticiada de maneira jocosa por órgãos de imprensa da época.

⁷⁶ MOTTA, op cit, p. XXII

⁷⁷ FICO, op. cit., p. 165.

⁷⁸ Idem, p. 178

As atividades do CCC apresentadas nesse capítulo acabaram se diluindo no grande caldo de violência que permeava grupos civis que atuavam politicamente naquele período. A atuação política dos jovens, estudantes universitários e de classe média relacionava-se com a violência, muito mais do que com as causas que defendiam. Isso fica evidente no conflito da Maria Antônia, onde o que menos parecia ser relevante era o real motivo do confronto, mas sim as formas de ataque entre os alunos das duas universidades envolvidas.

Depois da edição do AI-5, justamente para conter o fervor dos grupos sociais, integrantes do CCC foram utilizados pelos órgãos oficiais para executar tarefas clandestinas. Nessas ocasiões, os integrantes deixavam claro que pertenciam ao grupo, e não ao governo, ao mesmo tempo fortalecendo o CCC e eximindo o Estado.

Capítulo 2: A Maior e a Mais Violenta

Introdução

Este capítulo se propõe a expor e analisar especialmente duas das atividades atribuídas ao CCC. Uma delas se refere aos ataques ocorridos contra a peça *Roda Viva*, primeiramente em São Paulo e depois em Porto Alegre, em 1968, e a outra alude à morte do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, em maio de 1969 no Recife. Em realidade, trata-se de dois alvos – a peça teatral e o padre – e três ações, visto que a peça *Roda Viva* foi duas vezes protagonista da violência do CCC. Porém, ao longo do capítulo será possível entender por que a análise está sendo feita em cima de duas atividades e não de três.

As ações em questão se destacaram das demais ações do grupo ao longo da pesquisa. A história do Padre Henrique, como era conhecido, destacou-se pela violência causada nas circunstâncias de sua morte, envolvendo tortura e mutilação de seu corpo. A história de *Roda Viva* destacou-se pelo alcance obtido na imprensa da época e a repercussão no meio artístico, sendo ainda hoje lembrada por muitas pessoas quando o assunto é o Comando de Caça aos Comunistas. Assim, esse capítulo aborda duas das ações do CCC: a maior e a mais violenta, que, relacionadas à ideia central desse trabalho, apresenta e questiona a impunidade do grupo nessas ocasiões.

Eis que chega a Roda Viva e carrega o CCC às capas de revista

A peça *Roda Viva* foi escrita por Chico Buarque, em 1967, e contava a história da transformação de um artista do morro em ídolo musical nacional, e depois sua destruição, quando deixou de ser uma novidade. Com o objetivo de provocar o espectador, incluía cenas eróticas entre a Virgem Maria e seu Filho, a utilização de um capacete militar como penico, a pergunta lançada ao público: “Você já matou seu

comunista hoje?” e terminava com a morte do herói, cujo fígado (de boi) era estraçalhado em cena, respingando sangue na plateia.⁷⁹

Para o autor, tratava-se uma paródia sobre o que acontecia no mundo do *show business*, o qual estava começando a se inserir. Assim como muitos artistas brasileiros, Chico Buarque passou a conhecer uma nova condição de sucesso no Brasil ao ter uma música sua como vencedora do II Festival de MPB da TV Record, em 1966.⁸⁰ *A Banda*, que vencera junto com *Disparada*, fez de Chico Buarque um nome nacionalmente conhecido aos 21 anos. No ano seguinte, foi convidado a apresentar um programa na TV Record ao lado de Nara Leão, e participar de um filme, *Garota de Ipanema*, de Leon Hirszman. A rapidez com que se inseriu nesse universo assustou o artista de tal forma que escreveu *Roda Viva* como uma crítica aos grandes patrocinadores do mundo artístico, aqueles que acabavam investindo em uma *imagem*. Era um Chico Buarque jovem, que iniciava sua carreira, mas já era conhecido pela autoria de músicas de cunho social como *Marcha para um dia de sol* (1964), *Pedro Pedreiro* (1965) e musicou o poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1965). Em 1968, escreveu também *Sabiá*, um poema-exílio escrito na própria pátria, já apontando uma preocupação política. A música venceu o III Festival da Canção em setembro 1968.

O diretor da peça era o também jovem e polêmico José Celso Martinez Correa. Ele pensava que “*O sentido da eficácia do teatro hoje é o sentido da guerrilha teatral, somente pode ser sentida como provocação*”⁸¹. Em 1967, Zé Celso, como era conhecido, fez uma montagem para a peça *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, escrita em 1922. Esta montagem se inseria no chamado Teatro Novo, que se inspirava no Cinema Novo, e trazia ao palco peças críticas, com a exploração exacerbada do realismo, formas, cores e maquiagem. Podemos lembrar que o Cinema Novo influenciou o grupo musical “Secos e Molhados”, por exemplo. Em 1967 também

⁷⁹ Sobre a peça, ver principalmente: Documentário *Chico Buarque: Bastidores*. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil Ltda., 2005. STEPHANOU, Alexandre A. *Censura no Regime Militar e Militarização das Armas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. pp. 129-130. VENTURA, op. cit., 1988. pp. 88-93.

⁸⁰ O I Festival Nacional de Música Popular foi organizado pela extinta TV Excelsior. A Record conseguiu, no ano seguinte, capitanear bons patrocinadores, já com três programas de música na emissora, e o II Festival superou expectativas de público. Sobre os festivais ver Marcos Napolitano, “Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966/1968)”. In: Aarão Reis et al (org). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc. São Paulo.

⁸¹ José Celso Martinez Corrêa, em entrevista à Revista da Civilização Brasileira, Caderno Especial n. 2, 1968, p. 126. *Apud*. STEPHANOU, op. cit., 130

nasceu o Tropicalismo e as críticas aos estrangeirismos, como a passeata contra a guitarra elétrica na música brasileira. Foi nesse contexto que Zé Celso fez a montagem da peça escrita por Chico Buarque.

Roda Viva havia estreado em janeiro de 1968, no Rio de Janeiro, com grande sucesso de público. Em julho iniciou a segunda temporada em São Paulo, com outro elenco e algumas modificações no texto e na montagem. Em um trecho de seu documentário, Chico comenta a liberdade que o diretor teve nessa montagem:

Certa vez, quando fui interrogado por um general, ele me perguntou ‘Roda Viva não é uma peça comunista?’ Eu disse: ‘não, não é comunista’... ‘Mas você não é comunista?’ ‘Não, não sou comunista’, ‘Mas então por que é que tinha um soldado defecando no capacete militar?’ Eu pensei comigo: cassetta... (risos), essa peça, lá em São Paulo, eles mudaram muita coisa...⁸²

A ousadia da montagem indignou os setores conservadores da sociedade. É importante lembrar que o público que frequentava teatro em 1968, era um público classe média burguesa, com valores morais cristãos, pouco interessado em ser atingido pela ironia da arte.

Roda Viva incomodava loucamente as pessoas. O elenco descia para a plateia, sacudia as pessoas, punha a língua para fora, fazia gestos obscenos, batia com a palma da mão no encosto das poltronas. Em 1968, isso era algo realmente assustador. Era uma montagem anárquica, revolucionária, que mexia com as pessoas.⁸³

O fato aconteceu em 18 de julho de 1968 no Teatro Ruth Escobar. Logo após o término do espetáculo, cerca de 90 homens que estavam na plateia se dividiram e começaram a quebrar o equipamento do auditório, subiram ao palco, destruíram o cenário e adentraram os camarins, agredindo os atores. A maioria afirma ter apanhado sem roupas, pois se dava o exato momento da troca nos camarins. A seguir o relato das atrizes Marília Pera e Margot Baird, respectivamente, publicadas na imprensa da época.

Quando abri a porta, vi uns rapazes correndo em direção ao meu camarim. Nisso, Margot apareceu e tratamos de trancar a porta. Do lado de fora começaram a bater e a gritar para que

⁸² Chico Buarque. Documentário *Bastidores*.

⁸³ PERA Marília e SOUZA, Flavio de. *Vissi D’Arte: 50 Anos Vividos Para a Arte*. São Paulo: Escrituras, 1999. (Depoimento de Marília Pera). p. 63.

abrissemos. Quando ela foi arrombada, pularam como loucos em cima da gente. Tiraram tôdas as nossas roupas e, enquanto apertavam nosso corpo, gritavam: - Isso é que é revolução, isso é que é revolução... Depois, nua como estava, foram me batendo com cassetetes em direção à rua...⁸⁴

Eu estava tirando a blusa, para trocar de roupa, quando ouvi um barulhão. Não sabia o que era, abri a porta e vi uns homens correndo para cima de mim. Fiquei assustada, a Marília apareceu, entrou no meu camarim, fechamos a porta. Daí a pouco, começaram a bater e a gritar para que abrissemos. Seguramos a porta, mas não adiantou nada: eles arrombaram tudo, arrancaram nossas roupas, rasgando, e começaram a apertar a gente, gritando: “Isso é que é revolução, isso é revolução”.⁸⁵

A rapidez com que foi feita esta ação é ponto comum entre os relatos desse episódio. Em 17 de julho de 1993, um dia antes de o evento completar 25 anos, a *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista com o homem que teria planejado e comandado o ataque ao teatro: João Marcos Flaquer, advogado, 50 anos à época da entrevista. Ele contou que os 90 membros do CCC estudaram o teatro durante cinco semanas para planejar os detalhes da ação, e tomaram o cuidado de se revezar para comprar os ingressos sem levantar suspeita. Contaram também com uma equipe de apoio para a fuga, de outros 20 homens, na noite do ataque, e que a atividade havia durado exatos três minutos⁸⁶. A escolha do alvo, o planejamento e a organização da ação, e a rapidez na sua execução foram, talvez, os ingredientes necessários para o *comandante* poder afirmar, 25 anos depois, que “*Foi a maior ação do CCC*”⁸⁷.

João Marcos Flaquer era advogado, e esteve à frente no ataque à peça *Roda Viva*. Foi um dos membros mais conhecidos do CCC, principalmente pela imagem que ele mesmo fazia questão de propagar. Era um típico *playboy* dos anos 60, de família conhecida, gostava de praticar esportes radicais, artes marciais, tinha um carro desejado pelos *brotos*, (um DKW, “*cujo ruído do motor lembrava uma panela de fazer pipocas*”). Também tinha fama de conquistador e gabava-se de ser um *rompedor de hímens*, uma das maiores proezas da época.⁸⁸ Entre 1969 e 1971, Flaquer foi oficial de gabinete do então ministro Alfredo Buzaid. Em 1993 deu uma longa entrevista à *Folha*

⁸⁴ *Terror cultural em São Paulo: o CCC ataca à meia-noite*. O Cruzeiro. 03/08/68, p. 26.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ *Comando de Caça aos Comunistas diz como atacou ‘Roda Viva’ em 68*. Jornal *Folha de S. Paulo*, 17/07/93, Quarto Caderno, p. 1

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ LOPES, op. cit., entrevista de Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos. p. 41.

de S. Paulo, descrevendo as minúcias do ataque à Roda Viva em 1968. Pouco tempo antes de falecer, Flaquer solicitou uma entrevista ao *Programa do Jô*, para tentar amenizar a imagem de comandante que havia construído. Jô Soares, no entanto, não autorizou a participação, e sugeriu que Flaquer se escondesse e esquecesse seu passado:

‘CCC? Nossa... Pra vir aqui?’, perguntou [Jô Soares] de modo hesitante. ‘Pois é. Você atendeu o João Parisi, que era do CCC.’, tentando convencê-lo. ‘Mas ele era um grande artista plástico...’ desconversou. ‘Você atendeu o Zé Dirceu, e ele também acha que deve falar...’, mais uma vez argumentei. ‘Não vejo como trazê-lo aqui, preste atenção, porque nos anos da Ditadura, eu estava voltando para minha casa, e encontrei-a toda pichada de vermelho escrito CCC. Cortaram a luz. Imagine o meu pânico, o terror que tomou conta de mim’, explicou-se. ‘Claro, se for uma questão pessoal realmente acho que você não deve convidá-lo’, fui sincero. ‘Não é pessoal, isso já passou. Mas eu não acho que ele tem de vir aqui. É melancólico ele dizer que foi comandante do Comando de Caça aos Comunistas. Já imaginou caçar pessoas? Isso é o fim da picada’, pôs-se incisivamente. ‘Concordo inteiramente com você, mas ele quer dizer que não era exatamente isso. Quer se explicar. Está te pedindo uma chance’, repliquei. ‘Acho que o melhor para ele é se esconder e pensar: Esqueçam que fui comandante do CCC’, disse Jô Soares irredutivelmente.⁸⁹

Quem argumentava com Jô Soares ao telefone era Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos, colega de faculdade de Flaquer e sócio em seu escritório de advocacia. Flaquer faleceu meses depois dessa conversa, em maio de 1999, aos 55 anos de infarto. Jô Soares, na lembrança de Paulo Azevedo, referia-se ao sentimento de pânico, de terror que ele sentiu ao ver a sigla pichada em sua residência, demonstrando a força que a sigla possuía apenas de aparecer em um local. Mas esse relato mostra também como as pessoas não querem ouvir sobre o CCC. Existem temas na história que ainda não possuem ouvidos, e a história desses grupos civis é um deles.

Na ação de ataque à peça Roda Viva, a característica de *organização* se sobrepôs à característica de *sigla*. O tempo de planejamento, os cuidados, o contingente de pessoas envolvidas, caracterizam atitudes de um grupo.

O que também corrobora com essa característica de organização foi o segundo ataque do CCC à mesma peça teatral. Em outubro de 1968, dois meses e meio depois do atentado em São Paulo, a peça Roda Viva estrearia em Porto Alegre, com mudanças no

⁸⁹ LOPES, idem, p. 46.

texto e no elenco. Após apresentação prévia para a censura estadual, estreava no dia 2 de outubro, uma quarta-feira, no Teatro Leopoldina⁹⁰, a polêmica *Roda Viva*.

Já na estreia da peça, houve distribuição de panfletos aos espectadores, que diziam: “*Gaúcho! Ergue-te contra aqueles que, vindos de fora, nada mais desejam senão violentar a tua família e as tuas tradições cristãs, destruindo-as. Hoje preservaremos as instalações do teatro e a integridade física da plateia e dos atores. Amanhã não!*”.⁹¹ Ocorreu aqui um apelo regionalista para a não interferência de um grupo vindo de fora. Isso nos lembra os argumentos anticomunistas de que o comunismo era algo externo, planejado na União Soviética com o intuito de dominar outros países, ao exemplo de Cuba. Há também uma referência aos valores da família e das tradições cristãs, também tipicamente anticomunista, e defendida pelo CCC, além da ameaça à integridade física das pessoas.

Na sexta-feira, seis de outubro, o Teatro Leopoldina amanheceu pichado, com frases: “*Fora comunas*”, “*Chega de Subversão*”, “*Arte sim, pornografia não*”. A censura federal entrevistou e proibiu a peça sob alegação de mudanças no texto. O jornal *Correio do Povo* apresentou sua versão sobre a peça:

Era intenção dos seus responsáveis fazer sucesso pelo impacto. Mas o que conseguiram fazer foi chocar a plateia porto-alegrense, pela absoluta falta de conteúdo artístico do espetáculo e pelo teor altamente pornográfico que apresentava. Trata-se de algo deprimente, que não recomenda como válida e nem permite, de longe, que se pretenda incluir a peça como acontecimento do teatro brasileiro.⁹²

Com apenas uma apresentação, o elenco partiria para São Paulo. Na noite daquela mesma sexta-feira seis, os atores seguiam a pé para o hotel⁹³ quando na esquina das ruas Voluntários da Pátria com a Dr. Flores foram cercados por cinco automóveis, de onde desceram cerca de trinta homens, armados de cassetetes de madeira, que começaram a bater nos atores. Correndo e apanhando fizeram o trajeto até o hotel, cerca de duas quadras. A maioria teve escoriações pelas costas e pernas, mas um deles precisou ir ao

⁹⁰ Atual Teatro da OSPA, na Avenida Independência, em Porto Alegre.

⁹¹ “*Roda Viva*” proibida pela censura federal. *Correio do Povo*, 05/10/68, contracapa. Cf reportagem, “*Considerando que os artistas que encenaram ‘Roda Viva’ infringiram o item II do artigo 94 e ‘caput’ do artigo 97, do Decreto número 20.493, de 24/1/1946, resolve suspender a encenação de ‘Roda Viva’ em Pôrto Alegre até ulterior deliberação*”.

⁹² Idem.

⁹³ Hotel Rishon, ainda hoje na Rua Dr. Flores, 27, centro de Porto Alegre.

hospital com corte no rosto, e outro quebrou um dente. A calçada e o hall do hotel recém inaugurado ficaram com manchas de sangue em vários lugares, mas quando a imprensa chegou, a equipe de funcionários já havia limpado. A reportagem fazia uma observação intrigante: *“Enquanto na Av. Farrapos havia mais de 50 brigadianos, alguns armados de fuzis, para policiar o trânsito, na frente do hotel havia uma dupla deles para cuidar dos atores”*. Quer dizer, havia uma presença policial próxima ao hotel que não se dirigiu ao local, ou não foi acionada, ou foi estrategicamente designada para lá. Os atores, assustados, não queriam falar com a imprensa. Pelo interfone do hotel, um jornalista conseguiu um breve relato e a suspeita – repare que a palavra *contribuintes* substitui a palavra *comunistas*, censurada em 1968: *“Foi coisa para matar a gente. A sorte foi que deu para correr. (...) Só pode ter sido o pessoal do Comando de Caça aos Contribuintes [sic] eles já bateram na gente no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo. Eu levei um televisor pelas costas.”*⁹⁴

Ainda neste episódio, dois artistas foram sequestrados por indivíduos que diziam ser da DOPS, e que levariam o casal para a delegacia prestar esclarecimentos: a atriz Elisabeth Gasper e o músico Zelão.

Não podíamos resistir - contou Zelão. Por isso subimos num dos carros. Começaram a rodar com os faróis apagados e primeiro foram a um lugar longe que não reconhecemos. Em determinado momento, eles começaram a fazer guerra de nervos: paravam, desciam, entravam e saíam de novo. Um deles tirou um soco inglês do porta-luvas e recolocou-o no lugar. Fomos por uma estrada de terra com uma porção de desvios, até um lugar completamente desabitado. Então um deles disse: Aqui está muito perto, alguém pode ouvir. Fomos mais adiante, onde nos convidaram a descer: Agora, vamos fazer a peça Roda Viva aqui, disse um deles. Elisabeth então falou que só ela era atriz, que eu era seu marido. Puseram-nos num curral cercado de arame farpado e mandaram-na cantar a música da peça. Elisabeth não teve outro jeito e acabou cantando “Luar” e eles aplaudiram. O que me parecia chefe veio me dando lições de moral e perguntando como eu deixava minha mulher trabalhar nisso. Chamou-me de vários nomes e disse que nunca mais Roda Viva entraria em Porto Alegre. Em seguida, deu prazo de até 16 horas para sairmos da

⁹⁴ Fala de Paulo Antônio, ator da peça. Este trecho, bem como algumas informações detalhadas do episódio ocorrido em Porto Alegre, foi retirado do artigo: *“Elenco de Roda Viva apanha de cassetete”*, cuja leitura foi feita pelo então deputado estadual Pedro Simon, em sessão plenária 127 de 07/10/68, publicado nos Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, novembro/68, pp. 45 e 46.

cidade. Levamos duas horas pra sair do mato e achar a estrada. Aí descobrimos que estávamos a trinta quilômetros de Porto Alegre...⁹⁵

Esse episódio ocorrido na capital gaúcha foi de extrema gravidade. Envolveu crimes como sequestro, cárcere privado, tortura psicológica, danos morais, humilhação. Os atores foram embora no mesmo dia, e não há registro de que tenham feito queixa policial, nem de que policiais gaúchos tenham se interessado em investigar. Apesar da gravidade, ninguém foi responsabilizado pelo incidente.

A classe artística ficou sensibilizada com a situação que se repetia em Porto Alegre. A atriz Cacilda Becker tomou frente de uma *assembleia permanente* dos artistas, que reivindicavam mais segurança nos teatros e o direito de divulgar as ameaças sofridas: “*Estou preocupada com tudo isso. Tomarei providências para garantir não apenas o meu, mas todos os teatros. Qualquer teatro é o meu teatro.*” Os artistas vinham passando por um período de luta contra a censura e suas arbitrariedades, como espetáculos com texto liberado pela censura e proibidos de serem apresentados; textos onde eram liberadas 15 páginas de um total de 80; peças outrora encenadas que eram proibidas ou liberadas com cortes. Os atores faziam greve e manifestações em frente aos teatros. Em junho de 1968, os artistas organizaram a *Feira Paulista de Opinião*, no Teatro de Arena em São Paulo. Era uma peça com proposta clara de discutir a arte política e a função social da arte. Era composta por textos de Lauro Cezar Muniz, Bráulio Pedroso, Gianfrancesco Guarnieri, Jorge Andrade, Plínio Marcos e Augusto Boal. A *Feira* foi representada sem o alvará da censura, e no dia seguinte todos os teatros de São Paulo foram fechados e guardados pelos militares.⁹⁶

As ações do CCC sobre a peça *Roda Viva* fizeram parte da censura ao teatro da época. O ataque do CCC à peça *Roda Viva* esteve inserido totalmente no ataque conservador à arte moderna dos anos 60. A diferença era que os militares intervieram nas peças de cunho político, e o CCC agiu como o guardião da moral na arte. *Roda Viva*

⁹⁵ DEKES, op. cit. p. 66. Em reportagem exibida no quadro *Retrato Falado* dentro do programa *Fantástico* da Rede Globo, em novembro de 2006, a atriz Elizabeth Gasper conta sobre o episódio, e que teria perdido a voz na hora da peça mas recuperado-a prontamente quando obrigada a cantar sob ameaça de um revólver. Ainda segundo esta reportagem, a música cantada teria sido “*Sem Fantasia*”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=zvYtyiMY59k&feature=related>.

⁹⁶ PATRIOTA, Rosângela. Arte e resistência em tempos de exceção. Revista do Arquivo Público Mineiro. Pp120-134.

não tinha uma proposta política, mas sua montagem agredia a moral e os bons costumes da classe média brasileira.

A censura moral viria, por parte do governo militar, com mais força na segunda metade da década de 70. Nos primeiros anos de ditadura o alvo dos militares era a política, e eles não sabiam como agir diante das mudanças comportamentais dos anos 60. Mas a sociedade atribuía ao comunismo muitas mudanças nos costumes por que passava o mundo naquela época, e a *rebeldia* de 1968 não era diferente. Os guardiões dos valores conservadores repudiavam quaisquer mudanças, e se os militares não conseguiam contê-las, os grupos extremistas estavam dispostos a agir à sua maneira.

Além disso, apesar de tratarmos de duas ações separadas, entendemos melhor se encarmos como uma única ação ocorrida duas vezes. A análise das fontes indica que as duas ações referidas foram feitas por grupos locais: em São Paulo por um grupo paulista, que dedicou tempo estudando o teatro e organizando os detalhes da ação; em Porto Alegre o grupo gaúcho se revela no vocabulário dos bilhetes, no conhecimento das ruas ao atacar os atores e das redondezas da cidade ao sequestrar os artistas. No entanto, os ataques do CCC se configuraram, na verdade, no mesmo ataque, onde o segundo foi continuação do primeiro, porque a *mensagem* era a mesma: a de salvar os valores morais, corrompidos na cena profana com Jesus e Maria. É como o filho que recebe duas vezes um castigo por ter cometido o mesmo erro; ou como a didática behaviorista que aplica choque ao comportamento reprovado, quantas vezes forem necessárias.

Chico Buarque comentou a possibilidade de haver outra versão sobre o ataque ao Roda Viva: a de que o CCC teria ido ao teatro atacar outro espetáculo, A Feira Paulista de Opinião, esse sim de cunho político, mas como o espetáculo já teria acabado, para não perder a viagem o grupo teria então atacado o Roda Viva. Essa versão vai de encontro às conclusões dessa pesquisa. A análise dos fatos mostra a organização do grupo, os seus objetivos, e a reincidência no ataque nega a casualidade daquela versão.

A partir da repercussão das ações do grupo contra o teatro, o CCC ficou conhecido em todo o país. Caetano Veloso citou-os em seu famoso discurso na música “É Proibido Proibir”, durante a final do III Festival Internacional da Canção, promovido pela Rede Globo, em 15 de setembro de 1968 – portanto depois da ação em São Paulo e antes da ação em Porto Alegre – enquanto era vaiado furiosamente pela plateia:

Mas que juventude é essa?

Que juventude é essa?

Vocês jamais conterão ninguém!

Vocês são iguais sabem a quem?

São iguais sabem a quem? Tem som no microfone?

Vocês são iguais sabem a quem?

Àqueles que foram na Roda Viva e espancaram os atores!

Vocês não diferem em nada deles... não diferem em nada!

E por falar nisso, viva Cacilda Becker!⁹⁷

Muito se especulou a respeito dos integrantes do CCC, da relação com os militares, do surgimento, dos encontros, e principalmente dos nomes que formavam aquela sigla. A revista *O Cruzeiro* publicou, em novembro de 1968, a reportagem “CCC ou o Comando do Terror” na qual divulgou uma lista com nomes, dados e fotos de alguns integrantes do CCC. A própria imprensa reconhecia o CCC como terrorista, isso ocorreu na maioria das referências às ações. Além disso, no subtítulo da reportagem dizia que “Eles se orgulham de pertencer à organização que espalha o terror de extrema-direita no país.” Segue a imagem da reportagem com os nomes e rostos divulgados:

⁹⁷ Caetano Veloso. *É Proibido Proibir*. Discurso.

As faces do CCC⁹⁸

Texto de PEDRO MEDEIROS
Fotos de MANOEL MOTTA

CCC OU O COMANDO DO TERROR

Comando de Caça aos Comunistas. Eles se orgulham em pertencer à organização que espalha o terror de extrema-direita no país.

São muitos, a organização é grande. Nos seus feitos estão os ataques aos artistas de RODA VIVA e à USP. Todos são violentos. Alguns, covardes

⁹⁸ O Cruzeiro, 09/11/68. p 20

A reportagem é assinada pelo jornalista Pedro Medeiros que teria conversado com cinco integrantes do CCC que não viram problemas em falar. Ele conta que a organização surgira da congruência entre alguns grupos de estudantes de São Paulo, como a *Canalha* do Colégio Mackenzie e os *Matadores* do Largo São Francisco, grupos de estudantes que faziam protestos anticomunistas e contra o governo João Goulart. Um deles teria explicado o símbolo do CCC, uma pirâmide, que significava “*um chefe no topo, que comandava setores cada vez maiores*”. Um deles teria dito

Nós estamos muito embaixo nessa pirâmide. Meu papel é pesquisar no noticiário dos jornais os novos objetivos para a ação organizada. Entrego todo o material ao amigo colocado imediatamente acima de mim na pirâmide, ele o entrega a outro, e assim sucessivamente, até o trabalho chegar em mãos dos grupos executivos.⁹⁹

Nesta situação registra-se o caráter de organização que a sigla assumiu. Depois de algumas semanas e algumas conversas, o jornalista Pedro Medeiros publicou uma lista com 47 nomes de jovens membros do CCC que conseguira levantar:

João Marcos Flaquer, por exemplo, reside na Rua Hadock Lobo, trabalha na Senador Feijó, é advogado. Esteve no ataque à *Roda Viva*. Luta karatê. Pertence ao grupo do XI de Agosto, mas participou do ataque à USP.

Estevão Augusto dos Santos Pereira reside na Avenida Paulista. A violência é o traço principal do seu caráter, mas é dado a fazer poesias. Esteve no ataque à *Roda Viva*.

Lionel Zaclis reside na Rua Zequinha de Abreu. É violento também, mas seus colegas o têm como covarde, porque apenas atua em grupo e se recusa a qualquer missão para executá-la sozinho. Esteve no ataque à USP.

Francisco Antônio Fraga mora na Rua Marechal Barbacena. Bastante agressivo, chega à histeria.

Paulo F. Campos Salles de Toledo mora na Rua Joaquim Antunes. Muito resoluto. Impiedoso para com suas vítimas.

Dilermando Cicagna Jr. é da Rua Manacá. Este só bate pelas costas. Fogo ao corpo-a-corpo e se atemoriza à menor reação da vítima. Considerado elemento improdutivo.

Paulo Roberto Chaves de Lara reside na Rua Peixoto Gomedes, num apartamento. É violento, julga-se também com veia poética e gosta de aparecer como orador. Esteve no ataque à *Roda Viva*.

⁹⁹ Idem, pg 21

Luís Correia Salles mora na Avenida Nove de Julho. Muito forte, e halterofilista. É considerado muito burro pela turma. Os companheiros acham que ele os acompanha só pela vaidade de pertencer ao CCC. Tem preparação militar: fez o CPOR. Sobrinho de deputado, escuda-se nisso para quebrar galhos do grupo.

Araken Testa mora na Mato Grosso e trabalha na Paulo Egídio. Todos o acham covarde. Chegam a desconfiar de sua masculinidade, o que possivelmente é um meio de provocá-lo para que desempenhe melhor suas missões. Acompanha sempre o Flaquer. Esteve no ataque à Rida Viva. Os colegas duvidam até de sua honestidade, mas não explicam porquê.

Fernando Forte mora na Rua Traipu e trabalha na Florêncio de Abreu. Pouco se fala dele, só que tem verdadeiros ataques de histeria quando em ação.

Percy Ed Heckmann é da Rua Goitacás. Só anda armado, põe violência em tudo o que faz. Os colegas o apelidaram de *Nazistão*. Quase tudo, eles tratam no aumentativo: *Nazistão, Amigão*. Exceções: *comunistinha, esquerdinha, vermelhinho*.

Paulo R. Ferreira Eugênio mora na Rua das Azáleas. Compete com Percy na conquista do apelido de Nazistão. Também só anda armado.

Sílvio Salvo Venosa mora na Rua Cristiano Viana. Não esquece a arma em casa e gosta de atirar até por motivos gratuitos no meio da rua. Pratica tiro ao alvo em anúncios luminosos. Todos são unânimes numa coisa: Sílvio é muito inteligente. Esteve no ataque ao espetáculo de Chico Buarque de Holanda.

Fernando Piza reside na Rua Camilo. Anda armado e até os companheiros o temem, pois o consideram um psicopata.

José Lamartine Sátiro mora na Rua Francisco Mesquita. Salienta-se por suas ideias fascistas. Sua arma é uma pistola 45.

Acácio Vaz de Lima Filho também anda armado. Sofre de crises nervosas e ataques histéricos de violência gratuita. É um psicopata, na opinião dos colegas que preferem afasta-lo de missões delicadas. Mora na Rua Jaceguai.

Paulo Flaquer mora na Rua Atibaia. É inteligentíssimo, possui muita presença de espírito e malícia. Vangloria-se de conhecer todas as manhas dos comunistas. Faz constantes advertências em ação e quase tudo o que prevê acontece realmente. Muito respeitado pelo CCC. Luta karatê e judô.

Francisco José Aguirre Menin esteve no ataque à Roda Viva. Mora na Rua Arthur Prado e trabalha na Felipe de Oliveira. Foi ele quem comandou o ataque à USP.

Souvenir Assumpção Sobrinho está no 3º ano de Direito, período diurno. Mora na Bela Cintra e esteve nos ataques à Roda Viva e à USP, no qual morreu baleado o ginasião José Guimarães. Perigoso, anda sempre armado.

Bernardo MacDowel Krug intitula-se agente da Polícia Federal e anda armado. Estuda Direito e esteve no ataque à USP. Mora na Rua Chicago e trabalha num escritório da Rua Piauí.

Pedro José Liberal tem sua residência na Capitão Rabello, mas nunca está lá. É elemento muito ativo, violento e perverso. Dirigiu uma das alas do ataque à USP, de arma na mão. Não abandona o revólver nem para dormir.

Boris Cazoy ou Kassoy estuda Direito. Locutor da Rádio Eldorado. Conclamou os alunos do Mackenzie a tomar a USP, de cuja invasão participou. Anda armado, mas, segundo os colegas, é incapaz de atirar em alguém. Mora na Rua Itapeva. Acham-no mole com os comunistas.

João Parisi Filho age com uma violência de espantar os colegas mais duros. Pinta os cabelos e por isso os colegas se referem a ele desairosamente. Sua pistola 45, entretanto, evita que isso lhe seja dito cara a cara. Todos sabem que ele toma psicotrópicos. “Para criar coragem?” perguntam-se os companheiros, sempre com a mesma suspeita de sua masculinidade. Essas suspeitas envolvem um tenente da Aeronáutica chamado Prado que, segundo os rapazes, seria o *favorito* de Parisi.

José Antônio de Oliveira Machado participou do ataque à USP, anda armado, mas sua coragem não está no nível desejado para uma organização que não quer contemplação nenhuma com os comunistas. Mora na Rua Iracema.

Raul Nogueira Lima (conhecido por Raul Careca) mora na Rua Comendador Eugênio de Lima. Estuda Direito, anda sempre armado. Esteve no ataque ao espetáculo Roda Viva e à USP. A posição que escolheu para dirigir um dos grupos foi o telhado.¹⁰⁰

Henrique Meira Castro estuda Direito e participou de ambas as ações terroristas já mencionadas. Anda armado, mora na Rua Abílio Soares.

Estefan Buriti Suzian, o Taturana, estuda Direito. Participou dos ataques à peça Roda Viva e à USP. Mora na Rua Nazaré.

José Roberto Batochio esteve também no ataque à USP.

Raffi Kathlian estuda Economia e é um dos líderes do CCC no Mackenzie. Apareceu em plena ação em fotos feitas por uma fotógrafa japonesa da Folha da Tarde. Essa profissional possivelmente será uma das próximas vítimas do CCC. Raffi tem uma loja na Rua do Arouche (loja URFA), que vende lingerie. Nesse negócio é sócio de Menin.

Chacon (não foi possível apurar seu nome completo) tem um bar na Rua Maria Antônia (Lanches Magu), onde usa as orelhas para manter-se informado das atividades dos estudantes. Não toma parte dos conflitos e age apenas como informante.

Elávio Caviglia estuda Economia. Participou das operações Roda Viva e USP.

Henri Penchas estuda Engenharia e destacou-se por sua agressividade no ataque à Roda Viva. Na operação contra a USP sua atuação não foi das mais apagadas.

Outros elementos que participaram do ataque à Roda Viva: **Augusto Florestan**, **Cláudio Leite**, **Dilermando Agágua** (repórter), **Douglas** (que estuda Sociologia e mora em Santana), **Mário Verangieri**, **Nelson Manganelo**, **Luís Antônio Sacari**, **Mário Boito**, **Antônio Succar Filho** (conhecido por *Succar do Basquete*), **José Augusto Bauer** e **Newton Camargo Rosa**.

Por fim, quatro alunos ou ex-alunos de direito do Largo de São Francisco que tomaram parte no massacre aos artistas de Roda Viva: **Cássio Scatena**, conhecido por Blanco; **Cícero A. J. Gubeissi** (mora na Benjamin Constant de onde só sai armado); **Jean Koudalla** (faz-se passar por

¹⁰⁰ Refere-se ao telhado do Mackenzie, de onde Raul Careca comandara o ataque à USP.

marxista), e **Roberto Ulhoa Cintra**, um dos melhores atiradores do bando. Este se orgulha de nunca haver errado um tiro.¹⁰¹

Toda a reportagem tem um tom dramático de denúncia. Mas, precisamos lembrar que a escrita jornalística daquela época era diferente, e *O Cruzeiro* em especial era uma revista conhecida pelas reportagens bombásticas e de cunho sensacionalista. A revista recebeu muitas reclamações, cartas e ameaças de processo por parte de alguns dos nomes citados. Alguns jovens foram à imprensa com seus pais e advogados, exigiram direito de resposta, alegavam que não faziam parte do grupo. Boris Casoy, conhecido jornalista brasileiro, atualmente apresentador do *Jornal da Band*, na rede Bandeirantes (primeira foto da esquerda na última fileira da reportagem da revista), ainda hoje nega ter feito parte do CCC. Mas apesar de tudo, essa lista de nomes e características ajuda a construir um CCC com rostos e personalidades. São muitos nomes na reportagem, e ainda que alguns deles não tivessem pertencido ao grupo, outros tiveram sua participação comprovada posteriormente, como João Marcos Flaquer, o *comandante* do ataque ao Roda Viva, Cássio Scatena em entrevista a Gustavo Lopes, Raul Careca, o temido delegado de São Paulo, e João Parisi Filho, no relato do torturado Diógenes de Arruda Câmara.

O CCC também se manifestou contra a revista. No exemplar seguinte, a manchete de capa acusava: *CCC ataca O Cruzeiro*. Segundo a reportagem¹⁰², a edição anterior foi totalmente esgotada, alcançando ampla repercussão popular e na imprensa. Mas também provocou reação dos integrantes CCC, que ligaram para a sede da revista. “No primeiro dia os telefonemas passaram de uma dúzia” querendo o endereço do repórter Pedro Medeiros, ameaçando-o de morte, e dizendo mensagens como “*Esta revista vai desaparecer, todos vocês vão pagar caro, vão aprender que com a gente não se brinca*”. Em um telefonema, o funcionário que atendeu foi questionado sobre se já havia lido o que estava escrito no mudo do cemitério da Consolação, e “*diante do seu silêncio, a informação veio direta: ‘Esquerdista, aqui será a tua morada*”. Os funcionários da revista acreditaram que “*esta primeira etapa do que os cececionistas chamam ‘desforra’ consistia unicamente de uma guerra de nervos*”¹⁰³.

¹⁰¹ O Cruzeiro, op. cit., pp. 22 e 23. Grifos meus.

¹⁰² O Cruzeiro na mira do terror. O Cruzeiro, 16/11/68. pp. 30-34.

¹⁰³ Idem, p. 32.

Naquela edição, a revista publicou um Manifesto do CCC, único de que se tem conhecimento, onde eles se dirigiam à sociedade e falavam seus motivos, o que pensavam e o que queriam transmitir com suas ações. A revista não explicou como o manifesto chegou ao seu poder, mas reproduziu-o na íntegra:

Vítima de insidiosa e permanente campanha de difamação através de vários veículos da imprensa, o CCC (COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS) sente-se no dever de dar uma satisfação à opinião pública de nossa terra, que queremos livre, e, por isso mesmo, corretamente informada.

Isto fazemos na convicção de estarmos contribuindo para atingir um dos nossos objetivos, que é o de alertar nosso povo para os inimigos de fora e de dentro que, incansavelmente, maquinam contra sua tranquilidade e a sua dignidade. Dentre esses inimigos, um dos que se tem revestido de maior virulência nestes últimos tempos é a MÁQUINA DE DESINFORMAÇÃO E DISTORÇÃO instalada na maioria dos jornais, revistas, estações de rádio e TV. Através dela se tem procurado dissolver a família, corromper a juventude, aviltar a religião e extinguir o patriotismo. E tudo isso de maneira perfidamente sorrateira, à base de maciça inoculação dos germes da decomposição na alma simples e generosa de um povo que merece melhor sorte.

Como não poderia deixar de ser, essa Máquina, lubrificada com fartos recursos de procedência não raro espúria, voltou-se com especial ímpeto contra o CCC, pois aos que a comandam e aos que a servem não interessa que se preservem e se reavivem os valores pelos quais nos batemos.

Dizem-nos “nazistas”, “fanáticos”, “radicais”, “antidemocratas” e quantos mais adjetivos encontram em disponibilidade no farto vocabulário que o Comunismo Internacional conseguiu transformar em muletas, das quais se servem os espíritos incapazes de caminhar sob o impulso soberano da luz da própria razão.

No entanto, se nos insurgimos contra algo, é contra um estado de coisas marcado pela injustiça, pela miséria, pelos privilégios, pela subserviência, pela baderna, pela imoralidade e por todas as outras mazelas que andam de mãos dadas com uma ideologia apátrida, que já sufocou a liberdade de inúmeros povos e de milhões de pessoas em todo o mundo.

O fato de sermos contra isso implicitamente demonstra a favor do que somos. Somos por um Brasil livre e próspero, por justiça para todos os brasileiros, pela retomada do desenvolvimento econômico, pela extinção da política de favoritismo, pela punição para os corruptos e corruptores, pela ordem em contraposição à anarquia de irresponsáveis baderneiros de qualquer matiz, pela moralização dos costumes através de ampla campanha de civismo, pelo corajoso combate à subversão, pelo respeito aos autênticos princípios cristãos que plasmaram a nacionalidade, a fim de que pelo esforço de todos se possa construir Nova Pátria que, engrandecida, queremos transmitir aos nossos descendentes.

Por isso, a denominação com que passou a ser conhecido o nosso movimento não pode ser confundida com uma simples afirmação de violência negativa. Não somos apenas pela repressão. Se o combate ao GRANDE INIMIGO se insinuou irresistivelmente em nosso lema, isso se deveu

às condições históricas diante das quais tivemos de situar-nos quando em nós despertou a consciência da necessidade de uma ação pronta para conter as hordas adversárias. Com o Comunismo Internacional maquiavelicamente preparando o seu bote definitivo, graças à inconsciência, à complacência e, não raro, à conivência daqueles a quem – fardados ou não – caberia zelar pelos sagrados interesses da pátria, a missão mais urgente e inadiável consistia em opor uma barreira a esse exército subterrâneo de traidores.

CAÇA AOS COMUNISTAS não significa mais do que um brado de alerta para o despertar das consciências diante do perigo mais imediato, que viria representar a consolidação de tudo o de ruim que não desejamos para o nosso povo: a supressão da liberdade, dominação de oligarquias burocratas.

Quem for contra isso é contra o Comunismo.

E quem for contra o Comunismo é contra as condições que propiciam o seu florescimento, tais como: inépcia governamental, “entreguismo” político ou econômico, ausência de desenvolvimento, envenenamento da juventude e da opinião pública em geral pelo Marxismo encastelado nas cátedras, na imprensa e nos púlpitos.

Nossa luta, portanto, não é apenas de denúncia dos comunistas, grupos de pessoas a serviço da subversão. Não é nem mesmo apenas contra as ideias deletérias de que uns e outros são portadores. Isso tudo tem caráter apenas episódico. A nossa verdadeira luta é pela instauração de um autêntico Poder Revolucionário, imbuído dos mais altos ideais de patriotismo e que seja capaz de enfrentar com coragem e decisão o desafio das velhas estruturas residuais garantidoras dos privilégios dos “donos do Brasil” que, pelo seu poderio econômico, castigam a sociedade principalmente nos setores de mais reduzidos recursos, fazendo do salário um furto e da economia uma ilusão: que seja capaz de renovar os critérios políticos, implicar o povo neles, reforçar os valores espirituais que caracterizam a nossa civilização, impulsionar o progresso mediante uma visualização ampla de todos os problemas dentro de um escalonamento prioritário consoante a tecnologia de nosso tempo. Estes são objetivos que a Nação tem em vista e ansiosamente espera.

COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS

S. Paulo, Rio de Janeiro, B. Horizonte, P. Alegre¹⁰⁴

O manifesto começa declarando o objetivo do CCC: alertar para os inimigos de fora e de dentro que maquinavam contra a tranquilidade, sendo a imprensa um deles. O grupo acusava a imprensa de dissolver a família, corromper a juventude, aviltar a religião e extinguir o patriotismo. É importante lembrar que a imprensa nesse período ainda não sofria com a censura do pós AI-5, e contava, ainda que timidamente, com certa liberdade de publicação, incluindo a reportagem que divulgava a lista de nomes de membros do CCC.

¹⁰⁴ *O CCC se manifesta*. O Cruzeiro, 16/11/1968 pp 32-34

A alusão ao comunismo vem em seguida, na referência às acusações de nazista, e quando deixam claro contra o que protestavam – baderna, imoralidade, ideologia apátrida, anarquia, supressão da liberdade – e a favor do que eram – ordem, moralização dos costumes, civismo, princípios cristãos – características do discurso anticomunista. Em determinado trecho do manifesto, o grupo revela que agia também porque achava os militares inconscientes, complacentes, coniventes com o “grande inimigo”, deixando de zelar pelos interesses da pátria. Viam, nos militares, ineficiência em defender tais valores. Essa visão do CCC em relação aos militares referenda as conclusões feitas a partir do quadro de comparação entre as ações repressivas da ditadura e as ações do CCC. É provável que o CCC tenha agido de modo mais sistemático quando a ditadura estava menos repressiva e que, a evidência de repressão por parte do governo, fazia o CCC diminuir as suas atividades.

Um dos pontos chaves do manifesto está na frase “*Caça aos Comunistas não é mais do que um brado de alerta para o despertar das consciências*”, ou seja, nesse trecho o grupo parece se descrever como via a si mesmo, ou pretendia ser visto: um *despertador de consciências*, como que querendo sacudir as pessoas, mostrando o que estava errado, a partir daquilo que eles entendiam como certo. O objetivo, portanto, ia além de detectar o comunismo e suas condições, mas passava por convencer as consciências que aquilo que detectavam era absolutamente ruim e tudo o que ninguém desejava para o povo.

Ao final do manifesto há um ensaio de crítica aos militares, ao defender um “autêntico Poder Revolucionário”, que enfrentasse antigas estruturas econômicas que castigavam a sociedade. Este era o discurso de crítica econômica que sofria a ditadura depois dos primeiros anos do regime, ou ainda, durante o *tempo de 68*: o arrocho salarial e a inflação. Refiro-me aqui, especialmente, ao discurso do MDB do Rio Grande do Sul em 1968, que, entre as críticas econômicas, insistia nesses dois pontos, arrocho salarial e inflação; pontos esses que os militares tanto criticaram no governo Jango e diziam combater com eficiência ao deflagrar o golpe, e que por isso também obtiveram tantos apoiadores.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul se mostrou como um espaço *sui generis* de manifestação política em 1968. Em meu trabalho de graduação estudei o discurso do MDB gaúcho naquele ano, e tive oportunidade de ler os Anais da

Assembleia, onde percebi um espaço rico de debate de questões contemporâneas que afligiam a sociedade gaúcha, brasileira e mundial.

A divisão política bipolarizada da época suscitava debates acirrados entre os deputados. Quando ocorreu o ataque aos atores em Porto Alegre, o líder do MDB, deputado Pedro Simon leu os jornais do dia sobre o ocorrido e manifestou sua indignação frente à impunidade que se apresentava, colocando a ausência de qualquer medida governamental sobre a violência desses grupos e o temor das conseqüências dessa impunidade.

Não é por mera ocasionalidade que estão aí os homens, em todo o País, a falar em movimento de violência de extrema direita organizados em diversos lugares deste País. Não é por outra razão que o Presidente da Câmara dos Deputados, e o Presidente do Senado, ao receberem uma denúncia do presidente de meu Partido, levaram o assunto tão a sério e o julgaram tão fundamental que foram a S. Exa. o Sr. Presidente da República, e solicitaram de S. Exa. uma audiência especial quando, inclusive, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado fizeram ver a S. Exa., o Sr. Presidente da República, a existência possível de movimentos deste tamanho, deste gabarito.

Não é sem outra razão, sem outra finalidade também a entrevista concedida ao “Jornal do Brasil”, no Rio de Janeiro, pelo presidente da Câmara dos Deputados, denunciando a existência de movimentos de direita que se estendem, inclusive, ao fechamento do Congresso.

[...]

O que me impressiona nisto tudo, Sr. Presidente, é que as coisas aconteceram, se encerraram e silenciaram. Não vi nem no “Correio do Povo”, nem na “Folha da Tarde”, nem na “Zero Hora”, nem no “Diário de Notícias”, nem no rádio, nem na TV, qualquer medida que tenha sido tomada de parte dos órgãos governamentais no sentido de tentar apurar o que aconteceu. Não, isto não é brincadeira. É um precedente muito sério. E o que me preocupa muito mais é que com o êxito que tiveram com esta primeira intervenção e com a tranquilidade com que foi recebida e principalmente não sendo chamados à responsabilidade e não sendo responsabilizados nenhum deles isto sirva exatamente de início de uma atividade de tropelia e de violência, que passaria a viver a cidade de Porto Alegre.¹⁰⁵

Três dias depois dessa declaração, Costa e Silva divulgou que determinara ao seu chefe do SNI, Emílio Médici, uma “*investigação de profundidade*” sobre as atividades das organizações de extrema direita no Brasil, em especial o CCC e o MAC

¹⁰⁵ Pedro Simon. Sessão plenária 127 de 07/10/68. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, novembro/68, p. 46.

¹⁰⁶. A justificativa do general-presidente era de que aquelas organizações pudessem “*se infiltrar no meio militar, aproveitando a boa fé da maioria, para criar ambiente de intranquilidade e de fermentação política*” ¹⁰⁷. Ora, sabemos que essa justificativa não se fundamenta, mas podemos deduzir que Costa e Silva precisou pronunciar-se a respeito da “ação da extrema-direita”, quer dizer, havia uma preocupação social a respeito desses grupos.

Analisando o contexto político dessa declaração, podemos concluir que ela precisou existir e que não poderia ter sido outra. Nos primeiros dias do mês de outubro de 1968, o CCC e outros grupos de terror estiveram envolvidos na batalha da Maria Antônia; os militares, por sua vez, estavam envolvidos no pedido de cassação ao deputado Márcio Moreira Alves, que um mês antes realizou o famoso discurso pregando o boicote popular ao desfile de sete de setembro. Por conhecer o fim dessa história, sabemos que o congresso recusaria tal pedido, causando a fúria dos generais e o decreto do AI-5. Ou seja, em outubro o governo já estava envolvido em um desgaste político e precisava o apoio dos deputados para votar aquela cassação. Não seria inteligente declarar outra coisa à imprensa senão que o governo faria uma *investigação de profundidade* nos grupos de direita, deixando subentender que não estava de acordo com eles.

No entanto, mesmo com a preocupação da sociedade, com as manifestações dos artistas, com a lista de nomes divulgada na imprensa, com a declaração do governo, ninguém foi responsabilizado pelas violências. Nesta que foi *a maior ação do CCC* a impunidade talvez tenha sido a mais grave de todas, porque além da dimensão, a ação aconteceu nos primeiros anos de um longo período que se seguiria. Outras atividades mais violentas estariam por vir, como a história da morte do Padre Henrique no ano seguinte, mas não tiveram a mesma repercussão na imprensa, ocasionando, entre outras implicações, uma maior facilidade em conter as conseqüências.

¹⁰⁶ Para Elio Gaspari, o terrorismo político entrou na política brasileira na década de 60 pelas mãos da direita, e cita como primeira grande ação o ataque de militantes do MAC ao Congresso da UNE realizado em julho de 1962 no hotel Quitandinha, em Petrópolis. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002. p. 251

¹⁰⁷ *SNI vai apurar a Ação da Extrema Direita*. Correio do Povo, 11/10/68. Capa.

Padre Henrique e a teologia da subversão

Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, conhecido como Padre Henrique, era um jovem padre, Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife que trabalhava diretamente com a juventude. Era especialista em problemas da juventude e exercia seus votos como colaborador do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Suas atividades eram voltadas para a juventude, e no *tempo de 68* auxiliou muitos jovens e estudantes cassados ou perseguidos pela ditadura que viviam na clandestinidade. Ao pesquisar sobre sua história, é possível perceber semelhanças com a vida que levava Frei Beto e outros padres envolvidos com a teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação, surgida na América Latina na década de 1960, esteve, no *tempo de 68*, no alvo de ataque dos grupos terroristas, quando muitos padres eram acusados de subversão. Em dezembro de 1968 a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem de quatro páginas sobre o assunto, intitulada: *O Exército Acusa: Esses Padres São Subversivos*, divulgando a prisão de três padres em Belo Horizonte, acusando-os de subversão, no caso, ligação com a Ação Popular, “*movimento esquerdista que quer derrubar o regime*”, inclusive realizando treinamentos de guerrilha no interior de Minas Gerais. A reportagem dizia que, desde o *movimento de 31 de março*, vários padres respondiam a IPMs, foram presos e condenados, alguns a deixar o país, acusados de pregar reformas sociais por meio da revolução.¹⁰⁸

No entanto, embora a questão da Igreja e de suas relações com a sociedade entre no tema da política e da ideologia também se refere à mudança de comportamento na sociedade. Para os conservadores era inadmissível que a Igreja, considerada por eles como a guardiã da moral e dos bons costumes, de repente começasse a defender *estudantes comunistas, jovens subversivos*.

Em 1984, um próspero Cardeal da Igreja Católica, Prefeito da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé e futuro Papa, Joseph Ratzinger, escreveu um artigo intitulado “*Eu Vos Explico a Teologia da Libertação*”, onde esclarecia os perigos daquela que “*não entra em nenhum esquema de heresia até hoje existente*” a teologia da libertação “*não trata apenas de desenvolver a ética social cristã em vista da situação socioeconômica da América Latina, mas revolve todas as concepções do*

¹⁰⁸ *O Exército acusa: esses padres são subversivos*. *O Cruzeiro*, 21/12/68. Pg 51

Cristianismo: doutrina da fé, constituição da Igreja, Liturgia, catequese, opções morais, etc.”¹⁰⁹ Ou seja, uma parte da Igreja Católica estava se envolvendo com a realidade do país em que estava inserido, discutindo política, questionando os rumos que a “revolução” vinha tomando e a outra parte, majoritária e conservadora, não podia admitir essa dissidência.

A respeito da prisão daqueles padres, um jornal católico manifestou-se em apoio aos padres, dizendo que o poder respeitava a Igreja quando lhe convinha, tolerava sua oposição até o momento em que não ameaçasse um “regime de injustiça”. *“Haverá liberdade de pregar o Evangelho se ele não exigir uma modificação profunda. Do contrário, qualquer pregador, como o próprio Cristo, será acusado de subverter, 'Ele subleva as massas' dirão hoje como disseram naquele tempo”*.¹¹⁰

Padre Henrique também se preocupava com a realidade de seu país, especialmente a vivida pelos estudantes. Em abril de 1968 celebrou uma missa em memória do estudante Edson Luiz, que morrera dias antes na Guanabara e acabou virando símbolo da luta estudantil. Depois da realização dessa missa, Padre Henrique passou a receber ameaças de morte por pessoas identificadas como membros do CCC.

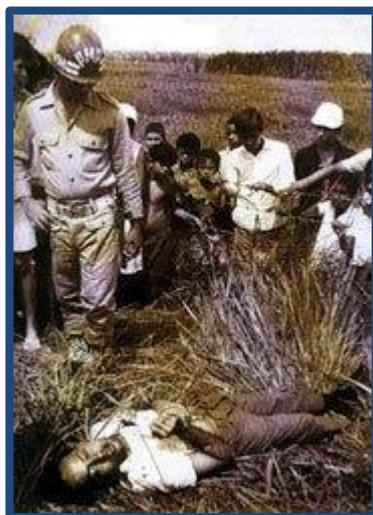
Dom Hélder Câmara também recebia tais telefonemas. Um ano depois, no dia 26 de maio de 1969, Padre Henrique foi sequestrado e seu corpo foi encontrado no dia seguinte, no campus universitário da UFPE, *“pendurado de cabeça para baixo, em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e dois ferimentos produzidos por arma de fogo”*.¹¹¹ Márcio Moreira Alves lembra que *“a censura impediu a publicação da notícia pela imprensa local. O Exército ocupou a cidade, que o cortejo fúnebre, conduzido por D. Hélder Câmara, desfigurado de dor, atravessou de ponta a ponta”*¹¹².

¹⁰⁹ Revista PR, n276, set-out, 1984, pp354-365. *Apud* página eletrônica da Editora Cléofas, setor de perguntas e respostas www.cleofas.com.br.

¹¹⁰ *O Exército acusa: esses padres são subversivos*. op. cit., p. 51. Trecho do editorial do jornal católico *O Diário*, de Belo Horizonte.

¹¹¹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. P. 96.

¹¹² ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.



O Tribunal de Justiça de Pernambuco abriu inquérito, onde foram acusados como responsáveis pelo sequestro, tortura e morte: Rogério Matos do Nascimento, o delegado Bartolomeu Gibson, o investigador de polícia Cícero Albuquerque, o tenente José Ferreira dos Anjos, ainda Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Koch. Entre as testemunhas de acusação, estavam a mãe do Padre Henrique, Sra. Isaias Pereira, e uma investigadora de polícia, Riso Ieta Cavalcanti, que acusaram aquelas pessoas não só por este assassinato, mas também, pelos tiros que deixaram paralisado o líder estudantil recifense Cândido Pinto de Melo em 29 de abril de 1969. Segundo o desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, *“há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA”*. O inquérito foi arquivado e nenhum dos acusados foi condenado, apesar de provas e testemunhas.

A história do Padre Henrique, por ter ocorrido depois do decreto do AI-5, foi fortemente censurada na imprensa. Sua história foi divulgada pelos familiares, primeiro na página *“desaparecidospoliticos.org”* da internet, depois no livro *Direito à Memória e à Verdade*. Em ocasião dos 40 anos da sua morte, em 2009 surgiram alguns artigos em revistas acadêmicas e na internet relembrando sua história e as circunstâncias de sua morte, sem, no entanto, acrescentar informações aos fatos já mencionados.

Uma das teorias sobre sua morte argumenta que ela serviu como um aviso para o arcebispo Dom Hélder Câmara, envolvido internacionalmente com entidades de direitos humanos, portanto muito conhecido, ao contrário do Padre Henrique, atuante próximo a

Dom Hélder, porém *menos importante*. Essa hipótese é plausível, se, no entanto, não reduzirmos a importância de Padre Henrique junto à sua comunidade e o efeito que sua morte causou entre aquelas pessoas que ele ajudava e mesmo dentro da Igreja Católica. Importante citar aqui que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos declarou, por unanimidade, que “*mesmo sem ter ocorrido em dependência policial, dúvida não há de que sua morte ocorreu sob custódia de agentes do Estado*”¹¹³

Oportunamente, tive acesso a uma documentação da Embaixada do Brasil em Santiago do Chile, hoje no arquivo das Relações Exteriores de Brasília. Trata-se de ofícios informativos enviados pela Embaixada brasileira sobre a Frente Brasileira de Informações, uma entidade que cuidava de denunciar os abusos cometidos pelas ditaduras dos países latinos naquele tempo, e que tinha sede em Paris mas contava com correspondentes no Brasil e na América Latina. Em um determinado ofício, os embaixadores brasileiros informavam sobre um artigo publicado no jornal chileno *El Siglo* do dia 15 de novembro de 1969, de título “*La Dictadura Brasileña*” e outra reportagem do jornal *Las Noticias de Última Hora* do dia 16 de novembro de 1969 intitulado “*La Tortura: El Arma Principal de la Dictadura Brasileña*” e “*Estos Son Los Torturadores*”, onde o jornal divulga uma lista de pessoas entre delegados e militares envolvidos diretamente com a tortura.

No primeiro artigo citado – *La Dictadura Brasileña* – eram divulgadas as primeiras informações da Frente Brasileira de Informações. Em 17 de julho, em Recife, Luis Medeiros de Oliveira e Elenaldo Celso Teixeira foram acusados de atividades subversivas e agitação política entre os camponeses.

Fueron torturados durante seis días en diez comisarías distintas. Al salir de la comisaría de Caxangá para la Posta Central, estaban en estado de coma con el rostro desfigurado y los órganos genitales heridos por choques eléctricos. La ficha del Hospital dice que presentaban “descollamiento, equimosis, contusiones en el tórax y en los miembros superiores e inferiores. Contusión craneana y choque traumático. [...] Monseñor Helder Cámara y su obispo auxiliar José Lamartine constataron su estado y pidieron una investigación que realizó la propia policía, naturalmente sin encontrar al culpable.”¹¹⁴

¹¹³ BRASIL, op. cit., p. 96.

¹¹⁴ Ofício 325/500, Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Santiago, Chile. 17/11/69

Essa história também foi contada no jornal *Las Noticias de Ultima Hora*, onde seguem mais acusações de torturas e de mortes envolvendo estudantes, operários e sacerdotes, em especial Jean Taple, um padre belga que denunciou que vira, quando ele próprio estava detido em São Paulo, uma mulher grávida, operária de nome Marta, sofrer um aborto em uma sessão de tortura e vir a falecer uma semana depois.

A tortura dos recifenses, descrita anteriormente, faz lembrar a tortura sofrida por Padre Henrique. Primeiro, pelo alto grau de violência e pelos ferimentos genitais. Sabemos todos que essas características são relatadas em muitas torturas, mas, lembrando que ocorreu em 17 de julho, portanto menos de dois meses depois da morte do Padre Henrique, na mesma cidade, e que envolveu uma solicitação de Dom Hélder Camara, as semelhanças parecem aproximar as duas histórias. Além disso, há outro elemento que foi divulgado na reportagem *Estos Son Los Torturadores*, em cuja lista de torturadores divulgada pela Frente Brasileira de Informações foram citados três membros do CCC como torturadores da ditadura: o delegado Raul Nogueira Lima, o Raul Careca, o agente de segurança do Consulado Americano Bernardo MacDowel Kruger, e um Major da Aeronáutica Renato Melo, que não era membro direto mas distribuía armamento para o CCC. A reportagem ainda denunciava nomes como o de Sérgio Fleury que, dentre tantos, foi torturador dos freis Fernando e Ivo, quando da captura e assassinato de Marighela, e o de Major do Exército Ary Bismarck Cavalcanti, torturador de Gregório Bezerra.

Além de perceber semelhanças entre essas histórias (Padre Henrique, Luis Medeiros de Oliveira e Elenaldo Celso Teixeira), o CCC foi, mais uma vez, aproximado diretamente do setor torturador da ditadura brasileira.

Em muitos momentos, durante esta pesquisa, essa aproximação foi uma incógnita – em realidade ainda é uma questão sem resposta definitiva: qual a relação entre os membros do CCC e os militares. Porém, o acesso aos arquivos institucionais permite demonstrar que nomes envolvidos com o CCC no tempo de 68, quando seus membros possuíam características civis, jovens, estudantis e de classe média, aparecem como participantes diretos da tortura institucionalizada. Mais uma vez pode ser deduzido que a ditadura *aproveitou* aqueles jovens para fazer parte dos seus quadros de violência direta, o trabalho sujo que os militares tanto negam ter realizado.

Considerações

As duas grandes ações do CCC encontradas no desenrolar da pesquisa mereceram um capítulo especial para analisarmos melhor as minúcias que as envolveram. Os dois ataques contra a peça *Roda Viva*, foram na verdade, uma única atividade contra o teatro, contra a expressão artística do *tempo de 68*, que refletia, de fato, as expressões comportamentais dos anos 60, donde podemos concluir que o ataque ao *Roda Viva* foi um ataque às novas mudanças comportamentais. A morte do Padre Henrique também esteve inserida no *tempo de 68*, e também envolveu a oposição às mudanças dos anos 60, no caso, mudanças dentro da Igreja Católica. Apesar das diferenças visíveis entre os dois casos, a semelhança entre eles se encontra na medida em que ambas são ações terroristas em nome do conservadorismo, da moral cristã, que tentava frear a todo o custo e com extrema violência o comportamento de toda uma geração.

Na terceira parte deste trabalho veremos ações do CCC que ocorreram entre 1978 e 1981, numa segunda fase de atuação do grupo, com suas especificidades como o alvo, os objetivos e o tipo de atividade. Sem esquecer, no entanto, que nessa segunda fase o grupo carrega todo seu histórico, tanto das suas ações terroristas, legitimando e fortalecendo cada nova ação, quanto na certeza da impunidade de seus colaboradores, o que será ratificado na análise a seguir.

Capítulo 3: O Retorno do Comando

Introdução

Este capítulo se destina a analisar o *retorno* do CCC no final da década de 1970. Isso não significa que o grupo tenha desaparecido por completo ou deixado de realizar ações. Como vimos, alguns membros atuaram nos quadros dos órgãos repressores, e, além disso, é muito provável que a sigla CCC tenha assumido a autoria de ações de terror, semelhantes às aquelas realizadas no *tempo de 68*. Depois da *maior* ação do CCC, contra os atores da peça *Roda Viva* em São Paulo e Porto Alegre, tem-se poucas notícias de suas atividades. Em 1978 um general paranaense afirmou que “*nos últimos dez anos [1968-1978] a organização tem ameaçado centenas de pessoas em vários estados brasileiros e mesmo tem sido responsabilizada por sequestros*”¹¹⁵.

Esta parte do trabalho refere-se especificamente a uma ação ocorrida em dezembro de 1978, com características grandiosas, como aquela feita contra a Roda Viva, e que por isso pode ser considerada a *segunda maior* ação do CCC. Trata-se do envio de cartões ameaçadores para um grande número de pessoas em vários lugares do Brasil. Religiosos, advogados, políticos, jornalistas e artistas revelam ter recebido um cartão, padronizado, que desejava um péssimo natal e previa para o ano seguinte um “confronto final” com aquelas pessoas. Foram destinatários pessoas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta ação gerou a primeira investigação oficial da ditadura, de que se tem informação, contra o CCC. Realizada pela DOPS/PR, teve duração de 18 meses, gerou um dossiê de 106 páginas que está disponível no Arquivo Público do Paraná e serve de fonte primordial para este capítulo.

Apesar de nunca terem parado definitivamente de realizar atividades, esta ação do envio de cartões pode ser considerada um *retorno* do CCC, no sentido de ter sido uma ação de que ultrapassou os limites regionais – por exemplo, ações localizadas,

¹¹⁵ *Investigação sobre o CCC: só se matar*. 16/12/78. O Estado do Paraná. Adiante veremos o contexto em que foi feita essa afirmação.

circunscritas a uma cidade, ou a uma pessoa específica – e que foi amplamente divulgada na imprensa, características primordiais ao considerarmos a ação contra o Roda Viva em 1968. Naquele episódio, a ação se constituiu em duas atividades separadas pelo período de quatro meses. Nesta, uma única ação foi efetuada em São Paulo (local de postagem dos cartões) e destinada a, pelo menos, cinco estados brasileiros.

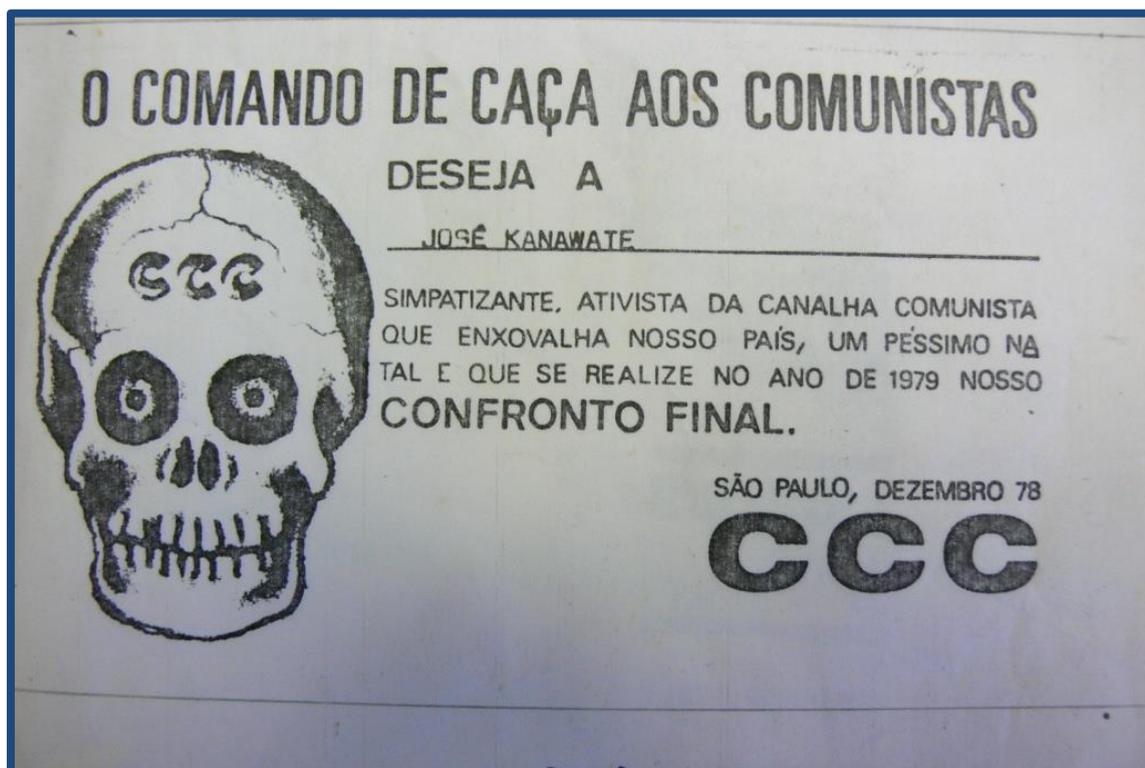
Além dos cartões ameaçadores, o Comando de Caça aos Comunistas foi autor declarado de outras atividades de cunho terrorista também nesse final da década de 1970, tais como bombas, cartas-bomba, ameaças de bombas, telefonemas e cartas intimidadores, listas de jornais e revistas censurados pelo próprio grupo com ameaças diretas aos donos das bancas, panfletos, pichações, depredações, tiros, e uma acusação de desaparecimento de uma mulher grávida em 1980.

Em 1979 uma ação do grupo revelaria, mais uma vez, o grau de organização e sistematização a que puderam chegar os membros do grupo – características essas apontadas no episódio do ataque ao elenco do Roda Viva no camarim do teatro Ruth Escobar em São Paulo: agilidade, rapidez e eficiência. A ação ocorreu em uma madrugada de novembro na cidade de Belém do Pará, e configurou-se em oito atentados concomitantes em lugares diferentes, numa espécie de represália do grupo à presença de Miguel Arraes na cidade.

Vale ressaltar ainda que, mesmo que a censura já estivesse mais branda nesse momento, muitos jornais ainda possuíam uma espécie de *medo residual* de publicar as ações do CCC e de outros grupos terroristas. Assim, muitas ações possivelmente não foram divulgadas na imprensa. Porém, pelo mesmo motivo, esse “retorno” também deve ser compreendido como o “retorno do CCC na grande imprensa”, reiterando que esta é a segunda ação de âmbito nacional *de que se tem conhecimento*.

Um péssimo natal: 1978

O cartão



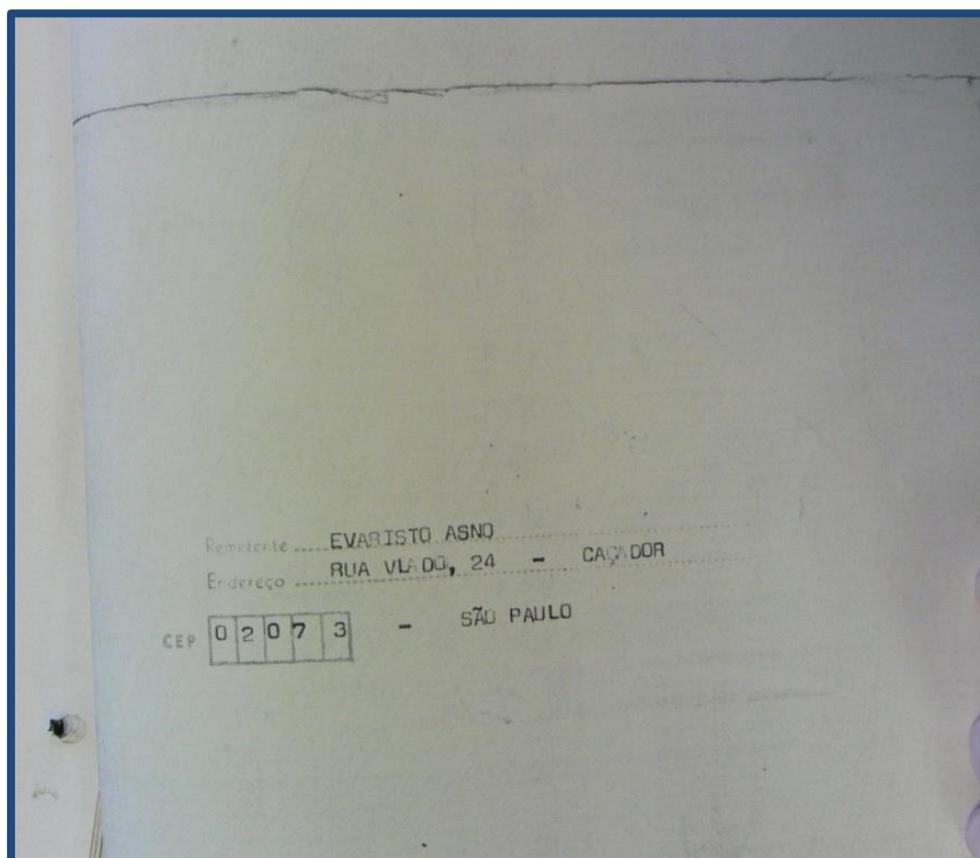
Quais os sentimentos e pensamentos de uma pessoa que recebe um cartão desses? O que primeiro chama a atenção, antes mesmo da mensagem escrita, é a imagem da caveira. A caveira não remete a outra coisa senão à morte. É utilizada para gerar sensação de medo, pavor, terror. A caveira também era utilizada pelo Esquadrão da Morte, como já foi mostrado no Capítulo 1. Depois, a mensagem escrita também tem caráter intimidador, chamando o destinatário de “simpatizante, ativista da canalha comunista”, remetendo-nos às categorias utilizadas pela repressão oficial: “simpatizantes” como “subversivos”, “ativistas” como “terroristas”.

Parece também que o CCC acreditava que a “luta contra a subversão” ainda não havia terminado, porque continuava “enxovalhando nosso país”. Caráter esse que se reflete também no prognóstico para 1979: um CONFRONTO FINAL. O que o grupo queria dizer? Que as ações seriam maiores? Mais qualificadas? Que aumentariam? Se o

confronto era “final”, estariam intimando a vítima para uma ação “mortal”? Mas o que não deixa dúvida é o desafio intimidador causado pelo cartão. O objetivo maior, sem dúvida, era despertar e disseminar o medo, intimidar, constranger, ameaçar, em alguns casos reavivar medos antigos, lembranças da repressão oficial. Tudo isso legitimado pelo peso da sigla CCC, sigla esta envolvida há mais de dez anos em ações terroristas, dos mais variados graus de violência, desde intimidação até morte sob tortura. Esta sigla carregava em 1978 todo o pavor das vias de fato a que chegou em inúmeras situações. A sigla CCC talvez fosse o que de mais apavorante uma pessoa tenha visto ao receber este cartão.

Por último, uma análise fria sobre o cartão nos revela que se trata de um material padronizado, visto que o nome foi datilografado posteriormente. Isso evidencia que ele foi feito em grande escala, possivelmente em uma gráfica, com o objetivo evidente de ser distribuído para muitas pessoas.

O remetente:



Trata-se, visivelmente, de uma referência ao nome de Dom Paulo Evaristo Arns, então Cardeal Arcebispo de São Paulo, e também ao nome do jornalista Vladimir Herzog, conhecido como Vlado, morto pela ditadura em 1975, além do Bairro “Caçador” fazer referência ao Comando de Caça aos Comunistas.

Durante todo o mês de dezembro foram divulgados recebimentos desses cartões em Curitiba, Joinville e Rio de Janeiro. Em anos subsequentes outras pessoas divulgaram também tê-lo recebido. É o caso, por exemplo, de Chico Buarque que expôs, em 2004, nas comemorações dos seus 60 anos, objetos pessoais, entre eles um cartão idêntico a esse, endereçado a ele. Ainda devemos contar com o fato de que muitas pessoas não quiseram divulgar tal recebimento, tendo em vista todo o medo envolvido nessa situação.

Em contrapartida, algumas pessoas foram à imprensa e decidiram se expor. Dois padres e o presidente do MDB foram os primeiros a fazê-lo e pedir ajuda jurídica. Entidades de Direitos Humanos e a OAB se prontificaram a prestar solidariedade, inclusive tomando frente aos vários pedidos de providências. O papel da imprensa também foi importante nesse momento, já que o clima político propiciava o engajamento em questões fossem de encontro a qualquer tipo de obstáculo à abertura política – fato que esses cartões, com ou sem intenção, acabaram por exercer. Além disso, a imprensa estava começando a atuar sem a pressão direta dos censores, e uma ação de cunho nacional como essa era espetacular para os jornais saciarem a fome de divulgar aquilo que outrora pudesse ser censurado.

Apesar de o clima de censura ainda levar muitos anos para terminar efetivamente – se é que podemos afirmar isso – dos quadros da imprensa brasileira, podemos sim afirmar que a imprensa foi uma das responsáveis pelo inquérito que se instauraria até o final daquele mês contra o CCC. Foram encontradas reportagens como: “Advogado quer comissão da OAB para o levantamento de atuação do CCC em Curitiba” (Jornal do Brasil, 05/12/78); “Advogado ameaçado pelo CCC denuncia à polícia: MDB exige providências” (Estado do Paraná, 05/12/78); “OAB pede providências contra o CCC ao ministro da Justiça” (Diário do Paraná, 06/12/78); “Dotti pede a Falcão medidas contra CCC”¹¹⁶ (Tribuna do Paraná, 06/12/78); “Bispo Faz Apelo” (Estado do Paraná, 07/12/78).

¹¹⁶ Referindo-se ao advogado René Ariel Dotti e o ministro da justiça Armando Falcão.

O governador do Paraná afirmou à época que os cartões poderiam ser “*brincadeira*”, e que não haveria investigação em torno do assunto. Mas a declaração do Secretário de Segurança, General Alcindo Pereira Gonçalves, foi ainda mais forte. Ao ser indagado sobre a possibilidade da organização vir a cumprir a promessa de “confronto final” com as pessoas a quem dirigiu a ameaça, não teve dúvidas em vislumbrar o lado positivo da situação: “*ai já teremos um fato concreto por onde começar a investigar*”¹¹⁷.

Na mesma linha, ainda nesta declaração, o general se mostrava convicto da impunidade do CCC, afirmando que nos últimos dez anos a organização ameaçara centenas de pessoas em vários estados brasileiros e fora responsabilizada por sequestros, mas que de fato “*nunca se pegou nenhuma pessoa, ou nenhum documento que fosse mesmo desse tal de CCC. Só esses panfletos. Dizem que é a TFP, que é isso, que é aquilo, mas ninguém provou nada até agora. Não há como fazer investigação*”,¹¹⁸ num visível descaso em relação às ameaças, contribuindo ainda mais para a sensação de insegurança tanto daquelas pessoas destinatárias dos cartões, quanto da sociedade brasileira em geral.

Ora, a postura das autoridades em menosprezar a ação do CCC gerava, além do desinteresse pela investigação em si. O grupo acabava conseguindo um efeito benéfico para a ditadura a partir das suas mensagens e não valia a pena o governo se indispor com ele, um reforço na sensação de insegurança, pois quem de fato deveria preocupar-se com a segurança nacional e defender a população afirmava que seria melhor quando algo mais grave acontecesse para então se ter “um fato concreto”.

A OAB tomou então a iniciativa de designar um membro para tomar as providências legais em relação à investigação sobre o CCC. Em 09 de dezembro de 1978, o advogado Élio Narézi é designado e a partir dessa iniciativa, o Departamento de Polícia Federal do Paraná finalmente abre inquérito contra o CCC¹¹⁹.

Depois de muitas discussões, a DOPS-PR enfim instaura uma investigação sobre o envio dos cartões. É esta investigação que forma o conjunto principal das fontes utilizadas nesse capítulo.¹²⁰ À investigação foram juntados recortes de imprensa, paranaense principalmente, que faziam alusão às atividades do CCC e algumas cópias

¹¹⁷ *Investigação sobre o CCC: só se matar*. O Estado do Paraná, 16/12/78.

¹¹⁸ *Opinião Oficial*. O Estado do Paraná, 07/12/78.

¹¹⁹ *Federais Investigam Atividades do CCC*. Gazeta do Povo, 09/12/78.

¹²⁰ “*Dossiê comando de Caça aos Comunistas (CCC), 1978-1980, 106p.*”

dos ditos cartões. Apesar de citados os requerentes do processo, não consta, nesta documentação, os seus depoimentos. São eles: Dejanir Dalpasquali, Luiz Fachini, José Kanawate, Dom Romeu Alberti e Dom Agostinho José Sartori. Depois de quase dois anos de investigação, esta foi a conclusão a que chegou o relatório:

O DOPS-SP efetuou diligências junto ao I.I.R.G.D, Tribunal Regional Eleitoral, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Prefeitura do Município de São Paulo, Detran, não tendo nenhum registro nos órgãos mencionados sobre EVARISTO ASNO. Os elementos supramencionados que receberam cartão natalino do C.C.C., afirmaram em suas declarações que o carimbo do Correio (...) é de São Paulo, e que o remetente é EVARISTO ASNO, Rua Vlado, n 24, Caçador/SP, não fornecendo nenhum outro dado ou pista que possibilitasse a identificação e localização do autor ou autores dos mencionados cartões. (...) Não consta naquela repartição qualquer registro relativo à Rua Vlado, e nem Bairro Caçador. (...) As ameaças feitas através do cartão natalino do C.C.C. utilizaram-se de nome e endereço falsos pois segundo consta, EVARISTO ASNO assemelha-se ao nome do Cardeal Arcebispo de São Pulo, EVARISTO ARNS, e Rua Vlado refere-se ao caso Vladimir Herzog, jornalista que era conhecido por Vlado. Tendo em vista haver se esgotado todos os meios investigatórios disponíveis para identificação do autor ou autores dos referidos cartões, e transparecendo ser **uma brincadeira de mau gosto** de pessoa ou pessoas desocupadas, salvo melhor juízo, opino pelo arquivamento do presente.
[grifo meu]

Curitiba, 11 de junho de 1980.

Bel. ELOY FERNANDES FRANÇA

DELEGADO DE POLÍCIA¹²¹

Ou seja, o DOPS levou quase dois anos para chegar a uma conclusão na qual chegou o governador do Paraná à época dos cartões: tratava-se de uma “brincadeira”. Durante quase dois anos, de dezembro de 1978 até junho de 1980, houve uma investigação oficial sobre o grupo CCC. Muitos atentados foram feitos nesse período, como veremos a seguir. Se havia uma investigação em uma Delegacia como a DOPS, podendo contar com o Sistema de Informações do aparelho repressivo da ditadura, é difícil de acreditar que a conclusão chegada pelo inquérito se resume a afirmar que tudo se tratou de uma “brincadeira de mau gosto”. Este relatório e seu resultado é uma prova oficial da impunidade em relação ao CCC.

O jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma charge em 03 de dezembro sobre o episódio, colocando um Papai Noel com a caveira do CCC entregando os cartões.

¹²¹ Idem, pp 59-60.



Dez anos depois, 1978

O retorno do CCC deve ser compreendido dentro do contexto em que ocorreu, e, neste sentido, o ano de 1978 pode explicar muitas ocorrências. Primeiro, e provavelmente o motivo iminente da ação do CCC, foi a decretação do fim do AI-5 em dezembro daquele ano. No entanto, outro elemento foi importante nessa questão: a oposição ao processo de transição política. Muitos setores da sociedade eram contrários ao retorno dos civis ao poder, bem como ao processo de abertura e fim da repressão. Efetivamente esse processo encontrou resistência tanto nos setores conservadores da sociedade, como nos setores mais duros do regime, e aqueles quadros de militares receosos também pelo medo da perda de privilégios alcançados dentro da estrutura da ditadura. O processo de transição, enfim, foi marcado por contradições mesmo entre os apoiadores do regime. O General Gustavo Moraes Rego Reis faz uma observação interessante a esse respeito:

A partir de 1974 [grupos radicais conservadores] passaram a questionar o processo de abertura e logo se voltaram para a oposição, procurando seus líderes mais influentes, como o deputado Ulysses Guimarães e depois o ex-ministro Severo Gomes (...). O curioso é que alguns desses elementos atuantes estavam no SNI, inclusive na Agência Central e junto ao próprio Figueiredo. Outros acompanharam as pretensões de [Silvio] Frota.”¹²²

¹²² D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Op. cit., p. 95.

O ano de 1974, em que foi anunciado o início do processo de transição, também marca uma mudança nos números da repressão: neste ano não há registro de mortos, somente desaparecidos políticos, mas o número é alto, em parte pela contagem dos remanescentes da Guerrilha do Araguaia. A prática do desaparecimento se mostrava como nova forma de extermínio da oposição ao regime.

É certo que nos três primeiros anos de Geisel, os interrogatórios mediante tortura e a eliminação física dos opositores políticos continuaram sendo rotina. O desaparecimento de presos políticos, que antes era apenas uma parcela das mortes ocorridas torna-se regra predominante para que não ficasse estampada a contradição entre discurso de abertura e a repetição sistemática das velhas notas oficiais simulando atropelamentos, tentativas de fuga e falsos suicídios.¹²³

Exterminada a guerrilha urbana e rural, o foco, o alvo da repressão muda: passa dos “subversivos” e “terroristas” para os setores que não aderiram à luta armada, como os vinculados aos Partidos Comunistas (mesmo que o PCdoB tenha sido o proponente do Araguaia, estava isolado entre os outros PCs, como o PCBR, o PCB e os demais grupos trotskistas), e os que poderiam representar alguma ameaça no jogo político que estava sendo aberto. Essa consideração ajuda a explicar as vítimas da ditadura após 1974.

Além disso, a gradual e tímida liberdade que a imprensa engatinhava, assim como a discussão sobre a Anistia e sobre o retorno dos exilados políticos, desagradava verdadeiramente muitos setores da sociedade brasileira, dos conservadores moderados até os extremados. Em agosto de 1976 o grupo Vanguarda de Caça aos Comunistas, VCC, outro grupo terrorista realizador de ações muito parecidas com as do CCC, foi responsável pela explosão de uma bomba na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O atentado apontava também que a imprensa se tornava um dos alvos preferidos dos ataques desses grupos.

Bombas em bancas de jornal foram as ações mais comuns executadas pelos grupos de terror, mas este ataque à sede da ABI significa algo mais profundo, algo que tinha a ver com a postura da imprensa naquela época. Nos últimos dez meses a ditadura havia passado pelas duas grandes denúncias em relação à morte sob tortura nas suas dependências, a de Vladimir Herzog em outubro de 1975 e a de Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976. A partir dessas mortes, e especialmente pelo fato de Herzog ter sido

¹²³ BRASIL, op. cit., p. 27.

jornalista, a imprensa passou a acompanhar e divulgar as ações da repressão. Os grupos terroristas, então, esperavam intimidar a classe jornalística que se colocava no espaço oposicionista da ditadura. É importante lembrar que o CCC já criticara a imprensa no seu manifesto em 1968, acusando-a de maquiagem contra a dignidade e tranquilidade da nação.

Miguel Arraes e o atentado em Belém

Em 1979 Miguel Arraes, assim como tantos outros políticos e personalidades da história do Brasil, voltava do exílio. Em novembro, fez uma visita à cidade de Belém, no Pará, quando foi recebido por uma das ações mais bem organizadas que ocorreu naquela capital. Na madrugada do dia 18 de novembro, durante uma queda de energia elétrica em toda a cidade, oito locais sofreram atentados semelhantes ao mesmo tempo, e todos foram atribuídos ao CCC. Aqui o CCC volta a ter a característica que o destacou na ação contra a peça Roda Viva em São Paulo: a organização e a rapidez. As ações ocorreram entre 3h e 4h da madrugada e envolveram: depredações, tiros, pichações e panfletos. Os locais foram pichados com a frase: "*Arraes Comunista - CCC*", e o desenho da foice e do martelo. Entre eles a Igreja de Aparecida, a sede da SPDDH, a casa de Frei Luis Pinto de Azevedo (secretário geral da CNBB-Regional Norte), a Escola Salesiana do Trabalho, a sede do Instituto Pastoral da Terra, e outros quatro locais não informados.

Em alguns desses locais foram encontrados manuscritos apontando nomes de pessoas como "terroristas"¹²⁴: *Arraes, pelego comunista, está sendo apoiado por outros comunistas, Luis Maklouf, Raimundo Jinkings, Frei Luís e Carlos Augusto Sampaio. Traidores, subversivos, vendilhões do povo brasileiro*¹²⁵

Nesta ação vemos elementos de uma atividade planejada, organizada, e com intenção de divulgação: atuar em oito lugares ao mesmo tempo, em uma capital, e envolvendo o nome de uma figura pública como o de Miguel Arraes. Além disso, temos a informação também de que as pessoas acusadas tentaram prestar queixa na Central de

¹²⁴ CCC ataca em Belém e comete oito atentados. Folha de S. Paulo, 19/11/79.

¹²⁵ Polícia investiga ação do CCC. Jornal do Brasil, 21/11/79. Luis Maklouf era jornalista e trabalhava com Vladimir Herzog.

polícia, onde não conseguiram porque essas queixas deveriam ser tomadas em cada bairro. Ao procurarem autoridades locais, não conseguiram entrar em contato com o delegado geral nem com o secretário de segurança do governo. Foram então, ao comando geral da polícia militar do Estado, onde, por fim, foram ouvidas e suas declarações tomadas, prometendo-se encaminhá-las à DOPS/PA. Essa informação mostra como todo o sistema estava colaborando para a construção da impunidade do CCC. A justiça, visivelmente, não estava em favor das vítimas desses atentados. Mais do que isso, a justiça não revelou interesse algum nesses atentados, lembrando que àquela data, novembro de 1979, a Delegacia do Paraná estava investigando há um ano o CCC, inclusive este caso de Belém se encontra nos autos do processo.

No dia seguinte, alguns setores da sociedade se organizaram e lançaram um manifesto à população, intitulado: "*Viva o povo e abaixo o terrorismo*". O documento foi assinado por 49 entidades, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, CNBB, Associação dos Professores do Pará, UNE, entre outras.¹²⁶

A DOPS abriu inquérito sob a presidência do delegado Frederico Melo, e chegou a fazer perícia nos locais atacados pelo CCC. A reportagem do *Jornal do Brasil* afirmava que os atos ocorreram entre três e quatro da madrugada, momento em que coincidentemente a cidade ficou sem energia elétrica. "*Foi uma série de coincidência que indicam a presença de grupos organizados de direita*" – disse Humberto Cunha, presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.¹²⁷ Ele dizia que a ação foi desenvolvida por vários grupos, pois atingiu locais distantes nesse espaço de uma hora. Porém o que se pode concluir com esta série de coincidências é que a ação foi efetuada não por vários grupos, mas, ao contrário, um grupo apenas, se tratando de uma ação organizada e levada a cabo de maneira sistemática, inclusive com a queda da energia elétrica na cidade. É fácil também chegar à conclusão que o grupo contava com alguém de confiança que tivesse poder suficiente para gerar uma queda de energia exatamente no mesmo horário em que se realizaram os atentados. Essa queda de energia, além de dificultar a identificação dos indivíduos atores da ação, também contribuiu para agravar a sensação de medo instaurada naquela madrugada em Belém.

¹²⁶ *Arraes ignora atentados do CCC e mantém programa na visita que faz a Belém.* Jornal do Brasil. 20/11/79.

¹²⁷ *Idem.*

Os atentados mais graves foram cometidos contra uma livraria e uma residência. Na Livraria Jinkings, de Raimundo Jinkins, vice-presidente da SPDDH, houve vários disparos e quase atingiu o vigia local. A referida residência era do economista Jaime Teixeira, a qual teve as paredes pichadas “*acusando Miguel Arraes de comunista*”, e além de balas de arma de fogo foi lançado um paralelepípedo próximo ao berço de sua filha que dormia.¹²⁸ Nessa residência, segundo Humberto Cunha, também foram encontradas pegadas de botas idênticas às militares, que, juntamente com o calibre das balas e a questão da energia elétrica ter faltado em toda a cidade no mesmo período dos atentados, o levou a crer que houvesse algum tipo de ajuda, até mesmo militar nos acontecimentos. Entretanto, o Secretário de Segurança Pública do Pará, Sette Câmara, afirmava que, embora não tivesse os resultados da perícia, afastava a hipótese de participação dos militares e acreditava ter se tratado uma jogada da entidade de Direitos Humanos. “*Tenho certeza que não há nenhum dos meus homens envolvidos nisso. Esses atentados foram forjados pelo próprio pessoal dessa entidade [SPDDH] para dar maior divulgação à presença de Miguel Arraes em Belém*”.

É comum encontrarmos esse tipo de argumento, essa tergiversação, em discursos oficiais da ditadura. No caso, acusa-se o órgão de Direitos Humanos pela série de atentados. Arraes analisou os atentados vinculando-os com o momento político pelo qual vinha passando o Brasil:

Esses atentados refletem o desespero de grupos minoritários radicais que vêem o país caminhar para uma maior abertura política e ficam realizando essas provocações a fim de tumultuarem o processo (...) a exacerbação desses grupos direitistas faz parte da fase de transição em que vive o país, (...) a reação dos radicais direitistas é uma demonstração de sua debilidade.¹²⁹

É interessante perceber nesse comentário a relação entre o atentado e o processo de abertura política. Em novembro de 1979 já havia sido votada a Lei de Anistia, muitas personalidades políticas importantes já se encontravam em território nacional; os partidos políticos já se reorganizavam, além de outros órgãos da sociedade civil. Encarar essa série de atentados terroristas como um “último grito” dos setores duros aponta para uma interpretação corrente na época dos acontecimentos.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ *Ação impune do CCC é mostra de sua origem*. Folha de S. Paulo, 20/11/79.

Vejamos esta declaração do Frei Luis, que teve sua casa pichada pelo CCC, a respeito dos atentados:

um grupo de extrema-direita inconformado com a propalada abertura do regime e que deseja continuar com as intimidações e provocações tradicionais dos órgãos repressivos (...) Interessante é que o Governo, com um aparelho montado de informação e combate ao terrorismo, tanto é assim que conseguiu acabar com o de esquerda, não realizou nenhuma ação investigadora ou repressiva aos grupos de direita. A gente fica achando que direta ou indiretamente há um apoio.¹³⁰

Esta declaração reforça a ideia de impunidade, e lembra que a eficiência do aparato repressivo da ditadura não foi utilizada no combate àquelas organizações de extrema-direita. Isto porque não havia interesse algum em investigar aquilo que trazia benefícios para os militares. Afinal, esses grupos executavam o trabalho sujo da ditadura, que além de não se desgastar com a população ainda saía em vantagem financeira, já que essas atividades solicitavam alguma demanda. O CCC foi agraciado com a impunidade porque era extremamente rentável para o aparato repressivo da ditadura – e para a ditadura como um todo: executava ações terroristas, que são as que possuem maior repercussão e efeito na sociedade, e, ao mesmo tempo, desvinculam os militares como autores dessas ações.

Em 1980, o governo militar brasileiro podia contar com um sistema de informação complexo, profundo e com muita bagagem de informação. Com 14 anos de existência, o SNI era o centro da rede de informações que outros órgãos produziam, selecionavam e trocavam entre si, “como um sistema nervoso central e uma cadeia de neurônios”. Este Sistema Nacional de Informações, o SISNI, era formado por uma rede de órgãos altamente especializada na coleta de informações, com subdivisões em vários níveis e áreas da administração pública, como Ministérios e empresas estatais.¹³¹ Em várias notícias sobre os atentados é possível perceber a existência de uma ou mais informações relevantes para que se desse início a um processo de investigação, como o carro utilizado, os panfletos, os calibres das balas, testemunhas, e as cartas,

¹³⁰ *Polícia investiga ação do CCC*. Jornal do Brasil, 21/11/79.

¹³¹ Sobre o complexo sistema de informações, ver: FICO, op. cit., especialmente Capítulos 2 e 3. Também FAJARDO, Sinara. *Espionagem política: instituições e processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, 1993. PPG-Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

consideradas *anônimas* pela polícia, mas que de fato estão assinadas pelo CCC, mais uma vez ratificando sua característica dupla, de anonimato e exposição.

O CCC Censor

Algumas ações ocorridas no final dos anos 70 tiveram como objetivo ameaçar, ou pelo menos intimidar donos de livrarias e bancas de revistas de todo o país. Foram inúmeras notícias de diferentes tipos de atentados contra livrarias e bancas. Estes casos eram os mais comuns e, em consequência, os mais noticiados.

Em abril de 1980, a Folha de S. Paulo divulga o ataque a quatro livrarias e dois lançamentos de livros. A Livraria Capitu teria sofrido dois ataques a balas, em dois dias consecutivos. Após o primeiro atentado, Maria Cristina Jorge dos Santos, uma das proprietárias da livraria, recebeu, às 17 horas, um telefonema anônimo: *"Somos do CCC. Foi só um tiro. Se continuarem vendendo material subversivo, da próxima vez colocaremos fogo nessa porcaria"* Segundo ela, o que mais irritou os autores do atentado foi um pôster de Che Guevara promovendo livro "Che Guevara na Bolívia - Diário" . As proprietárias procuraram a polícia, onde informaram que deveriam ir ao DEOPS.¹³² Outras duas livrarias sofreram atentados a tiros na mesma noite da Capitu: Kairós e Livramento – segundo seus proprietários, por integrantes do CCC¹³³. A União Brasileira de Escritores manifestou ao ministro da Justiça sua preocupação diante dos três atentados a livrarias paulistas: *"No momento em que a violência está sendo questionada pelo governo e pela sociedade civil, a impunidade injustificável de tais atos estimula as forças obscurantistas e neo-fascistas a continuidade dessas ações."*¹³⁴

Naquela semana, o jornalista Helio Bicudo, que havia escrito *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, realizou uma palestra na PUC-RS, e colocava sua opinião a respeito dos atentados: *"vivemos numa época de crimes de direita, embora diferente da década de 70, quando o governo incentivava mais a violência e a praticava através das polícias civil, militar e política."*¹³⁵

¹³² *Livraria sofre segundo atentado.* Folha de S. Paulo, 06/04/80.

¹³³ *Mais 2 livrarias sofrem atentado em São Paulo.* Folha de S. Paulo, 07/04/80.

¹³⁴ *Atentado preocupa.* Folha de S. Paulo, 18/04/80.

¹³⁵ *Governo acusado de tolerar crime.* Folha de S. Paulo, 18/04/80.

Agosto

Em agosto de 1980, os grupos terroristas de direita levaram a cabo uma imensa quantidade de ações, mormente direcionadas à imprensa. Começaremos analisando a Circular de Santos¹³⁶

¹³⁶ Documento divulgado na página eletrônica do jornal Novo Milênio, na parte “Histórias e Lendas de Santos” [Nº053]: *Tempos negros da ditadura e do CCCS: sem defesa, alguém dizia que você era comunista e jogava a bomba*. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos>. Esta circular fora divulgada na *Tribuna de Santos*, p. 4, de 04/08/80.

A Circular de Santos



SENHOR DISTRIBUIDOR
ou LIVREIRO:

O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS DE SANTOS - CCS - unido e coeso aos nobres ideais da FALANGE PÁTRIA NOVA e das BRIGADAS MORALISTAS, já identificou o senhor e a sua empresa em nosso Index como INOCENTES UTEIS dos vermelhos e dos imorais!

O CCS adverte ao Senhor, com a sua responsabilidade de proprietário de empresa distribuidora e/ou vendedora de periódicos que, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista e da literatura erótico-pornográfica em nosso país, distribuindo ou vendendo à população desta cidade (que um dia ensinou à Pátria a LIBERDADE e a CARIDADE), revistas obscenas e jornais marxistas-leninistas.

Outras entidades patrióticas, semelhantes a nossa, estão também enviando um alerta semelhante a este, advertindo as pessoas para o clima de subversão política e de afronta à ordem moral da Família Brasileira. Algumas, fazem incorretamente, pois apenas advertem aos jornaleiros de bancas, simples revendedores economicamente mais fracos, quando os grandes responsáveis, na realidade, são os editores e o grandes distribuidores/vendedores como o senhor e a sua empresa.

Assim, para o bem da nossa cidade, do nosso querido Brasil e do seu próprio, EXIGIMOS que a sua empresa pare imediatamente de distribuir e/ou vender em SANTOS e nos municípios da Baixada Santista as seguintes publicações:

JORNAIS:

COOJORNAL
PRETO NO BRANCO
HORA DO POVO
EM TEMPO
PASQUIM
MOVIMENTO
VOZ DA UNIDADE
VOZ OPERÁRIA
REPÓRTER
LUTA OPERÁRIA
CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
LAMPIÃO
JORNAL DO GAY

REVISTAS:

ELE E ELA
PLAYBOY
LUI
STATUS
HOMEM
CLOSE
PRIVÊ
ROSE
PERSONAL
CONFISSÕES
EROS
FIESTA
EXCLUSIVE

e demais revistas que tratem de assuntos eróticos sexuais.-

ESPERAMOS CONTAR COM A SUA PATRIÓTICA COLABORAÇÃO. NÃO ADVERTIREMOS MAIS ! CASO CONTRÁRIO TOMAREMOS ATITUDES DRÁSTICAS

Comando CCS

Os donos de bancas de jornal, editores e distribuidores de revistas receberam esta carta-circular assinada pelo *CCC de Santos* exigindo a paralisação imediata das vendas de jornais e revistas que se enquadrassem em lista divulgada. A carta foi divulgada na *Tribuna de Santos* junto com reportagem explicando que cartas semelhantes estavam sendo entregues a proprietários de livrarias e distribuidoras de jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, com a particularidade de que em Santos incluíam na lista de proibições as revistas consideradas “eróticas sensuais”, fato que não ocorrera nas outras cidades. Também podemos perceber uma preocupação regional, quando lemos o trecho “*Exigimos que a sua empresa pare imediatamente de distribuir ou vender em Santos e nos municípios da Baixada Santista*” e também pela assinatura do documento, “*Comando CCS [Caça aos Comunistas de Santos]*”.

Pelo documento podemos perceber que a censura não era somente em relação aos assuntos de política, ou seja, “subversivos”, mas destinava-se também às questões morais. Nesse sentido, a “*subversão*” adquire uma conotação não somente política, mas moral. As revistas citadas no documento eram de teor erótico, destinadas ao público masculino. Em sua maioria não eram edições nacionais, fato que também preocupava os grupos terroristas, que se afirmavam as *entidades patrióticas* defensoras da *Família Brasileira*. Estavam na lista por atentarem aos costumes considerados cristãos – e aqui percebemos a congruência dos grupos TFP e CCC, preocupados com a estabilidade da família e com a imoralidade, lembrando que o CCC defendera a moral e os bons costumes ao atacar a peça *Roda Viva* em 1968.

Em relação aos jornais citados, em virtude da sua relevância naquele período, é interessante nos determos um pouco mais e abordar quem foi cada um daqueles órgãos.

Coojornal: gaúcho de Porto Alegre de circulação nacional, nasceu em 1975 vinculado à Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Era um jornal mensal de cunho político, onde se via denúncia à censura, crítica a economia, defesa da anistia e das eleições diretas, listas de cassados, e publicações de documentos inéditos sobre a *Guerrilha do Araguaia*.

Preto no Branco: jornal de publicação mensal, nascido em 1979 da cooperativa dos Jornalistas de Santos (Jornacoop), que na edição colocada nas bancas em 31/07/1980 registrava na capa as ameaças veladas que vinha sofrendo, conforme a imagem.¹³⁷

PROVOCAÇÃO

Era um indivíduo alto, corpulento, alourado, visivelmente embriagado. Andava cambaleando pelas calçadas do Bairro do Gonzaga, na noite do dia 27 de julho, sábado. Parou em frente a alguns estudantes que vendiam o jornal "Preto no Branco", e se pôs a arrancá-lo das mãos daqueles que ofereciam o jornal para os passantes, e a jogá-los no chão, pisoteando-os. Na cintura levava um revólver "38". Os estudantes comunicaram o fato à radiopatrulha 0605, de plantão no local, e um PM saiu à procura do corpulento cidadão. Na volta, esclareceu: "Não posso fazer nada. O homem é delegado em S. Paulo!". O "delegado em S. Paulo" ainda voltou algumas vezes, provocando os estudantes que nada puderam fazer. Afinal, moram no Brasil!

Hora do Povo: fundado em 1979 e ligado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, é publicado ainda hoje.

Em Tempo: fundado em Porto Alegre em 1978, costumava discutir política e teorias socialistas acompanhado de humor, como podemos perceber nas primeiras manchetes: "*Brizola não é mais o mesmo*" e "*Gramsci na crista da onda*".

Pasquim: é considerado o *pai* da imprensa alternativa. Foi o jornal alternativo que mais vendeu, sendo alvo de censura e perseguição política de seus colaboradores durante todo o período militar. Circulou entre 1969 e 1991.

Movimento: foi fundado em julho de 1975, e circulou semanalmente até novembro de 1981. Reuniu importantes nomes da intelectualidade brasileira, como Fernando Henrique Cardoso, Chico Buarque, Perseu Abramo, Elifas Andreato, entre outros.

Voz da Unidade: jornal fundado pelo PCB, circulando entre 1980 e 1991

Voz Operária: assim como a Voz da Unidade foi um jornal ligado ao PCB. Era considerado tão subversivo que sua leitura foi argumento do DOPS para levar Manoel Fiel Filho prestar esclarecimentos na delegacia, de onde não sairia vivo em janeiro de 1976.

Repórter: era considerado subversivo por atentar contra a moral e os bons costumes, como publicar reportagem que discutia a pílula e o aborto.

Tribuna da Luta Operária: jornal fundado pelo PC do B, circulou entre 1979 e 1988 e estampava as preocupações trabalhistas. Sua sede foi alvo de uma bomba na madrugada do dia 28 de agosto de 1980, no triplo ataque que envolveu a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e a sede da OAB/RJ, como veremos adiante.

¹³⁷ Preto no Branco. ANOI – 31/7 a 30/8 – N° 12, Capa.

Convergência Socialista: nasceu em 1978 com o Movimento Convergência Socialista, MCS, organização brasileira ligada a IV Internacional, à Liga Operária (cujo jornal era o *Independência Operária* e mais tarde o *Versus*), a lutas partidárias e à fundação do PT.

Lampião da Esquina: importante órgão da causa gay, foi fundado em abril de 1978 no Rio de Janeiro, por Aguinaldo Silva. Discutia abertamente a homossexualidade e também abria espaço para discussões de outros grupos sociais como as mulheres, os negros, os índios.

Jornal do Gay: voltado ao público gay, é o terceiro nome de um órgão de pequeno porte que se chamara primeiro *Entender* (1978) e depois *Mundo Gay* (1979).

Susel de Oliveira Rosa assim define os jornais da imprensa alternativa:

Eram jornais de pequeno porte que agrupavam jornalistas, intelectuais, estudantes universitários, políticos afastados pelo regime. Pessoas que buscavam espaço para expor suas ideias, já que, na grande imprensa, estes espaços haviam sido fechados pela censura e pela autocensura. Muitos desses jornais alternativos já nasceram censurados, enquanto outros não chegavam a sofrer censura direta. Atuação censória essa que só pode ser compreendida se considerarmos seu caráter multifacetado que, dependendo das características do veículo de comunicação (público-leitor, alcance, forma de divulgação, tiragem, entre outros) incidia ou não. A censura atuava de forma mais ou menos rigorosa, não tendo, portanto, uma atuação homogênea. Em alguns órgãos foi uma censura política, em outros econômica e, por vezes, até pessoal.¹³⁸

A maioria desses jornais não visava o lucro. Mantinham-se de anúncios ou doações. Enquanto alguns eram mimeografados ou xerocados e vendidos pelos próprios editores, outros eram feitos em gráficas, com tiragens nacionais, como o Pasquim que atingiu marcas como 25 mil exemplares por tiragem.

Os atentados às bancas de jornal tiveram conseqüências para a extinção dos “*nanicos*”. Segundo Chinem, surgiram cerca de 300 periódicos entre 1964 e 1980, e “*as bombas, de forma muito eficaz, fizeram aquilo que a censura não conseguira: impediram que esses jornais chegassem aos leitores*”.¹³⁹

¹³⁸ Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Dossiê: a literatura em tempos de repressão. PPGLET-UFRGS. Porto Alegre. N1, Vol1, jul/dez 2005. p. 2.

¹³⁹ CHINEM, Rivaldo. Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ática, 1995. p 24

Ainda pelo teor do documento e pelas suas informações, percebe-se que havia um rigoroso controle pelo CCC das publicações lançadas e das bancas que comercializavam essas publicações, ou seja, um total controle e vigilância.

É importante ressaltar que se tratava de uma *exigência*, e não de um aviso, e que caso essa exigência não fosse cumprida, seriam tomadas “*atitudes drásticas*”, mais uma vez utilizando a tradição do CCC de intimidar através de ameaças futuras, como observamos nos cartões natalinos. Apesar da indignação dos donos das bancas e da direta divulgação da situação para a grande imprensa, como o caso do jornalista de Recife José do Patrocínio Filho, que informou à Secretaria de Segurança Pública que continuaria vendendo os jornais da imprensa alternativa apesar de ter recebido carta ameaçadora,¹⁴⁰ a maioria deles cumpriu a exigência e retirou as revistas da exposição. “*A reação dos livreiros foi imediata e as publicações deixaram de ser exibidas. Eles disseram que tomariam providências, mas pediram para não divulgarem seus nomes.*”¹⁴¹

Em Passo Fundo, o CCC mandou cartas assinadas ao jornalista Valdino Tasca e ao vereador Argeu Santarém (PDT), e as bancas decidiram não mais vender jornais da *imprensa alternativa*. Percebe-se o poder e a eficiência de uma ameaça do CCC. Esta eficiência assentava-se no histórico do grupo, nas ameaças levadas a termo e na violência sobre a qual a grupo se firmava. Porém, precisamos lembrar que o *efeito medo* se revela mais eficaz em uma sociedade já atemorizada, onde vigora a cultura do medo.

Ainda em agosto de 1980, o Rio Grande do Sul parece ter recebido uma grande quantidade de cartas ameaçadoras por parte do CCC. Uma reportagem do jornal Gazeta do Povo noticia que 54 cartas assinadas pelo CCC e pela FPN (Falange Pátria Nova) circularam no estado naquele mês, dirigidas a políticos, jornalistas, advogados, estudantes e jornalistas no estado além da explosão de uma banca de jornal em Santa Rosa.

O DCE da UFRGS havia divulgado que 30 estudantes receberam cartas do CCC, além do ex-presidente do MDB jovem, Jose Carlos Oliveira, e do dono da Livraria Combate, que também acusaram o recebimento. Jornalistas e políticos de Passo Fundo receberam – ao todo nove – cartas postadas em Cruz Alta, a ameaçando “explodir” o

¹⁴⁰ *Passo Fundo: Carta do CCC intimida os jornalistas. e Recife: Dono continua com alternativos.* Jornal do Brasil, 04/08/80.

¹⁴¹ *CCC abre o jogo com ameaças para bancas.* Tribuna do Paraná, 04/08/80.

jornal O NACIONAL. Uma dessas cartas, destinadas a Brilmar Dezengrini, vereador e presidente do PDT de Santa Rosa, foi divulgada e está abaixo reproduzida:

Como vai, meu caro comunista Brilmar Dezengrini? Você se convenceu que não estamos para brincar? Em Santa Rosa queimamos parte de uma banca de jornais, cronometramos tudo, até mesmo planejamos o corte de energia elétrica. (...) Nosso plano decidiu justicá-lo, mas não a você, que é porco e covarde e não merece nossas balas ou torturas, isto até poderá acontecer para vermos se é valente como diz passar por sobre o meu cadáver. Por isso, prometemos dar uma surra no seu filho, estudante de direito, mas não se preocupe, não vamos matá-lo, apenas machucá-lo um pouco, pequenas fraturas. A surra será dada desta data até daqui a três meses.¹⁴²

Esta carta revela vários elementos que retomam as características do CCC. A denominação de “comunista” para um membro do PDT evidencia que, mais do que caçar comunistas, o CCC era um caçador de qualquer fonte de oposição política, como os artistas nos anos 60. A intimidação e a tentativa de despertar medo é presente em toda a carta. Primeiro na ameaça de que não estavam *para brincadeira*, exemplificando com a queima da banca de jornal, ou seja, legitimando a ameaça e reforçando a força do grupo. Depois, na ameaça ao familiar, no caso o filho, estabelecendo um longo período para que a família fique cultivando um medo diário de que a qualquer momento algo possa acontecer.

A carta também ameaçava outros políticos do PDT caso a banca dos jornais do mercado público não parasse de vender em cinco dias os “*jornalecos comunistas da imprensa alternativa*”. Outra reunião decidirá o que fazer com vocês todos, porcos comunistas”. A polícia ficou com a carta, “*mas como ocorreu com a polícia em todo o Estado, inclusive em relação à explosão da Banca de Santa Rosa, não têm nenhuma pista concreta*”. Mais uma vez vemos aqui a impunidade com que essas ações eram tratadas em termos de investigação.

Esta carta revela igualmente outra prática comum do CCC: as ameaças. Muitas ações do CCC consistiam em ameaças de atentados, notificadas pelo grupo através de telefonemas ou cartas como essas. Foram várias as notícias de telefonemas que divulgavam a existência de bombas, violências físicas, sequestros e mortes. Um caso exemplar ocorreu em 1979 em Pernambuco. O CCC anunciou a existência de uma bomba no DCE da UFPE, onde seria realizada uma assembleia de professores de

¹⁴² *Mais ameaças do CCC no Rio Grande do Sul*. Gazeta do Povo (PR), 17/08/80.

Pernambuco. A reunião foi transferida para o pátio da Universidade, mas nenhuma bomba explodiu.¹⁴³ Outro episódio ocorreu com a presença no Brasil de Domingo Laíno, líder oposicionista paraguaio, que viera lançar seu livro sobre a fronteira Brasil-Paraguai, onde acusava irregularidades no contrato com Itaipu entre outras questões fronteiriças. Antes de sua chegada no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, um telefonema do CCC disse que uma bomba explodiria na entidade dentro de meia hora. O presidente do sindicato chamou o DEOPS, que esvaziou o lugar mas não encontrou nada.¹⁴⁴ As ameaças também consistiam em ações terroristas, visto que conseguiam propagar o medo e a insegurança dos seus alvos.

Nesses casos, observamos a questão mista do anonimato *versus* identificação. Existe a identificação da sigla, CCC, que assume a autoria e confere certa credibilidade, ou suspeita de algo pode ocorrer; credibilidade essa que serve, por exemplo, para acionar o DEOPS, ou a imprensa. A sigla atuava como uma espécie de “escudo anônimo”, já que era possível dizer o autor da ação sem revelar nomes. Torna-se assim, mais do que um jogo de palavras contrárias, uma verdadeira “identificação anônima”. A identidade do CCC acabou se caracterizando por essa ambiguidade.

De todas as ameaças podemos dizer que algumas foram levadas a cabo, outras não, e outras não temos como saber. Mas independente da sua efetivação, a ameaça em si deve ser considerada como uma ação, com objetivo próprio: despertar o medo, intimidar, atemorizar, mas ao mesmo tempo, solidificar o nome do grupo enquanto agente desse terror. Nesse sentido, os objetivos eram alcançados e grupo sempre ficava impune.

Foi em também agosto de 1980 que o CCC foi acusado de cometer, mais uma vez, um crime considerado hediondo: o desaparecimento. Ao que tudo indica, o grupo sequestrou a advogada Maria Cristina Saraiva, esposa de Samuel Sales Saraiva, político do PDT. Sua história começa três meses antes, quando Saraiva teria acusado “a extrema-direita” de ser responsável pelos atentados à bomba que vinham ocorrendo. Ele era um dos políticos que denunciavam a existência de tortura no Brasil. Por essas declarações, recebera uma carta ameaçadora do CCC, e logo depois teve seu carro incendiado. No dia do desaparecimento de sua esposa, recebera um telefonema anônimo dizendo que “*em conseqüência da politicagem comunista que vem fazendo*”, já havia

¹⁴³ *Falsa ameaça de bomba no Recife*. Folha de S. Paulo, 15/12/79.

¹⁴⁴ *Laíno lança seu livro-denúncia*. Folha de S. Paulo, 18/04/80.

perdido a esposa, e que sua vez iria chegar. Quando a esposa não retornou do trabalho a noite e ninguém soube informar seu paradeiro, Samuel formalizou o desaparecimento na Polícia Federal, informando que “os dois haviam comemorado, na noite anterior, a notícia de que Maria Cristina estava grávida pela primeira vez”.¹⁴⁵ Leonel Brizola, a época presidente do PDT, declarou que se tratava de crime político, prometendo levar o caso ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel. Não foi possível acompanhar o desdobramento desse episódio.

Outro caso que ocorreu em agosto de 1980 foi um triplo atentado a bombas no dia 27 no Rio de Janeiro: uma na sede da OAB, outra na Câmara de Vereadores e outra no jornal Tribuna da Luta Operária. A bomba colocada na sede da OAB foi a de maior teor explosivo e gerou a morte da secretária da entidade, Lida Monteiro da Silva. Na Câmara dos Vereadores, uma carta-bomba enviada ao vereador e ex-presos político Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, mutilou e deixou paralítico o Sr. José Ribamar de Freitas, tio e assessor do vereador, e feriu outras pessoas que estavam no local. A bomba destruiu a sala e os arquivos pessoais do vereador, um dos cinco mais votados no RJ nas eleições de 1976, e que costumava participar ativamente de manifestações contra a ditadura. A bomba detonada na sede do jornal foi a de menor impacto das três, destruindo parcialmente a sala de redação e não ferindo ninguém.

Os atentados não foram comunicados com antecedência, mas naquele dia, redações de alguns jornais, a Associação Brasileira de Imprensa, o Sindicato dos Jornalistas, a Assembleia Legislativa, o Hospital de Pronto Socorro, a Catedral de Nova Iguaçu, a OAB de Niterói e a sala do Foro receberam telefonemas anônimos de ameaça de bomba. A tripla ação logo foi atribuída aos grupos de direita, e dois dos atentados (da OAB e da Câmara) foram reivindicados pela Vanguarda de Caça aos Comunistas, VCC. O advogado Arthur Lavign ficou encarregado pela OAB de acompanhar o inquérito. Foi encontrado um suspeito, o técnico Ronald James Watters, ex-agentes de informações da Marinha e ex-cabo eleitoral de Magalhães Pinto. Mas a polícia tratou os atentados como crimes comuns e não deu andamento ao inquérito.¹⁴⁶

O editorial da *Folha de S. Paulo* do dia seguinte defendia que os atentados queriam afetar o processo de abertura por que o país vinha passando:

¹⁴⁵ CCC teria sequestrado advogada. *Gazeta do Povo* (PR), 31/08/1980.

¹⁴⁶ A espada e a balança: crime e política no banco dos réus. Jason Tércio. Jorge Zahar. O autor conta que Ronal James foi julgado em fevereiro de 1982 e absolvido por falta de provas.

Com todas as críticas e restrições que possam ser feitas, é fato incontestado que o Presidente tem procurado promover o reencontro da Nação com a sua vocação democrática. Recuos nessa caminhada só podem interessar a forças obscurantistas. E a esta altura do acontecimento, ante crescente onda de violência política nacionalmente coordenada, não pode haver dúvida sobre os desígnios totalitários que por trás dela se escondem. A intenção, repita-se, é comprometer a abertura.¹⁴⁷

Esta interpretação corrobora com a ideia de que os grupos terroristas, entre eles o CCC, representavam aqueles setores opositores à abertura política. A OAB, nesse período, estava bastante vinculada aos Comitês de Anistia e reivindicava os direitos das pessoas atingidas pela ditadura que foram obrigadas a virar a página depois de assinada a Anistia de 1979. Nessa época também estava ajudando na construção do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Ou seja, era um órgão que estava bastante envolvido não só com a abertura política, mas com a (in) justiça da ditadura militar.

O que chamou atenção na época dos atentados foi o grau de violência e precisão das bombas, chegando um perito a declarar que “*a bomba [da OAB] era bastante sofisticada e de altíssimo teor explosivo*”, destruindo totalmente a sala e a ante-sala da secretária, e parcialmente a sala do Conselho Federal. Intrigante observar que nos três casos houve declarações de que os atentados foram realizados por pessoal que conhecia o local. Essa informação pode apontar para a possibilidade de setores da polícia terem efetivado tais atentados, já que eram pessoas que conheciam ou poderiam conhecer sem qualquer empecilho aqueles locais, além de serem capazes de elaborar tal material explosivo, e saírem totalmente impunes. Não se trata aqui de uma acusação leviana, mas do apontamento de uma possível explicação do ocorrido, baseado inclusive na relação já apontada entre membros do CCC e os setores da ditadura militar.

A partir de 1981, ocorreram outros atentados a bomba, bem como nos anos seguintes. No entanto, a sigla CCC não aparece mais nos registros pesquisados como autora desses episódios. Podemos recordar aqui do frustrado atentado à bomba ocorrido no Riocentro, em 30 de abril de 1981, onde foram declarados autores os próprios militares envolvidos, um sargento (morto) e um capitão do exército. A extrema-direita parece que perdia suas forças, e o resultado do atentado foi a demissão de Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência. As eleições em 1982 levavam a

¹⁴⁷ *Contra a Abertura*. Folha de S. Paulo, 28/08/80, Editorial.

oposição consentida a cargos importantes do governo que, juntamente com a volta dos exilados, a força de organizações de direitos humanos, o fim da censura à imprensa, atuaram na mobilização popular pela volta da democracia e das eleições diretas para presidente.

Considerações

Na segunda fase do CCC a impunidade – ou seja, a ação sem nenhum tipo de responsabilização – já se verificava como característica daquela sigla. É possível perceber que a sociedade já sabia que quando o CCC assumia um atentado terrorista, significava que ninguém seria punido. Essa certeza contribuía para a sensação apavorante que a presença da sigla CCC gerava, pois a cada ação se tornava mais fortalecida.

A promulgação da Lei de Anistia, em 1979, contribuiu para coroar os argumentos da ditadura de não punir ninguém, já que a partir daquela lei, todos os crimes cometidos no período militar até então foram anistiados. Neste sentido, ocorreu aqui nessa segunda fase do CCC, o que podemos chamar também de segunda impunidade com a Lei da Anistia e o poder de esquecimento que ela gerou na sociedade. Mas é importante destacar que a Lei foi promulgada em 28 de agosto de 1979, e anistiou os crimes ocorreram até 15 de agosto de 1979¹⁴⁸. E, como vimos, o CCC realizou ações depois dessa data.

Em princípio, a Lei de Anistia não fez diferença no histórico da impunidade do CCC. Mas é a lei de referência que temos, e as ações ocorridas depois da data limite, poderiam ser julgadas, porém não foram.

¹⁴⁸ LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (grifo meu)

Considerações Finais

Este trabalho foi dividido em dois momentos históricos: o primeiro, que denominei *tempo de 68*, incluiu 1967, 1968 e início de 1969, e o segundo se refere ao período de abertura política, especialmente 1978, 1979 e 1980. Esta divisão foi baseada nas ações do CCC que tiveram maior repercussão na imprensa brasileira. No período entre 1969 e 1975, quando foi registrada uma retração nas ações terroristas dos grupos de extrema-direita, relatos apontam para a participação do CCC nos órgãos repressivos da ditadura.

Esses caminhos por que percorreu o CCC, agindo em várias frentes, e sua atuação durante praticamente todo período de ditadura militar, tornou difícil conferir uma identidade ao CCC. Pudemos perceber que, na variedade de atividades conferidas a ele, o que havia de comum era a força da sigla CCC, que conferia credibilidade ao terrorismo efetuado.

A pesquisa serviu para identificar algumas características do CCC. Realizava ações que chamavam atenção da imprensa, como bombas, pichações, destruições. Nos anos 1960 preferia atacar alvos conhecidos, como atores famosos da época, a peça *Roda Viva*, que de certa forma representava a arte nova daquela década. O setor progressista da Igreja Católica também foi alvo do CCC. O maior exemplo foi Padre Henrique, barbaramente torturado e morto pelo grupo de Recife, destoando, de certa forma, das ações que vinham fazendo. Percebemos nessa ação uma transição entre as atividades típicas realizadas em 1968 e as denúncias de envolvimento com os órgãos repressivos, referentes ao período de 1969 e 1975. Durante esse período o CCC realizou tarefas clandestinas, de teor violento e pessoal. É provável que nesse período ex-integrantes do CCC atuaram como funcionários da ditadura, não agindo como um grupo civil. Apesar disso, a presença desses integrantes aponta para uma relação próxima com os órgãos repressivos, fazendo-nos crer que essa relação pudesse aparecer também em outros momentos ainda desconhecidos. Talvez quando tivermos acessos aos arquivos institucionais, novas pesquisas possam comprovar melhor essa relação e a história possa ser
escrita
novamente.

Nesse trabalho, porém, o CCC se configurou não como um grupo, mas como vários espalhados pelo país. Isso ficou evidenciado pelos atentados registrados em várias cidades do Brasil, com várias características, executados ao longo dos anos de ditadura.

Uma das características mais importantes reveladas pela pesquisa foi a atuação de caráter duplo: anônima e aparente ao mesmo tempo. Foi comum encontrar a denominação de clandestino para o CCC, mas isso só se confirma se estivermos nos referindo aos seus membros, ou à organização de uma atividade específica. A ação em si, no entanto, tinha como objetivo ser uma ação bastante aparente, e ainda, atribuída ao CCC: a sigla também não era clandestina.

O CCC agiu de modo mais consistente quando a ditadura se mostrava menos repressiva. *Ditadura envergonhada, período de distensão*, os historiadores denominam de forma diferente, conforme suas análises, o período dos quatro primeiros anos da ditadura. Fato é que o período pré-AI-5 se configurou em uma preocupação maior dos militares em relação aos quadros políticos do país, realizando a famosa *limpeza política*, mas não teve a mesma preocupação com a sociedade.

Porém, os setores da sociedade brasileira não assistiam inertes ao que ocorria no país e no mundo. Os estudantes, professores, intelectuais, artistas, religiosos, são exemplos de grupos sociais que se posicionaram contrários aos ventos de autoritarismo que sopravam ao redor do globo. Mas nesses mesmos grupos também havia setores conservadores, como os grupos de mulheres, empresários, estudantes, intelectuais, etc. E os mais extremistas achavam-se no dever de *alertar as consciências*, atuando onde o Estado ditador não alcançava. Quando a ditadura se volta para a sociedade, perseguindo, prendendo, torturando e desaparecendo, desaparece a necessidade de grupos civis realizarem ações de terror. Em contrapartida, surgem vagas de torturadores oficiais nos quadros dos órgãos repressivos, que esses mesmos civis tiveram o prazer de ocupar. Quando a ditadura volta a assumir características de distensão, no período de abertura política, mais especificamente no final de 1978 quando decretado o fim do AI-5, os grupos civis por sua vez também voltam a atuar de forma complementar ao estado ditador.

A característica que, podemos dizer, identificou os membros CCC, ao longo de todo o período em que atuaram, incluindo as primeiras manifestações antes do golpe militar, foi o aspecto anticomunista, ou ainda, aquilo que entendiam ser comunismo.

Isso ficou claro na divulgação do manifesto, onde o CCC expõe contra *o que* eles agiam, colocando-se como patriotas e verdadeiros defensores do país. Apenas a compreensão do vigor anticomunista ajuda explicar por que membros civis da sociedade agiram de forma tão violenta.

Porém, o longo tempo durante o qual eles agiram só pode ser explicado por uma característica: a impunidade. Durante toda a pesquisa esse fato ficou evidente, especialmente pelo fato de o CCC ter sofrido dois processos de acusação. O primeiro foi a CEI em novembro de 1968, em São Paulo, e o segundo foi a investigação policial feita pela DOPS de Curitiba em novembro de 1978. Em ambos os casos, nada ficou comprovado, ninguém foi acusado. Nos casos mais graves, como a morte de Padre Henrique, onde testemunhas acusaram membros do CCC, tanto pela sua morte quanto pelo estado de saúde em que ficou o estudante Cândido Pinto, ou após as acusações de que membros do CCC agiam em conjunto com o delegado Fleury, com o delegado Raul Careca – ele próprio membro do CCC – também não existiram culpados.

Este trabalho é uma reflexão sobre esse grupo que nasceu nos setores sociais e que foi a fundo em suas convicções anticomunistas e patrióticas. Esse grupo reflete uma parcela importante da sociedade durante a ditadura militar, que solicitou uma ação mais contundente dos militares para com a sociedade e no caso específico agiu em conjunto com a ditadura. Parcela essa que também perpetuou com as características anticomunistas, conservadoras, que fizeram vitorioso o golpe militar no Brasil. A sociedade brasileira foi campo fértil para o surgimento e a crescimento de grupos terroristas como o CCC. A impunidade deles, assim como de outros civis e militares terroristas segue reproduzindo sentimentos extremistas de intolerância. Enquanto o Brasil não acertar as contas com seu passado recente continuarão surgindo reivindicações de retorno dos militares, e até mesmo do CCC.

Bibliografia

- AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- AARÃO REIS, Daniel e MORAIS, Pedro de. *1968, a paixão da utopia*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 1998.
- ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- ALMEIDA, Fábio Chang. *A Serpente na Rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado).
- BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (mestrado).
- _____. *Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)*. Artigo publicado na ANPUH (2005).
- BICUDO, Helio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.
- BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, Jan (et. al.). *Terrorismo de Estado: el papel internacional de E.E.U.U*. Navarra: Txalaporta, 1990.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BRASIL NUNCA MAIS. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva regime militar: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DE LA CORTE ILBÁÑEZ, Luis. *La lógica del terrorismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- DEKES, Flavio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil (1966/1980)*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Paulo Sérgio. *Anos 60: transformações de Arte no Brasil*. Rio de Janeiro, Campos Gerais, 1998.
- DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Editora Universitária, 1999.
- ETXEBERRIA, Xabier. *Dinámicas de la memoria y víctimas del terrorismo*. Bilbao: Ed. Bakeaz, 2007.
- FAJARDO, Sinara. *Espionagem política: instituições e processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, 1993. PPG-Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. São Paulo: Nova Fronteira, 1989.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.
- GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil: sempre*. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1986.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUTIERREZ, Claudio Antonio W., *A Guerrilha Brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.
- HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique. *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre, Ed UFRGS, 2003.
- LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de Terrorismo: história oral do Comando de Caça aos Comunistas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Dissertação (Mestrado).

- MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Dissertação (Mestrado).
- MONDAINI, Marco. *Terrorismo político: a globalização do medo*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs) *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NETTO, Acioly. *O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. São Paulo; Sulina, 1998.
- PAOLETTI, Alipio. *Como los nazis, como em Vietnam: los campos de concentración em la argentina*. Cap. X: La Policia Federal y su Condena Historica: de los cosacos de principios de siglo a la AAA y los campos de concentración. Pp 323-403. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1986.
- PATRIOTA, Rosângela. *Arte e resistência em tempos de exceção*. Revista do Arquivo Público Mineiro. PP 120-134.
- PERRONE, Fernando. *Relatos de guerra: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- RÉMOND, René. Do político. IN: ____ (org). *Por uma historia política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947*. Caxias do Sul: Revista Méti: história & cultura, v. 5, n. 10, 2006. pp. 179-202.
- _____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 2003.
- _____. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 22, n. 44, pp. 463-488, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

- SADER, Eder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPHANOU, Alexandre A. *Censura no Regime Militar e Militarização das Armas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- TERCIO, Jason. *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WASSERMAN, Claudia. *O golpe de 64: tudo o que se perdeu*. In: PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional*. Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.
- ZANOTTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação* In: XI Anais do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade - Mundos Religiosos: Identidades e Convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP/ALER, 2006. Disponível em:
www.cfh.ufsc.br/~larc/arquivos/TFP_cristianismo_soc_salvacao.

Arquivos Consultados

1. ***Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre, RS.***
 - Jornal O Estado de São Paulo, 1968
 - Jornal Correio do Povo, 1968
2. ***Acervo Particular de Frederico Lima Pereira***
 - Revista Veja, 1968
 - Coleção Nosso Século, Números 71 a 84, referentes ao período 1960/1980.
3. ***Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile. Santiago, Chile.***
 - Documento: Embajada de Chile. Dirección de Relaciones Internacionales. Departamento de Asuntos Americanos. *La guerra subversiva en Brasil. Acción policial. Acusaciones de torturas.* Documento Confidencial. RIA No 196/9. 14p.
4. ***Arquivo Nacional do Itamaraty. Brasília, DF.***
 - Documento: Embaixada do Brasil em Santiago do Chile. Frente Brasileira de Informações. Sede em Paris com correspondentes no Brasil e na América Latina. Ofício Ordinário No 325/500. Santiago, 17 de novembro de 1969. Ofício Ordinário. 3p.
5. ***Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, SP.***
 - Arquivo da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Documentos: prontuários de: Jacob Zucchi Neto, Fernando Forte, João Marcos Monteiro Flaquer, Newton Russo, Raul Nogueira de Lima, Fernando Piza, José Celso Martinez Corrêa, Teatro Oficina.
6. ***Arquivo Público do Estado do Paraná. Curitiba, PR.***
 - Documento: Dossiê Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Número 247. Top 26. Período: 1978 a 1980. 106p.

7. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Solar dos Câmara. Porto Alegre, RS.*

- Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Março de 1968 à Janeiro de 1969.

8. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, SP.*

- Diário Oficial do Estado de São Paulo. Outubro de 1968.

9. *Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS.*

- Jornal Folha da Manhã, 1968

- Jornal Folha de S. Paulo, 1968 e 1993

- Jornal O Estado de São Paulo, 1968

- Jornal O Cruzeiro, 1968

Reportagens citadas:¹⁴⁹

Aluno do Mackenzie depõe na CEI que apura conflito de outubro. Folha da Manhã, 23/11/68.

Comando de Caça aos Comunistas diz como atacou 'Roda Viva' em 68. Folha de S. Paulo, 17/07/93, Quarto Caderno.

Destruição e morte por que? Veja, 9/10/68, Ano I, nº5.

No Morumbi, vítima recebeu doze balas. O Estado de S. Paulo, 07/12/68, pg 12.

Bombas apontam subversão. O Estado de São Paulo, 28/09/68, Contracapa.

"Roda Viva" proibida pela censura federal. Correio do Povo, 05/10/68, contracapa.

SNI vai apurar a Ação da Extrema Direita. Correio do Povo, 11/10/68, capa.

Terror cultural em São Paulo: o CCC ataca à meia-noite. O Cruzeiro, 03/08/68 pp. 23-27.

Elenco de Roda Viva apanha de cassetete. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, novembro/68, pp. 45 e 46.

Onde o CCC se encontra. O Cruzeiro, 09/11/68. pg 20.

Alguns nomes do terror. O Cruzeiro, 09/11/68, pgs 22 e 23.

O Cruzeiro na mira do terror. O Cruzeiro, 16/11/1968 pg 30-34.

O Exército acusa: esses padres são subversivos. O Cruzeiro, 21/12/68.

Investigação sobre o CCC: só se matar. O Estado do Paraná, 16/12/78.

Opinião Oficial. O Estado do Paraná, 07/12/78.

Federais Investigam Atividades do CCC. Gazeta do Povo, 09/12/78.

CCC ataca em Belém e comete oito atentados. Folha de S. Paulo, 19/11/79.

Polícia investiga ação do CCC. Jornal do Brasil, 21/11/79.

Arraes ignora atentados do CCC e mantém programa na visita que faz a Belém. Jornal do Brasil, 20/11/79.

Ação impune do CCC é mostra de sua origem. Folha de S. Paulo, 20/11/79.

Polícia investiga ação do CCC. Jornal do Brasil, 21/11/79.

Livraria sofre segundo atentado. Folha de S. Paulo, 06/04/80.

Mais 2 livrarias sofrem atentado em São Paulo. Folha de S. Paulo, 07/04/80.

¹⁴⁹ As reportagens retiradas do Dossiê do CCC, pasta 247, Top 26, localizada no Arquivo Público do Paraná, não tiveram suas páginas catalogadas

Atentado preocupa. Folha de S. Paulo, 18/04/80.

Governo acusado de tolerar crime. Folha de S. Paulo 18/04/80.

Jornal Preto no Branco. Ano I – 31/7 a 30/8 – N° 12, Capa

Carta do CCC intimida os jornalheiros (Passo Fundo). Jornal do Brasil, 04/08/80.

Dono continua com alternativas (Recife). Jornal do Brasil, 04/08/80.

CCC abre o jogo com ameaças para bancas. Tribuna do Paraná, 04/08/80.

Mais ameaças do CCC no Rio Grande do Sul. Gazeta do Povo (PR), 17/08/80.

Falsa ameaça de bomba no Recife. Folha de S. Paulo, 15/12/79.

Laíno lança seu livro-denuncia. Folha de S. Paulo, 18/04/80.

CCC teria sequestrado advogada. Gazeta do Povo (PR), 31/08/1980.

Contra a Abertura. Folha de S. Paulo, 28/08/80. Editorial.

Depoimentos publicados sobre o CCC

BETTO, Frei. Batismo de Santue: a luta clandestina contra a ditadura militar – dossiês

Carlos Marighella e Frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 12^a edição. 2001. p.234.

Apud LOPES, op. cit., p. 29.

FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil.* São Paulo:

Global, 1979.

GASPER, Elizabeth. *Programa Fantástico.* Quadro Retrato Falado. Rede Globo:

novembro, 2006.

HOLLANDA, Chico Buarque. *Chico Buarque: Bastidores.* Rio de Janeiro: EMI Music

Brasil Ltda., 2005.

Imagens do conflito na Rua Maria Antônia, 1968



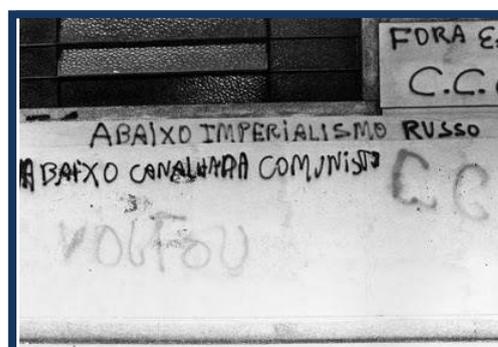
Fachada do Prédio da USP



Detalhe do Prédio da USP pichado pelo CCC



Corpo de José Guimarães



Detalhe do Prédio da USP pichado pelo CCC

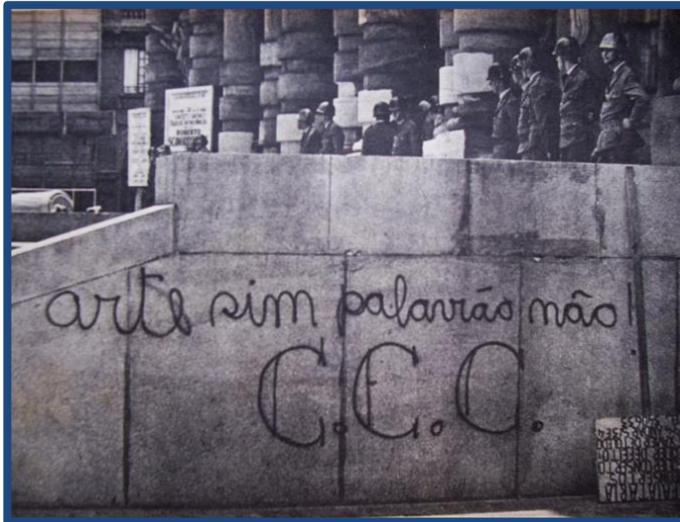


Barricadas na Rua Maria Antônia



Detalhe do Prédio da USP pichado pelo CCC

Imagens do Teatro Ruth Escobar, 1968¹⁵⁰



¹⁵⁰ Fonte: Revista O Crizeiro, 90/11/68.